

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 05/2024

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO

Presidente:	- <i>Francisco José Esteves</i>
1.ª Secretária:	- <i>Luísa Maria Almeida Torres Belchior</i>
2.ª Secretário	- <i>José António Costa Ferreira</i>
Hora de Abertura:	- 09.30 Horas
Ata da 2.ª Sessão Ordinária 29 de abril de 2024	- Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros
Outras presenças:	- A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente <i>Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues</i> e pelos Senhores Vereadores: - <i>Carlos Duarte Travanca</i> (Ausente na 2.ª Reunião de 07 de outubro da Sessão de 27 de setembro de 2024) - <i>Vitor Manuel Correia</i> - <i>Francisco José Clemente Sousa</i> - <i>Orlando Ferreira Pires</i> - <i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i> - <i>Nélia Alexandra Pires Pinheiro</i>
Local da Reunião:	- Grande Auditório do Centro Cultural de Mirandela

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Bom dia a todos. Dar as boas vindas a esta 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela de 2024, cumprimentar o Executivo na pessoa da sua Presidente Dr.ª *Júlia Rodrigues*, cumprimentar os Senhores Deputados de todas as Bancadas Municipais, desejar que tivessem tido, se aplicável, umas ótimas férias.

Cumprimentar o público, comunicação social e todas as pessoas que nos acompanham através da Sessão *online* desta 4.ª. Sessão.

Desejar ainda que os trabalhos decorram com a qualidade que todos desejamos, porque isso é muito importante para os interesses da nossa terra.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Muito bom dia a todos, renovo os cumprimentos que já foram feitos, desejando também que o dia de trabalho seja profícuo.

Feita a chamada, passo às restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

A Senhora Deputada *Camila Padrão Fraga* é substituída pelo Senhor Deputado *Emanuel Sérgio Batista*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela *Manuel Maria Figueira* é substituído pela Senhora Secretária *Patrícia Alexandra Sousa Lino*;

A Senhora Deputada *Mariana Reis Ribeiro Sampaio* é substituída pelo Senhor Deputado *Carlos Alberto Pinheiro Esteves*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia Passos *Carlos Alberto Grilo Monteiro* é substituído pelo Senhor Tesoureiro *António Manuel Noura Lopes*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *Joaquim António Morais Clemente* é substituído pelo Senhor Secretário *Hélder Armando Ruivo Castelo*.

Registo de Faltas.

Camila Padrão Fraga, Manuel Maria Figueira, Mariana Reis Ribeiro Sampaio, Carlos Alberto Grilo Monteiro, Joaquim António Morais Clemente, Carlos Rafael de Sousa Carvalho, Daniela Alexandra Alves Rodrigues, Diana Delfina Santos Costa, Sandra Cristina Bento Gomes, Rui António Assis Melo.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *Camila Padrão Fraga*: Sessão de 27 de setembro de 2024.
- *Manuel Maria Figueira*: Sessão de 27 de setembro de 2024.
- *Mariana Reis Ribeiro Sampaio*: Sessão de 27 de setembro de 2024.
- *Carlos Alberto Grilo Monteiro*: Sessão de 27 de setembro de 2024.
- *Joaquim António Morais Clemente*: Sessão de 27 de setembro de 2024.
- *Carlos Rafael de Sousa Carvalho*: 2.ª Reunião de 07 de outubro da Sessão de 27 de setembro de 2024.
- *Daniela Alexandra Alves Rodrigues*: 2.ª Reunião de 07 de outubro da Sessão de 27 de setembro de 2024.
- *Diana Delfina Santos Costa*: 2.ª Reunião de 07 de outubro da Sessão de 27 de setembro de 2024.
- *Sandra Cristina Bento Gomes*: 2.ª Reunião de 07 de outubro da Sessão de 27 de setembro de 2024.
- *Rui António Assis Melo*: 2.ª Reunião de 07 de outubro da Sessão de 27 de setembro de 2024.
- *Mariana Reis Ribeiro Sampaio*: 2.ª Reunião de 07 de outubro da Sessão de 27 de setembro de 2024.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas da 1.ª e 2.ª Reunião da 4.ª Sessão de 27 de setembro de 2024, dos membros mencionados.

1 - Atas - Leitura, discussão e votação da Ata da 2.ª Sessão Ordinária de 29 de abril de 2024.

----- Efetuada a votação e estando 53 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 2.ª Sessão Ordinária de 29 de abril de 2024.

1.º Período de Intervenção do Público

2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhor Presidente, como me foi pedido que não devia interferir nesta Assembleia Municipal, acatei e respeitei em relação ao que já vem falado de trás.

Senhor presidente, a minha intervenção tem a ver com a água que é consumida em minha casa, eu falo por mim e cada um que faça o mesmo por si.

A Senhora Presidente está a faturar a água diariamente e eu isso não vou aceitar. A Senhora Presidente está a roubar aos consumidores para injetar dinheiro nos cofres da Câmara. Senhora Presidente, ou põe o pagamento como antes, ou eu automaticamente vou esperar que a fatura chegue a casa, cancelo o pagamento e irei pagar a fatura como antes e como agora faço com outras faturas.

No mês de junho faturou-me 33 dias, 10m3 e paguei 26,98 euros. No mês de julho faturou-me 28 dias, 10m3 e paguei 25,52 euros. No mês de agosto 36 dias, 11m3 e paguei 30,09 euros. Ora bem, isto quer dizer que foram 3,11 euros a mais que entraram nos cofres da Câmara. A Senhora Presidente se andou a desperdiçar dinheiro e agora está a tentar recuperar, tivesse outra maneira de gestão ou então vá fazer um curso para ter uma gestão diferente.

Senhor Presidente, a Senhora Presidente anda a correr sempre atrás do prejuízo, tivesse outro tipo de gestão.

Senhor presidente, as minhas desculpas a este Executivo, mas isto parece que é só um bocadinho de areia na cabeça de cada um. Primeiro há que pensar nas coisas e depois há que as fazer. Um dia iremos compreender o porquê de muita coisa.

Um bom dia a todos e bom trabalho, muito obrigado.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *MARIA ANTÓNIA CARVALHO* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Mirandela consta de uma relação de Municípios onde as viaturas que tenham o “Dístico Identificativo de Veículo Elétrico” (Dístico Azul), emitido pelo IMT, beneficiam da isenção de estacionamento.

Essa isenção consta do Ponto 1, alínea g do artigo 11.º - Isenção de Pagamento de Taxas, do atual Regulamento sobre o estacionamento de Mirandela.

A Lei n.º 19/2024, de 5 de fevereiro determina que o Dístico em causa já não é obrigatório e, portanto, o IMT deixou de ter competência para o atribuir.

Contatado o IMT, o mesmo confirmou que esta entidade já não emite o Dístico em causa, tendo sido ainda mencionado que devem ser as Câmaras Municipais a clarificar a questão de compatibilidade entre a entrada em vigor da nova legislação e as regras de estacionamento, nomeadamente, sobre a possível isenção para os veículos elétricos.

Atualmente, com falta de clarificação por parte da Autarquia, o que talvez esteja a acontecer é que os Senhores Agentes da PSP, a quem compete a fiscalização, continuem a basear-se na existência ou não do referido Dístico, afixado no para-brisas, para permitir o estacionamento, ou autuar, na ausência do *ticket* emitido pelos parquímetros. Portanto, presentemente, poderão estar a ser multados veículos elétricos na cidade, os quais já não podem obter o Dístico Azul.

Assim, questiona-se que procedimento já desenvolveu ou pretende desenvolver o Município de Mirandela para clarificar a situação resultante da entrada em vigor da Lei n.º 19/2024, de 5 de fevereiro.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Múncipe *ANTÓNIO MANUEL PIRES* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu venho falar sobre a estrada que vem da Trindade a Mirandela. Esta estrada tem o piso muito defeituoso, tem muita circulação entre pesados e ligeiros, não tem largura suficiente para a transição que existe e, depois, há aquelas curvas todas. Tem muita curva, como por exemplo, a curva do Mião onde, volta e não volta, há ali um acidente. O último acidente que lá vi foi um carro e uma ambulância que bateram de frente. Como podem constatar, se quiserem, podem passar por lá e ainda verem os destroços que lá ficaram à borda da estrada derivado dos acidentes.

Quero dizer que o Dr. José Gama prometeu a Mirandela refazer aquela estrada em virtude de ser muito estreita, porque antigamente aquela estrada servia apenas para passarem as carroças para virem ao Mercado de Mirandela.

Eu ainda a vi fazer em brita nos anos 70, mas nunca a alargaram. Nos dias de hoje, quando uma pessoa vê passar um camião encolhe-se e tem que se encostar aos raides. E acontece que do limite de Vila Verde até aos Móveis Lindolar é um estado muito grave das bermas das estradas, que estão cheias de silvas, cheias deste fiolho alto de 1 metro de altura, a onde uma pessoa quando se encosta dá caminho do retrovisor, dá caminho da chapa e isso tudo.

O mais grave ainda é que depois das curvas de São Salvador, entre a imagem que está lá e a rotunda da Freixedinha, que há ali duas curvas muito complicadas, as mimosas e as silvas saem para fora da estrada, ou seja, do ferro onde se encontra a berma, saem para fora 20 a 30 centímetros. Vem um carro de frente, ou um caminhão, ou uma coisa qualquer, e uma pessoa tem que se encostar ao *rail* e leva com as silvas todas. Era necessário que fizessem uma limpeza e era necessário que metessem “mãos à obra” e que arranjassem alguma coisa, para as pessoas puderem passar.

Já agora queria aqui pedir, isto já em caminhos, na Freixeda, junto à ETAR devia ser calçetada, ou 30 a 40 metros, quando a gente deixa a rua calçetada e que entra nesse caminho, que lhe chamam o caminho para São Salvador, que está de frente à ETAR, onde uma pessoa não pode passar com um carro. Se até com trator é difícil passar, imaginem com um carro.

Eu quero tratar da minha propriedade, vou para lá todos os dias, e vejo-me e desejo-me para ali passar.

Existe uma caixa de esgotos que a tampa não tem aro. Volta e não volta um trator passa e a tampa vai para o lado. Amanhã ou depois pode haver ali um acidente gravíssimo. Se a Câmara Municipal de Mirandela pudesse por ali uns paralelos até à ETAR ou enviar uma máquina, uma retro, que nivelasse um pouco aqueles 30 ou 40 metros de estrada que ali estão, e arranjarem a valeta porque cada vez que vem uma forte trovoada a valeta do lado está entupida e não conseguimos passar. Agradecia que fosse feita alguma coisa.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *ORLANDO MANUEL LAGO* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Escolhi, entre várias opções, regressar ao meu país e àquela que considero a minha Terra Natal, Mirandela. Hoje, estou aqui como município e, nessa qualidade, sinto-me no direito e dever de questionar esta Vereação acerca do estado que não só a cidade de Mirandela se encontra, mas também o seu Concelho.

Mirandela passou de ser uma Cidade Jardim para uma Cidade assim-assim. O que está à vista de todos é um Concelho e uma cidade sem investimento. Os poucos que existem não são méritos da Senhora Presidente. Vemos obras iniciadas e não concluídas, infraestruturas a necessitar de manutenção e reparação, entre outros problemas.

A cidade está ao abandono, suja e desmazelada. As ruas da cidade e os acessos que servem as Freguesias do concelho parecem um queijo suíço, algumas uma pista de obstáculos. Espaços que um dia tivemos o prazer de chamar de verdes estão ao abandono. O Centro Histórico está em ruínas, o que já é um caso de saúde pública e um perigo para quem circula. Municípios à espera da resolução de problemas que afetam a sua vida pessoal. A rede de distribuição de água está semelhante a uma peneira, com perdas que passaram de aproximadamente 33% para 55% em sete anos. Financiamentos perdidos por incapacidade dos quadros responsáveis. Temos Taxas e “Taxinhas”, investimentos em elefantes brancos, tomada de assalto de Associações e afins só porque sim, e um recorde em processos judiciais no Tribunal Administrativo. Tudo isto é público, sim, é público.

Recentemente, tivemos o exemplo das Festas da Cidade. Poupo-a de dissertações sobre o tema, porque estive na última Assembleia e ouvi a explicação que deu a quem a questionou nesta mesma sala sobre o facto de a Câmara Municipal chamar a si a organização das festas. Quem a ouviu já tirou conclusões. Seria por isso um sinal de respeito para com todos os municípios dar a conhecer a razão de as Festas não terem sido do agrado de uma grande maioria dos que as viveram. Explique por que estas Festas não foram as melhores do século e arredores, quando supostamente tinham um orçamento de 400.000€ (Quatrocentos mil euros), anunciado com pompa e circunstância na anterior Assembleia Municipal por Vossa Excelência.

Os municípios têm direito de saber por que razão as Festas da Cidade ficaram aquém do expectável, especialmente em relação ao fogo de artifício. Expliquem-nos o que correu bem, o que correu mal e por que estão tão orgulhosos do que à contenção de custos diz respeito. Quem pode ficar orgulhoso disso quando se trata das Festas da Cidade? Depois das expectativas criadas, recebemos o que já começa a ser um hábito, uma mão cheia de nada...no mínimo executassem o orçamento.

Sei que, para quem vê de fora, é fácil falar, como é o meu caso. Entendo que não é fácil gerir uma Câmara Municipal, com tudo o que isso envolve, especialmente quando a navegação é feita à vista, como no tempo dos Descobrimentos. Mas o que me move, independentemente das cores partidárias, é contribuir para um futuro melhor para as gentes de Mirandela, de Trás-os-Montes e em especial, para os nossos jovens. Os municípios estão cansados, cansados de promessas não cumpridas, de inoperância, de incompetência, de ter que recorrer ao *Facebook* para conseguir a pronta intervenção dos serviços camarários, de “malabarices” políticas, de ameaças veladas a quem não pactua com as vossas mentiras e vos denuncia publicamente. Sim, neste momento, em Mirandela, não se pode ser crítico do Executivo liderado por Vossa Excelência. Quando acontece, de imediato aparecem as vozes defensoras dos vossos bons nomes, bradando que Mirandela nunca esteve tão bem...mas basta, Senhora Presidente da Câmara, basta!

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor município *Manuel Lago* terminou o seu tempo. Poderá continuar utilizando o segundo Período da Ordem do Dia. Mas permita-me, em nome da Mesa, com todo o respeito pela sua pessoa, que sabe que tenho, a sua intervenção excedeu os limites da Lei e do Regimento.

----- O Senhor Município *ORLANDO MANUEL LAGO* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Disseram-me que eram 10 minutos.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não, estou a falar de tempo, estou a falar de conteúdo. Excedeu os limites da Lei e do Regimento e passo a citar o Artigo 30.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela, ponto 2, “*Durante o período de “Intervenção Aberto ao Público, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o município, devendo para o efeito proceder à sua inscrição na Mesa, não sendo admissíveis intervenções puramente políticas.*”, e a sua intervenção teve contornos, é esse o entendimento da Mesa, e não podia deixar de dar nota à sua pessoa, para que possa ajustar, futuramente, as suas intervenções.

----- O Senhor Município *ORLANDO MANUEL LAGO* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Entendo, muito bem. Então não posso terminar só o último parágrafo?

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se é o último paragrafo, concedemos essa exceção.

----- O Senhor Município *ORLANDO MANUEL LAGO* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não sei e se também não será considerado intervenção política, quando eu não sou político.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Precisamente por isso, por não ter a condição de político nesta Assembleia, não pode utilizar a condição de cidadão para fazer intervenções políticas.

----- O Senhor Município *ORLANDO MANUEL LAGO* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito bem, fica anotado. Se puder ler, então, o último parágrafo, não sei se irá colidir ou não, será do vosso entendimento que é político, mas vou terminar.

De uma coisa podemos ter a certeza: Esta Vereação será lembrada como aquela que em vez de construir, deixou um legado de desordem e negligência, comprometendo o desenvolvimento e a prosperidade da nossa comunidade. No entanto Senhora Presidente da Câmara, não quero terminar sem a felicitar pelo efeito único por si conseguido em 50 anos de poder local. A Senhora Presidente da Câmara consegue deixar Mirandela pior do que o seu antecessor. Parabéns, isto é obra.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *JOSÉ MIGUEL CUNHA* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

O que me traz aqui hoje é a continuação do tema da minha última intervenção na Assembleia Municipal: as festas em Honra da Nossa Senhora do Amparo. E aqui quero tentar desmontar algumas coisas que foram ditas, como também referir que, aquilo que eu disse na última Assembleia, que achava que este modelo de organização não era o mais adequado para as festas, algo que, infelizmente, se veio a confirmar. Tentarei explicar algumas situações, começando pelos custos totais das festas.

Na conferência de imprensa realizada pelas três partes envolvidas na organização das mesmas, o Sr. Vice-Presidente *Orlando Pires* referiu o seguinte e passo a citar: “*Neste momento os dados levam-nos a garantir e a assegurar que o orçamento fica abaixo daquilo que era previsível, abaixo dos 400.000€ (Quatrocentos mil euros). Por isso, devido ao rigor orçamental que as três entidades impuseram na organização das festas, conseguimos garantir festas com dignidade, festas com qualidade, mas também com rigor orçamental, que é um dos propósitos que nos propusemos*”.

Lamento, mas isto não é verdade. Não é verdade, porque fiz o trabalho de casa de consultar todas as despesas feitas pelo Município, pela Junta de Freguesia e pela Confraria.

No que diz respeito às despesas do Município, solicitei, através do Senhor Presidente da Assembleia, o acesso a essas informações. Tive acesso aos dados disponíveis na BASEGOV, mas ainda não recebi as restantes informações. Sei que será alegado o fator tempo e a quantidade de documentação, mas os serviços informaram-me que tudo estava preparado no momento em que estive na Câmara, embora ainda não tenha recebido os dados completos.

Mas passando a explicar: com base na documentação disponível na BASEGOV, os gastos do Município com as festas ascendem a 387.000€ (trezentos e oitenta e sete mil euros), valor que não inclui as requisições simplificadas, que sei que existem, e que foram mencionadas pelos serviços. Estamos a falar de diversas despesas, como o som de rua, seguros, licenças, bombeiros, despesas com a PSP, entre outras. Portanto, facilmente os 400.000€ (quatrocentos mil euros) gastos pela Câmara Municipal de Mirandela vão ser ultrapassados.

Referir, também, que houve aqui uma “ginástica financeira”, porque o que está plasmado no Protocolo, e que foi sempre referido na comunicação social, por exemplo os espetáculos musicais, eram da responsabilidade do Município. Mas qual o meu espanto ao analisar os números e verificar que a Junta de Freguesia teve uma despesa com os espetáculos musicais a rondar os 50.000€ (cinquenta mil euros). Por isso, passou de um lado a despesa para o outro, se calhar para fazer esta ginástica e tentar não ultrapassar os 400.000€ (quatrocentos mil euros) e, por outro lado, se calhar tentar desmontar aquilo que eu referi na última Assembleia, que isto podia ser um financiamento camuflado da Junta de Freguesia, porque este aumento de 50.000€ (Cinquenta mil euros) levou a que as despesas da Junta de Freguesia passassem para 100.000€ (Cem mil euros), em vez dos 50.000€ (Cinquenta mil euros), e aqui o Balanço já vai dar quase 0,00€ entre a receita e a despesa.

Referir que estas despesas são as despesas que passaram da Confraria, pela sua organização, para o Município e a Junta de Freguesia. Não estou a contabilizar as despesas com as limpezas, aluguer de contentores para WC, custos de energia da iluminação decorativa e horas extraordinárias dos funcionários, pois essas eram despesas que já estavam a cargo dessas duas entidades antes da transferência da organização das festas. Caso contrário, os gastos seriam ainda superiores. Porém, é importante frisar que a Junta de Freguesia gastou 100.000€ (cem mil euros). E o que quero aqui referir, se formos analisar, a Confraria teve gastos aproximados de 20.000€ (Vinte mil euros) com a parte religiosa, com a procissão e a novena.

A Câmara Municipal de Mirandela, hoje em dia, ainda transfere para a Confraria a verba mensal de 2.000€ (Dois mil euros), totalizando 24.000€ (Vinte e quatro mil euros) por ano para a gestão diária da Confraria do Santuário, valor esse que estava incluído no subsídio, que no ano passado foi de 98.400€ (Noventa e oito mil e quatrocentos euros), por isso ainda estamos a associar isso.

Sendo assim, se formos ver o que são os totais da Festa de 2024, estamos a falar de um total aproximado, ainda falta aqui valores, de 550.000€ (Quinhentos e cinquenta mil euros) gastos com as Festas de Mirandela. Eu depois terei aqui um documento que irei entregar à Mesa para que possam ver essas despesas plasmadas.

Gostaria ainda de referir que a Confraria, em 2019, gastou 255.000€ (duzentos e cinquenta e cinco mil euros) com as festas; em 2022, considerando que não houve festas em 2020 e 2021 devido à pandemia de Covid-19, o gasto foi de 269.000€ (duzentos e sessenta e nove mil euros); e em 2023, o total foi de 300.000€ (trezentos mil euros), sendo 224.000€ (duzentos e vinte e quatro mil euros) da responsabilidade da Confraria e 45.000€ (quarenta e cinco mil euros) gastos pelo Município no concerto de abertura das festas.

Em relação ao investimento público, em 2019 foi de 110.000€ (cento e dez mil euros), entre a Junta e a Câmara; em 2022 foi de 110.500€ (cento e dez mil e quinhentos euros); em 2023 foi de 146.000€ (cento e quarenta e seis mil euros). Já em 2024, esse valor passou de 146.000€ (cento e quarenta e seis mil euros) para 530.000€ (quinhentos e trinta mil euros).

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Município *José Miguel Cunha*, terminou o seu tempo. Poderá, à semelhança do que já foi transmitido, utilizar o 2º Período de Intervenção do Público e à semelhança do que foi dito anteriormente permita-me, até porque o cidadão *Miguel Cunha* já exerceu funções políticas, não se vislumbra também o pedido de esclarecimentos. A sua intervenção está no limiar de uma intervenção política, peço-lhe que no futuro ajuste a sua intervenção, por favor.

----- O Senhor Município *JOSÉ MIGUEL CUNHA* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Secretário, só ia pedir, só faltavam duas linhas, que são os esclarecimentos que ia pedir à Senhora Presidente...

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pois, porque até aqui não se vislumbrou os esclarecimentos solicitados.

----- O Senhor Município *JOSÉ MIGUEL CUNHA* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Entendo, tem toda a razão. Quis fazer a introdução e agora ia fazer as perguntas. Se me permite só fazer as perguntas.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito bem.

----- O Senhor Município *JOSÉ MIGUEL CUNHA* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado. As perguntas que eu queria colocar era caso alguém assuma a Confraria, irão aprovar na próxima Assembleia Municipal um subsídio de 400.000€ (Quatrocentos mil euros) para a Confraria organizar as festas? Se há possibilidade de reversão da localização das festas, passando da zona do Santuário para a zona verde novamente? Deixo só estas questões e mais tarde voltarei ao assunto, se achar oportuno.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito bem, muito obrigado pela sua compreensão e, de resto, dizer o mesmo aos municípios presentes, que assim o impõem a Lei e o Regimento e quando assim é, geralmente, a Mesa tem essa obrigação.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Passo a dar os esclarecimentos solicitados no Período de Intervenção do Público, começando pelo primeiro, que é o Senhor município *Manuel Brízido*.

O Senhor *Manuel Brízido* abordou aqui uma questão importante, vital e de grande complexidade, que é o abastecimento de água aos consumidores. Sabemos que existem alguns problemas, mas afirmar que a Presidente rouba os consumidores, Senhor *Manuel Brízido*, com todo o respeito, não é verdade.

Houve, de facto, uma alteração tarifária. Todos sabemos que há uma obrigação da entidade reguladora de água e saneamentos para que o sistema seja o mais próximo possível da sustentabilidade e portanto, na fatura da água, como já todos sabem, pela interpretação da própria fatura, temos três itens: o valor da água, o valor do saneamento e os resíduos sólidos urbanos.

Todos nós no distrito estamos unidos na Resíduos do Nordeste e, de facto, houve alterações dos pagamentos que temos de fazer para a recolha de resíduos sólidos urbanos. Houve, também, uma taxa de gestão de resíduos que esta a ser cobrada aos municípios, relativamente ao governo que impôs esta taxa de gestão de resíduos, a qual aumentará gradualmente e que tem reflexos diretos na própria fatura da água.

Como dissemos na alteração tarifária que foi feita no ano passado, tentamos ser o mais justos possível, criámos a fatura social, para que os consumidores com dificuldades económicas tenham uma redução na fatura. Em relação aos valores da água, obviamente, quem mais consome é quem mais paga, até porque, dada a escassez de água – e somos a segunda região do país com problemas graves de escassez, logo a seguir ao Algarve, que é a primeira – a Terra Quente Transmontana tem de facto limitações. Um dos fatores que limita o consumo de água pública, e estamos a falar de água tratada, que tem custos acrescidos no seu tratamento, é o custo da água. A água não é um recurso inesgotável, deve ser consumida de forma criteriosa por todos, pois a água é vida.

A Câmara Municipal de Mirandela faz um esforço enorme para sermos sustentáveis, mas mesmo assim, o preço do utilizador pagador final do consumidor não é cumprido, ou seja, a Câmara Municipal de Mirandela ainda coloca dinheiro para pagamento de água, estamos mais ou menos nos 85%, e nos resíduos em 2023 estávamos nos 84%, isso quer dizer que a Câmara Municipal de Mirandela ainda coloca o restante para o pagamento.

Compreendo que todos aqueles que pagam considerem o valor da fatura elevado, mas é necessário que todos assumam a responsabilidade do consumo criterioso da água destinada ao abastecimento das nossas famílias, sob pena de enfrentarmos problemas gravíssimos no futuro.

Já temos regiões, como é o caso do Algarve, que já têm um plano específico e nós vamos a seguir, a Agência Portuguesa do Ambiente está a estudar aquilo que vai acontecer aqui na Terra Quente Transmontana

Este é um assunto muito importante. Neste momento, a Câmara Municipal de Mirandela deu o exemplo, temos praticamente todos os jardins públicos com água do rio para rega, e aonde isso não é possível, estamos a converter em jardins sem relva e consumos de água. Vamos continuar a seguir este caminho, pois é uma obrigação de todos proteger o ambiente e garantir que a água de abastecimento público seja uma realidade.

Como referi, introduzimos dois novos fatores: a Tarifa Social e Tarifa Familiar. Famílias numerosas têm um desconto na própria fatura.

Relativamente à munícipe *Maria Antónia Carvalho*, dizer que tem toda a razão. Foi comunicado à PSP esta situação, mas vamos reforçar junto da autoridade aquilo que referiu, ou seja, já não há essa obrigatoriedade. Caso tenha havido por parte de algum agente esta inconformidade, lamentamos, mas a situação foi devidamente acautelada por escrito pela Câmara Municipal de Mirandela junto da autoridade que, como sabem, fazem a fiscalização do nosso estacionamento público.

Em relação ao munícipe Senhor *António Manuel Pires*, a estrada da Trindade a Mirandela, a estrada municipal 578, já no anterior mandato, foi solicitado ao Governo a reclassificação desta estrada como estrada nacional. Aquela estrada não é uma estrada municipal, é uma estrada nacional. Ela foi desclassificada há muitos anos, mas a Câmara Municipal de Mirandela, com orçamento próprio, tem dificuldades em fazer uma intervenção global, tinha de ser feito como foi feita a de Cedães, Cedáinhos e Vale de Asnes, que foi recentemente requalificada.

Neste momento, temos dois projetos em curso: a estrada municipal 578, da Trindade para Mirandela, e a estrada regional 315, da Torre Dona Chama a Mirandela, porque consideramos que são duas estradas que, tendo o projeto, poderá ser mais fácil de classificar.

A estrada que mencionou, a 578, é uma reivindicação de três municípios. Chegámos a um consenso com os outros dois municípios, nomeadamente Alfândega da Fé, que utiliza muito este acesso. Este acesso é um dos principais para a IP2 e a IC5, portanto, era importante que o Governo investisse nesta estrada.

Quanto à limpeza das bermas, de facto tivemos um problema com uma empresa contratada. Fizemos um concurso público para ajudar nas limpezas, pois as nossas equipas não conseguem realizar todas as limpezas em tão pouco tempo. A empresa não cumpriu o contrato, alegando falta de mão-de-obra, e por isso, vamos obrigatoriamente procurar outras soluções, mas temos de ter a contratação pública em dia, o que nos obriga a este cuidado redobrado. Lamentamos as dificuldades na limpeza das bermas, não só nesta área, mas também em outros locais.

Já tivemos uma reunião com os Presidentes de Junta na passada segunda-feira para discutir a possibilidade de transferir esta competência, com verbas asseguradas, para a gestão local, dependendo, obviamente, da aceitação por parte de todos os Presidentes e das Juntas de Freguesia. Sabemos que alguns Presidentes já tomaram a iniciativa, mesmo sem verbas associadas, e agradecemos por isso, pois foi importante.

Aproveito para felicitar todos aqueles que, ao longo deste tempo, têm investido na melhoria dos caminhos, estradões e limpezas, pois são verbas bem aplicadas. O trabalho de todos foi visível durante a época de incêndios, particularmente na zona de Caravelas e Vale de Asnes, e tenho a certeza de que este investimento contribuirá para o nosso futuro, protegendo-nos a todos.

Creio ter respondido de forma resumida às questões colocadas.

Relativamente ao munícipe *Orlando Lago*, desejo as boas-vindas ao nosso país e à nossa terra. De facto, é importante que os filhos da terra estejam connosco. Talvez seja uma oportunidade para poder contribuir para o crescimento, para que a nossa terra possa também pertencer às suas prioridades e, por isso, agradecer e seja bem-vindo.

Relativamente à imagem e a fotografia que faz da cidade e do concelho, lamento dizê-lo, mas não está de acordo com a realidade. Mas eu compreendo e respeito, até porque entendo que pode ter uma visão diferente. Eu quero dizer-lhe que, e só lhe vou dar alguns números, mas basta vir connosco um dia e verificar as obras que foram feitas. Estamos a falar de um investimento total de 63,853, 983€ (Sessenta e três milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, novecentos e oitenta e três euros), estamos a falar de capitais de financiamento 56.000.000€ (Cinquenta e seis milhões de euros) e de capitais próprios 7.600.000€ (Sete milhões e seiscentos mil euros). É certo que por várias operações do Norte20, entre 2017 e o 2023, nós temos um total de 30.717.000€ (Trinta milhões, setecentos e dezassete mil euros) executados, 26.417.000€ (Vinte e seis milhões, quatrocentos e dezassete mil euros) e capitais próprios 4.300.000€ (Quatro milhões e trezentos mil euros). Nestes próximos fundos de 2023 a 2027 nos temos 33 operações do Norte2030, temos do Fundo Ambiental, REATOS, os Contratos Rio, Previsão e a Estratégia Local de Reabilitação. Isto em valor numérico. Obviamente que existem obras que talvez não conheça, mas que temos todo o gosto em lhe mostrar, em vir fazer uma visita guiada às nossas obras.

Dentro das contratualizações e adjudicações, temos a nível de concursos públicos 15.263.000€ (Quinte milhões, duzentos e sessenta e três mil euros), ou seja, estão a decorrer desde novembro do ano passado a 26 de setembro, 70%, consultas prévias

4.400.000€ (Quatro milhões, quatrocentos mil euros) e ajuste direito 2.185.000€ (Dois milhões, cento e oitenta e cinco mil euros) ou seja um total de investimento a decorrer de 21.848.000€ (Vinte e um milhões, oitocentos e quarenta e oito mil euros). Obviamente que são números e é melhor ver na realidade aquilo que está a acontecer.

A verdade é que a política se faz todos os dias. Implementam-se políticas públicas. Algumas dessas políticas públicas que podemos implementar hoje terão reflexos daqui a alguns anos, e aquilo que temos hoje também é um reflexo daquilo que aconteceu no passado.

Não podemos deixar de falar em relação a algumas questões que mencionou e, particularmente, quanto à visão muito negativa que tem da sua cidade e do concelho em si. Isso porque temos orgulho em ser mirandenses, e tenho a certeza de que o senhor partilha dessa ideia comigo. No entanto, houve algumas decisões que, até certo ponto, hipotecaram esta situação.

A reabilitação urbana, por exemplo, é um ponto importante. Optámos, há alguns anos, por fazer novos loteamentos. O centro histórico, é verdade, está muito degradado, mas as políticas de reabilitação não são políticas de um mandato ou dois. Iniciámos, como se pode ver, áreas de reabilitação urbana significativas em Mirandela e estamos agora a aprovar a área de reabilitação urbana na Torre Dona Chama. As redes de saneamento e de águas estão a ser alvo de um investimento muito avultado em praticamente todo o concelho.

Quanto aos financiamentos perdidos, sinceramente, não consigo compreender onde queria chegar, mas talvez seja apenas uma referência política ou político-partidária. Em relação às festas da cidade, aproveito para abordar também esta questão, em conjunto com o último município que abordou este tema.

Relativamente à questão da "navegação à vista", Senhor *Orlando Lago*, todos nós trabalhamos diariamente para que, por um lado, estejamos equilibrados financeiramente, e, por outro, para que o concelho seja coeso, com as verbas a serem repartidas de forma equilibrada entre a cidade, a vila e todas as aldeias. Pode visitar o concelho inteiro. Nunca o concelho esteve como está hoje, de forma geral. Nunca esteve tão bem, sob o ponto de vista da limpeza, até nas próprias aldeias. A autonomia que se tem dado aos Presidentes de Junta e União de Freguesia é, sem dúvida, uma fórmula de sucesso. Quanto mais próximo estamos das pessoas e dos problemas, melhor conseguimos resolvê-los.

Dizer que "*a liberdade de expressão não chegou a Mirandela*", eu compreendo que estivesse alguns anos fora e que tenha essa visão. Todas as pessoas criticam, e bem, e as críticas têm que ser, de alguma forma, com respeito, como eu tento fazer na minha vida política. Mas nunca, em tempo algum, já sofri algumas ameaças, mas nunca, em tempo algum, ameacei quem quer que fosse relativamente a esta situação.

Em relação ao bom nome, também eu prezo o bom nome, como vossa excelência também o faz e, por isso, dizer que Mirandela vai ficar melhor, vai ficar melhor não por este Executivo, mas por todos aqueles que foram passando ao longo dos anos e, também, pelo trabalho diário que todos os mirandenses fazem com orgulho que têm da sua terra.

Portanto, todos nós podemos e devemos contribuir, quer em funções públicas, quer em voluntariado, em associações, em clubes, enfim, em tudo o que faz viver a cidade. E a cidade não são só números, são essencialmente pessoas, pessoas que trabalham diariamente para que as coisas corram bem em cada canto das nossas aldeias, na vila e na cidade.

Por isso, fica desde já o convite para ir visitar as obras com a nossa Divisão de Obras Municipais e Urbanismo, teremos todo o gosto em lhe mostrar as obras que já foram feitas e que, certamente, vamos continuar a fazer em prol do desenvolvimento.

Relativamente ao Senhor Município, estimado *José Miguel Cunha*, é um gosto vê-lo aqui connosco. Eu sei, e nós sabemos, este gosto e esta paixão pelas festas em Honra de Nossa Senhora do Amparo e, portanto, depois de uns anos de trabalho nestas festas, que eu sei que tiveram um impacto muito grande na vida de muitos daqueles que passaram por lá, dizer que concordo, é preciso desmontar muitas das coisas que foram ditas. E que foram ditas com a convicção de que estão certas. Também existe sempre o outro lado, e é importante dizê-lo, especialmente em função do rigor orçamental.

As nossas contas têm um custo total, e foi essa a abordagem feita, a Câmara Municipal de Mirandela teve um custo de 337.079,65€ (Trezentos e trinta e sete mil e setenta e nove euros e sessenta e cinco centavos), enquanto a Junta de Freguesia teve um custo de 112.396,60€ (Cento e doze mil, trezentos e noventa e seis euros e sessenta centavos), ou seja, com receitas na ordem dos 97.520€ (Noventa e sete mil, quinhentos e vinte euros), somando, no total, a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Mirandela, 351.955€ (Trezentos e cinquenta e um mil, novecentos e cinquenta e cinco euros). Não houve, de todo, "ginástica financeira". O que aconteceu foi que a Junta de Freguesia ficou com os espetáculos do Palco Império e a Câmara Municipal de Mirandela ficou com os espetáculos do Santuário.

Dizer-se que as Festas são um momento alto da cidade, obviamente que sim. A Festa em Honra da Nossa Senhora do Amparo é a Festa da Cidade e, por isso, dizer que é normal e até salutar, que haja um envolvimento da sociedade civil na organização das festas, naquilo que é os problemas associados à própria organização, mas temos consciência todos, acho que temos todos, que tem havido dificuldade em eleger alguns membros para a Confraria.

Houve eleições que ficaram desertas e foi disso que nos deu conta o Juiz da Confraria *Silvio Santos*. Ora, havendo um vazio e porque tem havido por parte das autoridades algumas preocupações legítimas em relação às festas, em particular o grande fim-de-semana da Noite dos Bombos, que faz com que haja implementação de medidas preventivas e, também, a gestão dos terrados. Existem muitos riscos e muitos pontos críticos nesta organização.

Como sabem, a Confraria depende, também, desta articulação com o Senhor Bispo. Ainda não houve nenhuma reunião para sabermos como vai ser no próximo ano de 2025, julgo que seria uma falta de respeito com os atuais gestores da Confraria anunciar aqui alguma decisão sobre esta situação sem antes haver uma reunião entre a Câmara Municipal de Mirandela e a Junta de Freguesia e com a Confraria e, também, sabendo da opinião, obviamente, de todos aqueles que durante anos se dedicaram à organização das festas.

Por isso, deixo estas questões para responder depois e vão ser públicas, naturalmente, depois de uma reunião. Julgo que todos compreenderão que será de bom tom fazer uma reunião prévia com a Confraria, para que depois seja anunciada uma decisão.

Antes da Ordem do Dia

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu confesso que nem sei por onde começar. Sei apenas uma coisa: não vou começar pelas Festas nem pela pista de cavalos da Torre Dona Chama, porque o nível é este, é equiparado.

Ouvi dizer aqui por parte da Senhora Presidente que Mirandela vai ficar melhor. Senhora Presidente, a Senhora não está no Festival PalavrArte, que eu nem sei bem dizer o nome, isso foi ontem e vai continuar nos próximos dias. O edifício da estação está muito bonito, porque é fácil pegar em dinheiro público e juntar dois ou três Técnicos Superiores da Câmara Municipal de Mirandela e um ou outro Chefe de Divisão, competentíssimos porque fazem isso há anos, e o edifício faz-se.

Mas, como não tem um Chefe de Divisão nem um Técnico Superior da Câmara que perceba de festas de Mirandela, a Senhora Presidente já comete erros, porque não sabe fazer iluminação, não sabe fazer cartazes, não sabe fazer aquilo tudo que aborda as festas. A Senhora Presidente não tem experiência do movimento associativo, nunca foi dirigente associativa, nunca deu horas vagas a Mirandela.

Mirandela vai ficar melhor? Como, Senhora Presidente? Se temos um problema de água gravíssimo, temos um problema grave de saúde, temos um problema grave de mobilidade. Não foi construído um fogo de habitação social, não temos programas diferenciadores de turismo, apesar de haver um nicho aqui do turismo religioso que estão a tentar arrancar, mas já “andam às turras”. Não temos um projeto de regadio, além daquele que foi feito pelo Executivo da outra cor, que já não está cá. A população diminui a cada dia e não há engajamento económico.

Mirandela vai ficar melhor? Continuamos no tal festival, de facto. Porque não quero falar de festas nem de pistas de cavalo, que agora a Senhora Presidente vai fazer na Torre, colocou lá um cartaz com erário público, pago pelo erário público, isto é que é a verdadeira democracia e a qualidade dela em Mirandela.

Já foi dito aqui, vou falar sobre a água, Senhora Presidente. Porque vejo o Senhor Vereador *Vitor Correia* tão sorridente quando, durante semanas, as pessoas e as empresas têm uma grande incerteza em relação ao dia seguinte. Não vou dizer que a água é um direito fundamental, já disse aqui nesta Assembleia, faz parte do direito à vida.

A construção de uma política da água deve ser um serviço das pessoas, sempre orientada na satisfação das necessidades diárias humanas e das empresas. As autarquias devem garantir o acesso à água potável a todos os seus munícipes, sobre princípios de universalidade e acessibilidade, serviço que a Câmara Municipal de Mirandela, nos seus mandatos, tem tido grandes dificuldades em garantir, com qualidade, o funcionamento do sistema.

Sabem por que falo com propriedade, e já me insurgi contra o Senhor Vereador *Vitor Correia* que está ali tão sorridente, e que tem a população de Mirandela a passar mal com a água e a falta dela? É que quando eu me apercebi, em 2016/2017, da força da campanha eleitoral da Dra. *Júlia*, o primeiro *post* que eu fui ler no *Facebook* foi a falar mal da qualidade da água que a Câmara Municipal de Mirandela oferecia na Junta de Freguesia de Mascarenhas. Não é que, volvidos oito anos, é a população da Junta de Freguesia de Mascarenhas que fica privada de água potável durante duas semanas? Durante duas semanas!

E depois “*Já comunicamos às Águas do Norte que façam o fornecimento da água nos sítios onde ela está a faltar*”. As Águas do Norte fornecem água a 63 municípios. Será que está a acontecer o mesmo nos outros 62 municípios, como acontece em Mirandela?

Senhora Presidente, num dos seus *posts* era, além da Freguesia de Mascarenhas, Guríbanes, Paradela, Valbom dos Figos e Vale de Pereiro, as Aguieiras, São Pedro Velho, Fradizela, Torre Dona Chama, Bouça, Vale de Gouvinhas, Vale de Telhas, Vale de Salgueiro.

Senhor *Vitor Correia*, se fosse Ministro, já tínhamos pedido a sua demissão, está a perceber? Não peço, porque não é tradição os Senhores Vereadores demitirem-se. E queremos-lo aí, porque queremos ir a eleições consigo. Sabe? Queremos ir a eleições consigo. Sabe por quê? Porque vocês não fizeram investimentos. Mas atacaram os anteriores Executivos com este problema.

Depois, é assim: “*Porque as Águas do Norte...*” mas Senhora Presidente, afinal quem manda na água em Mirandela? É as Águas do Norte ou é a Câmara Municipal de Mirandela? Esta é a primeira pergunta que gostava que me respondesse.

Portanto eu fico, enfim, desagradado. Eu sei que o problema é grave, Senhora Presidente. Mas eu falo com propriedade, porque a Senhora fez campanha eleitoral contra o PSD em eleições anteriores por causa da água da Mirandela, é por isso que eu falo com propriedade! Estou a falar com propriedade! Porque são pessoas e empresas que, hoje, passam mal o dia-a-dia.

E vou falar de outro assunto, que é a Saúde em Mirandela. Vai fazer um ano que houve o encerramento temporário da Urgência Cirúrgica do Hospital de Mirandela. Foi temporário ou já é definitivo, Senhora Presidente? Porque não ouvimos uma palavra da sua parte. Depois de ter uma posição confortável no Hospital da Terra Quente (privado), já nem toma conta do Hospital de Mirandela (público).

Estamos melhor? Senhora Presidente, nós estamos melhor?

Sabe por que não estamos melhor? Porque a Senhora anda a perder tempo com as festas. Tomou conta das festas em maio, andou dois meses aflita, senti a sua responsabilidade numa Comissão Permanente, ainda que alguns dos seus correligionários tenham batido palmas, para algo para o qual a Câmara Municipal de Mirandela não está vocacionada.

E continuo a dizer que é um retrocesso civilizacional. Por isso, aquela pergunta que foi feita pelo munícipe: quem vai organizar as festas para o próximo ano? E que montantes vão ser disponibilizados? Porque foi uma falta de respeito para com os mirandenses que deram, ano após ano, os seus préstimos à causa pública em regime de voluntariado.

Assim, é fácil ser da Câmara Municipal e por lá os técnicos a trabalhar e a organizar as festas em nome da Câmara.

Tantos correligionários que bateram palmas naquela Reunião da Comissão Permanente, mas as nódoas da sua organização estão lá agora no terreno envolvente ao Santuário da Nossa Senhora do Amparo. Nódoas que, se não forem agora estas chuvas ácidas, oxalá que estejam a tirá-las, vão perdurar no tempo. Mexeu naquele projeto, condicionou-o, ainda não o completou, que não fez as casas de banho públicas e, agora, chegou lá e acabou com a grandeza que aqueles mosaicos e granitos tinham.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, estão a chamar-me nomes aqui nesta Bancada Municipal. Se não gosta da minha intervenção vai ali e diz o que tem a dizer. Não me chame nomes, como já me chamaram nas festas de verão numa intervenção ou outra que eu tive aqui. Não admito, sou Deputado Municipal e exijo respeito.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Exige e exige muito bem, dizer apenas que a Mesa não ouviu qualquer palavra que lhe foi dirigida. Acreditamos na sua palavra, e no seguimento da sua palavra, se se sentiu, de facto, ofendido, o que apelamos a todos os Membros da Assembleia Municipal é o cumprimento do Regimento, que é atuar com lisura e com respeito pelos demais e as suas intervenções.

----- A Senhora Deputada *PATRÍCIA BERNARDO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Sete anos passaram desde os fatídicos incêndios, mais conhecidos como os incêndios de Pedrógão, em 2017, e foram das tragédias mais devastadoras de Portugal.

O fogo começou no dia 17 de junho e alastrou rapidamente devido às condições climáticas extremas, incluindo uma trovoadra seca, temperaturas superiores a 40°C e ventos fortes.

Deste drama resultaram a perda de 66 pessoas e deixou mais de 250 feridos, com uma área queimada extensa, abrangendo vários concelhos além de Pedrógão Grande, como Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos.

Desde essa altura, a tragédia levou a uma reflexão profunda sobre as políticas de prevenção e combate a incêndios em Portugal, e o dia 17 de junho foi instituído como o Dia Nacional em Memória das Vítimas dos Incêndios Florestais.

Este ano, infelizmente, Portugal enfrentou de novo uma série de incêndios florestais devastadores, especialmente a partir de meados de setembro. Estes incêndios afetaram principalmente as regiões Centro e Norte do país, resultando na morte de pelo menos sete pessoas, incluindo quatro bombeiros.

De novo, as condições climáticas adversas, como temperaturas elevadas, ventos fortes e seca extrema, contribuíram para a rápida propagação dos incêndios.

Além das perdas humanas, os incêndios causaram danos significativos a propriedades e infraestruturas, levando à evacuação de várias aldeias.

A Comissão Europeia autorizou 500 milhões de euros em fundos de coesão para ajudar a cobrir os prejuízos causados pelos incêndios e ontem mesmo foram anunciadas medidas governamentais de forma a ajudar as vítimas a levantarem-se desta calamidade.

Todos somos unânimes ao afirmar que é necessário refletir sobre as alterações climáticas e continuar a investir em políticas de gestão e ordenamento do território, no reforço da prevenção de incêndios e na constituição de equipas de trabalho especialistas nestas atividades.

Em 2024, o distrito de Bragança enfrentou vários incêndios florestais significativos. Em agosto, incêndios em áreas de mato, e no início de setembro, um incêndio em Vinhais mobilizou mais de 200 operacionais e 71 meios terrestres, tendo que ser retiradas dezenas de pessoas das suas casas por precaução.

E na semana passada, também a nossa zona foi tocada, tendo mais recentemente eclodido o incêndio em Vale de Asnes, que consumiu uma mancha considerável, apesar da sua rápida contenção.

Esta contenção deve-se às mulheres e homens que generosamente doam o seu tempo ao voluntariado nos Bombeiros, aos elementos das Equipas de Intervenção Permanente, às equipas dos Sapadores Florestais e da Proteção Civil Municipal, às forças de segurança da GNR e à intervenção também de populares.

Hoje, cumpre-me agradecer a todos quanto se dedicam à proteção e socorro das populações locais, destacando aqui os Bombeiros, “aqueles que acendem a chama da esperança”, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Torre de Dona Chama, à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários e Cruz Amarela de Mirandela, e à Equipa de Sapadores Florestais da Junta de Freguesia de Mirandela.

O vosso trabalho merece mais do que um louvor, pois dar Vida por Vida é trabalho de verdadeiros heróis.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TELXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Vi na Ordem do Dia que vão ser atribuídos subsídios extraordinários a 12 Juntas de Freguesia. Fico muito satisfeito e muito contente.

Qual o critério para a atribuição dos subsídios extraordinários das Juntas de Freguesia? E pergunto-lhe isto porquê? Foi-lhe enviado um ofício no dia 7 de março de 2024, em carta registada, que foi rececionada na Câmara Municipal de Mirandela dia 11 de março de 2024, a pedir um subsídio extraordinário, primeiro e único deste mandato e até à presente data ainda não se dignou a responder.

E como é do seu conhecimento, tem o dever de dar resposta nos termos do Artigo n.º 13.º do Código do Procedimento Administrativo.

Senhora Presidente, ainda em relação à questão que lhe coloquei na Assembleia Municipal de dezembro 2023, relativamente ao administrador da AIN, a Senhora Presidente respondeu que ia fazer chegar através da Mesa, até à data de hoje ainda não chegou nada. Entendo que isto é uma falta de respeito pelo Senhor Presidente e por mim enquanto Deputado Municipal. Assim como o esclarecimento que assumiu fazer chegar a esta Assembleia relativamente ao incumprimento da Senhora Presidente pelo facto de só ter feito uma Reunião de Câmara no mês de abril. Para quando essa resposta à Assembleia Municipal e, consequentemente, aos mirandenses?

Em relação à inauguração das obras feitas na zona de lazer na margem do Rio Tua em Frechas, tenho algumas curiosidades que gostava de partilhar com esta Assembleia, nomeadamente, em relação à forma como foi feito o convite. O convite foi enviado via e-mail no dia 29 de julho, que foi enviado para todos os Presidentes de Junta, comunicação social, jardineiros da Câmara, auxiliares dos Jardins de Infância, etc. Só que não se dignou a convidar a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia nem os restantes elementos do Executivo da Junta de Frechas. Senhora Presidente, eu vou dar aqui o exemplo de como foi feito esse convite: *“Protocolo A Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, Júlia Rodrigues, tem a honra de convidar Vossa Excelência para estar presente no dia 1 de agosto às 10h ...para a inauguração...”*.

Primeira curiosidade, quando é noutras Freguesias o convite é desta forma e passo a citar: *“Protocolo a Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, Júlia Rodrigues e o Senhor (a) Presidente da Junta de Freguesia X, (que não vou dizer o nome), têm a honra de convidar vossa excelência para estar presente na inauguração...”*. Gostava de saber por que razão o convite de Frechas não foi feito no mesmo molde?

E mais, Senhora Presidente: Quando é nas inaugurações na Freguesia, costuma ter a Bandeira da Freguesia, por que é que em Frechas levou a Bandeira do Município? Pois fique a saber que Frechas não tem uma, nem duas, tem três Bandeiras! Mas como tiveram de lavar pessoas para lá, foi se calhar tudo no mesmo comboio.

Por que esta obra teve de ser inaugurada com tanta pressa, obra essa que decorreu em simultâneo com a da praia fluvial da Ponte da Pedra? Por que esta ainda não foi inaugurada?

No dia 28 de julho vi uma publicação nas Redes Sociais feita pelo Senhor Presidente de Junta de Mirandela que diz o seguinte: *“Três dias, três diferentes testes, o último com mais de 25 mil pessoas”*. Estava-se a referir ao concerto do dia 27 de julho. A questão que eu coloco é como foi feita a base de cálculo para chegar a estes números? Foi a “olhómetro”? Foi por metro quadrado? Considerou que havia gente em cima da água do Rio Tua? Ou nem sequer faz a pequena ideia do que são 25 mil pessoas juntas?

Aproveito para perguntar qual foi o dia da festa da cidade de Mirandela que teve mais gente, visto que foi organizado pela Câmara e pela Junta de Freguesia de Mirandela?

No Boletim Municipal de julho de 2024, cuja edição é da total responsabilidade da Senhora Presidente, faz referência a duas obras que, quanto a mim, são particulares. Uma delas é da LEICRAS, onde diz *“Inauguração da nova unidade de produção de queijo”*. Eu pergunto: foi o Executivo da Câmara que ofereceu o terreno? Outra é *“Criação de 60 postos de trabalho de uma conhecida e moderna rede de restauração passa a estar presente em Mirandela.”*. Senhora Presidente, foi o seu Executivo que selecionou os funcionários para esta empresa?

----- O Senhor Deputado Municipal CARLOS CARVALHO (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Senhora Presidente, inevitavelmente o tema das festas de Mirandela e em Honra de Nossa Senhora do Amparo tem de ser escrutinado nesta sessão. Reservei-me durante todo o período de preparação e realização das mesmas, mas está na hora de fazer uma avaliação da gestão nomeada como “tripartida” entre o Município, a Junta de Freguesia de Mirandela e a Confraria de Nossa Senhora do Amparo.

Existem pelo menos duas formas de avaliar estas festas: a primeira é a avaliação qualitativa, que deve ser pessoal, pois cada um tem os seus gostos e preferências. A melhor ou pior qualidade vai sempre depender da forma como cada um de nós vive as festas da nossa cidade e da nossa padroeira. A segunda maneira de avaliar estas festas é a avaliação quantitativa e factual e é nesta que eu quero debruçar-me e pedir esclarecimentos.

Sendo uma gestão tripartida, é da mais elementar importância que exista um relatório de contas consolidado da organização destas festas, onde seja possível perceber os valores, sejam eles de receita ou de despesa, para perceber realmente a dimensão da diferença que existiu na aplicação deste novo modelo.

Como não existe relatório, vou comentar alguns dos dados que foram sendo divulgados em público, quer pelo município, quer pela Junta e pela Confraria, obviamente estando ciente de que como não temos acesso às contas finais, algumas das afirmações podem estar menos atualizadas, mas estaremos aqui para ouvir as explicações:

Começemos pelo valor global destas festas: 400 mil euros. No final já não eram bem 400 mil euros, era abaixo disso, mas não sabemos quão abaixo foi. Mas vamos apontar que é três vezes mais do que o valor que, no ano 2023, o Município dispensou para as festas, através do subsídio atribuído à Confraria. Três vezes mais. Será que estiveram três vezes mais pessoas em Mirandela do que em 2023? Acredito que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela pense que sim. Será que os mirandenses e visitantes gostaram três vezes mais? Será que a economia em Mirandela cresceu três vezes mais nessa altura do ano?

Relativamente à gestão tripartida sabemos que estava dividida da seguinte forma: cito uma notícia da RTQ *“Município assegura a componente lúdica, nomeadamente, os espetáculos musicais, iluminação decorativa e o fogo-de-artifício. A Junta de Freguesia fica responsável por receber as candidaturas de expositores interessados em ocupar espaço em área pública nas diversas zonas de envolvimento das festas, incluindo os bares. A cargo da Confraria de Nossa Senhora do Amparo está a realização de toda a componente religiosa associada ao evento, nomeadamente, as procissões, e as novenas..”*

Em relação aos espetáculos musicais sabemos, através do portal BASEGOV, que foi o Município que ficou encarregue dos artistas “principais”, mas não sabemos quem contratou os restantes. Questiono quem foi e quanto custou?



Aqui já nos avançou o município *José Miguel Cunha* que foi a Junta de Freguesia, mas eu gostava de ouvir da boca da Senhora Presidente quais são esses valores?

Em relação à empresa que contratou esses denominados artistas “principais”, também quero tentar perceber uma questão: como é que uma empresa pode ter ganho e, em cima do palco, os artistas agradecerem a outra empresa que não a vencedora, mas que também fez parte deste concurso público? Mais, elementos devidamente identificados com *tshirts* dessa outra empresa foram vistos em palco durante a preparação dos concertos. Como e por que aconteceu?

Além disso, como é que lançaram um concurso a dois meses das festas, que decorrem, como sabemos, na quinzena em que os artistas são mais requisitados, e tiveram cem por cento de certezas que para aquele dia específico tinham aquele artista específico? Vocês precaveram-se, ou seja, contactaram os artistas de modo a saberem se eles estavam livres, para depois as empresas puderem fazer o lançamento das propostas que eles fizeram, ou não? E também saber se no concurso público havia alguma cláusula que precavesse a troca de algum artista se estivesse ocupado?

Sendo o primeiro ano da gestão tripartida, onde algumas mudanças existiram, quer ao nível de empresas contratadas quer ao nível da gestão dos espaços, acredito que as empresas prestadoras dos serviços e as entidades, procederam à formulação de relatórios e pareceres finais sobre o evento realizado, para que também a organização possa perceber o que correu melhor ou pior.

Por isso, julgo que seja importante que seja enviado a todos os membros desta Assembleia Municipal para que sejam analisadas as diversas opiniões e execução dos trabalhos realizados. Deixo aqui este pedido à Mesa para que solicite, então, ao Executivo esses mesmos relatórios.

Por último, quero focar-me naquilo que, visto de fora, e não conhecendo os valores concretos, foi, na minha opinião, um excelente negócio para a Junta de Freguesia de Mirandela. Aponto para uma receita de 100 mil euros no que diz respeito à cervejeira, ao aluguer dos *stands* de bebidas e os terrados. No entanto, no BASEGOV só conseguimos ver que foram gastos 20 mil euros com o aluguer dos espaços que eram destinados aos terrados e 14 mil euros com a vigilância. Ou seja, fazendo as contas, teve um saldo positivo de 65 mil euros. Entretanto, já existe aqui este dado que o município *José Miguel Cunha* lançou dos 50 mil euros, mas no entanto gostava de saber o que é que vai ser feito. Se realmente existiu algum saldo positivo, se no ano 2025 existir uma Confraria que esteja disposta a pegar nas Festas, se este saldo positivo que transitou do ano 2024, se pode ser ou não entregue à Comissão Organizadora das Festas de 2025?

Por último, fazer uma reflexão final em relação à questão de haver ou não haver uma equipa que possa pegar nas Festas de 2025. Se nós repararmos, desde há seis ou sete anos para cá, os subsídios disponibilizados à Confraria têm vindo a ser sucessivamente regressivos. Antigamente as festas eram realizadas só com o dinheiro que o Município disponibilizava mais os apoios ou patrocínios que os mirandelenses voluntariamente disponibilizavam. Este ano não, este ano foram gastos através dos impostos dos mirandelenses. Eu quero perguntar se o Município está disponível para dar os 400 mil euros à próxima Confraria ou não?

----- O Senhor Deputado Municipal *MÁRIO VILARINHO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

É com grande responsabilidade que venho aqui hoje abordar um tema crucial para o bem-estar da nossa sociedade e a sustentabilidade do nosso futuro: o fornecimento de água às populações.

Pelos vistos é uma preocupação dos municípios, mas também dos Deputados, dos Presidentes de Junta e do próprio Executivo, não tenho a mínima dúvida. É um problema do passado, do presente e possivelmente será do futuro.

A água é um recurso essencial para a vida, um direito humano básico e um bem finito que devemos tratar com o máximo respeito e cuidado. Garantir o acesso à água potável e segura para todos é uma prioridade.

A água é essencial não apenas para o consumo humano, mas também para a higiene, a agricultura, a indústria e o meio ambiente.

Sem água, a vida como a conhecemos torna-se inviável.

Nos últimos anos, assistimos a um progresso significativo na expansão das infraestruturas de água, com a criação de redes mais abrangentes e eficientes que permitem levar água a mais pessoas, inclusive a áreas mais remotas.

No entanto, com esse crescimento, novos desafios têm surgido, e é sobre esses desafios que precisamos refletir e agir.

Um dos principais desafios que enfrentamos hoje são as fugas de água e as quebras no fornecimento, situação que cada vez mais temos vivenciado no nosso concelho, principalmente em épocas de maior afluência da população e consequente aumento do consumo de água.

Dados recentes mostram que uma parcela significativa da água distribuída pelas redes públicas é perdida antes de chegar às torneiras das populações.

Essas perdas ocorrem, em grande parte, devido a fugas nas tubagens, que muitas vezes passam despercebidas ou demoram a ser reparadas.

As fugas não apenas desperdiçam um recurso precioso, mas também geram custos elevados para as concessionárias e, consequentemente, para os consumidores, como foi aqui referido. Além disso, as quebras no fornecimento, causadas por problemas técnicos ou pelo envelhecimento das infraestruturas, afetam a qualidade de vida das pessoas, prejudicam atividades económicas e colocam em risco a saúde pública.

Outro fator que contribui para as fugas e quebras de fornecimento é o sobredimensionamento das redes de distribuição. Durante décadas, muitas redes de água foram projetadas e construídas para atender a demandas inferiores às necessidades reais das populações. Esse sobredimensionamento resulta em pressões excessivas nas tubagens, o que aumenta o risco de ruturas e falhas no sistema.

Diante desses desafios, é fundamental adotar uma abordagem estratégica e sustentável para a gestão dos recursos hídricos e das infraestruturas de distribuição. Porque não interessa só levantar os problemas, mas incluir algumas das ações que o nosso executivo pode e deve implementar:

1. Monitorização e Manutenção Preventiva: Investir em tecnologias de monitorização avançadas para detetar fugas e falhas nas redes em tempo real. Isso permitirá uma intervenção mais rápida e eficaz, reduzindo as perdas de água e minimizando as quebras de fornecimento.

2. Readequação das Infraestruturas: Em vez de continuar a operar redes sobredimensionadas, é necessário reavaliar e readequar as infraestruturas existentes. Isso pode incluir a substituição de tubagens antigas por sistemas mais eficientes, adaptadas às necessidades atuais da população.

3. Educação e Conscientização: A participação da população é fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa. Campanhas de conscientização sobre o uso responsável da água, bem como a colaboração na identificação de problemas, podem contribuir significativamente para a redução de desperdícios.

4. Gestão Inteligente e Sustentável: As políticas de gestão de recursos hídricos devem ser baseadas em dados concretos e práticas sustentáveis. É importante promover o uso racional da água, considerando tanto as necessidades atuais quanto as futuras gerações.

Em suma, garantir o fornecimento de água de qualidade para as populações é uma missão que exige compromisso, inovação e responsabilidade.

As fugas de água e as quebras no fornecimento, agravadas pelo sobredimensionamento das redes, são desafios que precisamos enfrentar de maneira proativa, sem política. Com planeamento estratégico, investimentos adequados e o envolvimento de todos, podemos construir um sistema de abastecimento de água mais eficiente, resiliente e sustentável.

A água é vida. E cuidar dela é cuidar de todos nós.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres *JOSÉ CABANAS* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Trago a esta sessão da Assembleia Municipal dois assuntos, ambos relacionados com a água. Trago-os não só pelo facto de terem afetado a Freguesia de Abambres durante o verão, que agora terminou, mas porque sou da opinião de que o Município pode e deve solucionar já durante o próximo ano.

O primeiro é o abastecimento de água em Vale Juncal, o qual já foi melhorado, mas não se encontra definitivamente resolvido, continuando a existir falhas durante o período de verão. Sobre este tema não me vou alongar muito, uma vez que o colega Deputado *Mário Vilarinho* abordou agora o tema de forma extensiva antes de mim.

Também sobre este tema, existiu esta segunda-feira, dia 23 de setembro, uma reunião com as juntas de freguesia, onde o Município apresentou um plano de ação para a resolução dos problemas existentes no abastecimento público de água no concelho de Mirandela, nomeadamente a instalação de um sistema de monitorização nos depósitos de abastecimento, permitindo acompanhar o nível da água em cada depósito em tempo real e agir de forma proativa, diminuindo assim as falhas no abastecimento. Apresentou ainda muitas outras medidas, mas que não vou referir, como já tinha dito. A Junta de Freguesia de Abambres aguarda, assim, a implementação do plano enunciado e que o mesmo contribua para melhorar o sistema de abastecimento na localidade de Vale Juncal. Ficamos a aguardar.

O segundo assunto diz também respeito à água, mas à qualidade da água da praia de Vale Juncal e aos consequentes desaconselhamentos de banhos. Já há alguns anos que, todas as épocas balneares, surgem focos de poluição na praia fluvial de Vale Juncal.

A Freguesia de Abambres tem solicitado, todos os anos, reuniões com as entidades responsáveis, com o objetivo de apurar fatores que possam estar na origem desses focos de poluição, mas até à data nada foi apurado. Obviamente que não sei qual a origem de todos os fatores que estão na base dessas contaminações, mas de uma coisa tenho a certeza, um dos fatores que mais contribui para a diminuição da qualidade da água é a descarga das ETAR's existentes em montante. Senhora Presidente, temos de perceber uma coisa: as descargas pelas ETAR's não deixam de ser águas residuais, estão sujeitas ao cumprimento de determinados parâmetros estabelecidos por lei, mas, mesmo cumprindo esses parâmetros, não deixam de ser águas residuais. Essas águas não sofrem um tratamento adequado, nem cumprem os parâmetros exigidos para as águas balneares.

No caso da praia fluvial de Vale Juncal, existe uma ETAR, a de Contins, a descarregar a cerca de 700 metros do açude de Vale Juncal, sendo que os nadadores mais corajosos podem mesmo nadar próximo da descarga. Ora, se mesmo quando a ETAR está a funcionar corretamente, as águas residuais não têm tempo de se dissolver na massa de água, muito menos quando, por algum motivo, a ETAR avaria ou a população duplica e entra em sobrecarga, situação em que as águas residuais podem ser descarregadas sem tratamento. Aliás, como aconteceu este verão, na semana antes do primeiro desaconselhamento para banhos, em que a ETAR de Contins esteve sem funcionamento.

Senhora Presidente, como se costuma dizer: não pode querer o melhor dos dois mundos, uma ETAR simples, sem grande tratamento, e uma praia fluvial a cerca de 700 metros.

Este executivo tem de pensar numa estratégia abrangente, se quiser manter a designação da praia fluvial. Este ano, já deve passar de "praia boa" para "praia razoável"; a seguir, perde a designação.

A descarga da ETAR é um dos fatores que deve ser melhorado, nomeadamente, o tipo de tratamento a efetuar. Existem tratamentos muito mais eficazes, são é mais custosos ou ocupam mais espaço. Outra solução seria prolongar a conduta até jusante da praia.

Mas existem outros fatores que contribuem para a diminuição da qualidade da água, nomeadamente, a existência de um açude sem qualquer descarregador de fundo ou comporta, o que leva à acumulação de lodos ou impurezas; a existência de árvores secas ao longo das margens, que caem para a água e entram em decomposição, contribuindo para a diminuição da qualidade da água; entre outros que não estão identificados e que podem até ser externos.

Senhora Presidente, já esteve prevista a execução de um projeto para o local, mas não foi terminado nem executado.

Tendo eu conhecimento de que já existem novos programas de financiamento para a valorização dos recursos hídricos, espero que, rapidamente, o Município desenvolva um plano/projeto abrangente que melhore as condições de descarga da ETAR, bem como a limpeza das margens do leito, e que dote o açude das infraestruturas necessárias, ou seja, melhorias que não só permitem melhorar

a qualidade da água, mas que tornem a zona balnear atraente. Caso contrário, corremos o risco de, em breve, perder a designação de praia fluvial.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Vou colocar umas questões muito breves à Excelentíssima Senhora Presidente.

A primeira tem a ver com a inauguração da requalificação do edifício da Estação de Caminho de Ferro de Mirandela. Quero dizer que, de uma forma geral, a requalificação foi bem conseguida.

A minha questão é muito simples: Senhora Presidente, qual o custo final daquela obra?

Outra questão muito breve, tem a ver com o consumo de água no concelho de Mirandela, e desde já gostaria de agradecer a intervenção do Senhor Deputado *Mário Vilarinho*. Queria perguntar à Senhora Presidente, qual a percentagem da água, efetivamente, cobrada aos munícipes/empresas em relação à água em alta que é cobrada ao Município de Mirandela?

Outra questão tem a ver com o prémio que a Autarquia recebeu, o prémio “Município Amigo do Desporto 2017-2023”, é um facto que todos nós nos congratulamos. Mas, infelizmente os munícipes não “vivem de prémios” e, como tal, gostaria de perguntar a Vossa Excelência quantos metros quadrados de infraestruturas o seu Executivo já realizou no âmbito do desporto em Mirandela? Para quando a tão apregoada requalificação do pavilhão do Inatel? É que Vossa Excelência já governa este Executivo há 7 anos.

Outra questão tem a ver com as festas e, antes de lhe fazer a questão vou agradecer publicamente ao munícipe, ex-Vereador *José Miguel Cunha*, que nos veio aqui explicar de forma cabal a questão dos gastos dos dinheiros públicos realizados por este Executivo Camarário e pela Junta Freguesia Mirandela na realização das festas de Nossa Senhora do Amparo e não os custos que o Executivo publicitou. É, no mínimo, lamentável, Excelentíssima Senhora Presidente.

Deixo só uma pergunta para terminar a Vossa Excelência. Com tantas festas “pagas” pelo seu Executivo, eu já não sei como a hei-de tratar, se Excelentíssima Senhora Presidente, Excelentíssima Senhora Confrade ou mesmo Excelentíssima Senhora Mordoma.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *LUÍS SOARES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Temos 6 minutos para tentar desmistificar alguns temas que já foram abordados aqui nesta e na anterior Assembleia.

Um vai ser sobre as Festas e outro sobre a Moção apresentada à Mesa, ainda no dia de ontem, que fizemos chegar ao secretariado da Assembleia Municipal e que gostaríamos de ver aqui discutido e deliberado nesta Assembleia para votação.

Relativamente às festas de Mirandela, recorde que se trata de um processo delicado, que diz muito a todos os mirandelenses. Tivemos aqui um cidadão que já exerceu funções de Vereador e que, também, foi responsável por alterar a localização das festas, que na altura também não foi um processo fácil, e nunca é, porque nunca se consegue agradar a todos, não só no cartaz como também na localização, porque é algo cada vez mais complexo.

Quando as festividades foram retiradas da envolvente do Santuário, foram, na sua totalidade, transferidas para a zona verde. Esta era uma área com poucos aglomerados habitacionais, mas que atualmente conta com centenas de moradores. Temos uma praia fluvial com Bandeira Azul e enfrentamos um problema de acessibilidade, pois existe apenas uma rua de acesso àquela zona. Todos esses fatores trazem constrangimentos e exigem decisões sobre a localização das festas.

Qualquer medida que se adote vai causar sempre constrangimento, seja na envolvente no Santuário, seja na Reginorde, seja no parque da ribeira, que também foi equacionado, seja no Parque da Cocheira. Foram analisadas várias locais, alguns com aspetos positivos, outros com aspetos menos positivos, e foi preciso tomar uma decisão, e eu recorde que as decisões foram tomadas em cima do acontecimento, com 90 dias de organização.

Foi um processo muito delicado e muito trabalhoso. Eu quero agradecer, sobretudo, a todos os trabalhadores envolvidos na organização das festas, que foram eles que permitiram que Mirandela tivesse as festas de dia 25 de julho ao dia 4 de agosto e, também, à organização e aos Confrades, que também trabalharam de forma completamente voluntária para que esse evento pudesse ocorrer, um bem-haja para todas estas pessoas.

Quando iniciámos o processo de organização das festas, por volta de maio, a 90 dias do evento, estávamos a enfrentar algumas dificuldades em prever as despesas e receitas. O cidadão *José Miguel Cunha* quando veio aqui falar sobre a despesa e sobre a receita, e algumas afirmações que aqui foram ditas, que potencialmente a festa seria para financiar a Junta de Freguesia, que é completamente falso, leva-nos a refletir. Em maio qual seria a expectativa da receita que a organização das festas podia ter, e no ponto de vista da despesa o que é que poderia haver? E a análise que foi feita em maio é completamente diferente da análise que foi feita no início de junho. E é por isso que, a Junta, no dia 26 de junho, teve o cuidado de fazer uma deliberação para que toda e qualquer receita que fosse realizada no âmbito das festas da cidade fosse destinado para a organização das festas de Mirandela 2024 e, se sobrasse, para 2025, o que não foi o caso. Os números apresentados não correspondem inteiramente à verdade.

Eu li ali um número, a PSP não foram 4300 euros, foram 5300 euros. Houve aqui alguns números que também foram apresentados de forma imprecisa. Se pegar nos números e apresentá-los como entender, torna-se relativamente fácil. Contudo, se não incluir o aluguer dos sanitários públicos, que foi uma despesa significativa, será fácil apresentar uma despesa por baixo ou por cima.

Mas essa deliberação permite dizer que qualquer receita adicional deste evento será revertida para 2025.

Eu acho que o modelo este ano está completamente aberto para 2025, e as entidades públicas, pelo menos no que diz respeito à Junta de Freguesia, só posso responder pela Freguesia de Mirandela, se existir organização da sociedade civil, nomeadamente através da Confraria, as entidades públicas cá estão para ajudar. Isso foi sempre dito! Nunca ninguém disse que não!

Nunca ninguém disse que vamos agarrar num modelo de organização e fica para nós, muito pelo contrário. Todas as entidades e aqueles que estiveram próximos da organização desempenharam um papel crucial para que as festas se realizassem. De certeza que seria mais fácil não ter este trabalho. Digo eu, pelo menos estaríamos mais tranquilos.

O que quero dizer é que o Modelo está aberto, o que diz o Protocolo é muito simples: a 180 dias, não me recordo bem o *timing*, qualquer uma das entidades pode reverter esse mesmo Protocolo e cá estamos para analisar, não só sob o ponto de vista da localização porque, como disse, há aspetos positivos e aspetos negativos, mas também sob o ponto de vista do próprio financiamento, daquilo que pode ser disponibilizado na componente pública.

Deixar só uma nota, que os *briefings* finais da organização, foi perentório: Tivemos menos descalços e menos acontecimentos este ano do que em anos anteriores. E tivemos menos queixas de ruído naquela localização do que em localizações anteriores.

Agora, concordo com todos, concordo com o Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, concordo com o Senhor *José Cunha*, concordo com todos. É difícil escolher uma localização e precisamos pensar, realmente, sob ponto de vista de planeamento, sob o ponto de vista de futuro, de um espaço que possa receber este evento e que nos traga o menor constrangimento possível para esta organização, e nisso todos nós concordamos, estamos recetivos a todas as opiniões.

Em relação à Moção, eu deixo para mais tarde essa apresentação, ou então o secretariado pode ler a Moção, que tem a ver com a necessidade de requalificação do Heliporto do Hospital de Mirandela, que é uma questão que a UNLS ainda não concluiu e que precisamos de concluir.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Vou começar a minha intervenção por uma citação de Benjamin Franklin que diz “*Diz-me e esquecerei. Ensina-me, e eu poderei lembrar. Envolve-me, e eu aprenderei*”.

Esta frase reflete de forma clara a responsabilidade que todos temos enquanto comunidade educativa. A comunidade escolar é constituída pelos funcionários e alunos, mas a comunidade educativa é, na verdade, um conjunto mais amplo que inclui todos nós. Esta responsabilidade destaca a importância de pensarmos na educação, assegurando que as aprendizagens das nossas crianças e jovens sejam eficazes e duradouras.

Isto vem a propósito da primeira Assembleia Municipal Jovem, que se realizou numa quarta-feira no dia 5 de junho. O tema da Assembleia foi “O que posso melhorar na minha Escola”, e o objetivo da ação foi promover a participação ativa dos jovens na vida política e social do concelho. Embora não seja uma iniciativa inovadora — já que se realiza em diversos municípios —, peca por tardia e por outros motivos.

Começo por relembrar as normas do Protocolo de funcionamento, pois penso que os nossos jovens e crianças mereciam mais e melhor. Existem brincadeiras que são educativas, mas a educação nunca deve ser encarada como uma brincadeira, nem como uma atividade de “faz de conta”, e foi precisamente isso que se verificou na Assembleia.

Não sei quem elaborou o Protocolo, mas este não foi respeitado. O artigo 3.º estabelece a Constituição da Assembleia Municipal Jovem e o mandato dos seus membros. Fazem parte da Assembleia Municipal Jovem o Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela ou a pessoa a quem este delegue, a Presidente da Câmara de Mirandela ou a pessoa a quem esta delegue, os Diretores dos Estabelecimentos de Ensino de Mirandela e, finalmente, a eleição dos alunos representantes de cada instituição.

A Assembleia decorreu sem o mínimo de dignidade no Auditório Pequeno. Esteve presente a Senhora Presidente da Câmara, a Senhora Vereadora da Educação e da Assembleia Municipal não esteve ninguém. O Senhor Presidente, provavelmente, não pôde estar presente, mas também se esqueceu de delegar alguém, pois da Assembleia não estava rigorosamente ninguém.

Uma das minhas alunas não pôde comparecer devido a doença e expliquei, porque é isso que se faz, é assim que trabalhamos, o que era a Assembleia Municipal, como funcionava, e toda a dignidade deste Órgão.

Eu acho que tenho de pedir publicamente desculpa aos meus alunos - 25 crianças a quem eu expliquei o funcionamento da Assembleia - porque não tiveram a oportunidade de testemunhar esse processo.

A eleição foi tudo ao “monte”. Escolheu-se uma menina, que conheço desde há muito tempo, que estava visivelmente aflita porque se fez a eleição à pressa. A seleção dos elementos da Mesa foi feita sem o devido cuidado. Na maioria das Assembleias, conforme os regulamentos, os eleitos não incluem o Presidente da Assembleia, uma vez que este é o Presidente da Assembleia Municipal. Nunca deve ser uma criança que não sabe como as coisas funcionam, ou uma juvenzinha que não compreende o processo. O correto seria escolher dois secretários para a mesa entre os jovens, que teriam como assessores os membros da Assembleia ou um adulto que os apoiasse nesse processo.

Também não sei por que não houve representação das diversas Bancadas Municipais, deveriam estar, que a educação é de todos, e não uma Assembleia jovem a brincar.

Nem tudo foi mau, houve coisas muito interessantes, nomeadamente o que as crianças disseram. Não houve debate, mas foram feitas solicitações. E espero que tenham sido tomadas notas. Este ano, felizmente, já começaram as AEC's a tempo e horas, embora num modelo extremamente ultrapassado, que deve ser inovado. Existem condições em Mirandela para promover a inovação, pois o que temos é sempre o mesmo. Desejo que os técnicos não faltem e que não sejam obrigados a juntar diversas turmas de diferentes idades. Mas as crianças pediram, e pediram muito bem: Canetas para os quadros, e para os professores não terem de comprar, nem os pais deles estarem sempre a comprar. Pediram também campos de jogo adequados, e o recente reconhecimento como “Cidade Amiga do Desporto” deve ser um incentivo para começarmos pelas escolas e dotá-las de infraestruturas adequadas, como campos com relva para que possam jogar futebol. As condições atuais levam a que as crianças se aleijem, partindo dentes, dedos e braços, entre outros. Portanto, ser amigo do desporto implica oferecer as condições necessárias às nossas crianças.

É fundamental que uma Assembleia Municipal Jovem, se queremos atraí-los, não se restrinja a atividades lúdicas; deve proporcionar um entendimento real do que se passa, como devem intervir e quais são as regras a seguir. Só assim conseguiremos formar cidadãos interessados, empenhados e participativos.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados

Muito obrigada Senhora Deputada *Luísa Deimões*, Presidente da Junta de Freguesia de Suções.

Só um pequeno à parte sobre este assunto que falou.

Essa Assembleia foi realizada, julgo eu, dia 5 de junho. Nós já tivemos a Assembleia de 28 de junho. Também dizer-lhe que a Assembleia Municipal tinha indicado dois elementos da própria Assembleia para fazer o acompanhamento de todo esse processo, que era a Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*.

A Senhora Deputada *Patrícia Bernardo* esteve, julgo eu, se posso perguntar à Senhora Deputada, esteve presente nessa Reunião de 5 de junho, correto?

Pronto, estava previsto ser assim. Pelos vistos, correu tudo como era expectável da nossa parte.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Parafraseando o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, eu também não sei por onde começar, mas vou tentar iniciar pelo princípio e ser o mais sucinto possível.

Não me vou debruçar sobre a questão da água, pois o Senhor Deputado *Mário Vilarinho* já abordou este tema de forma exemplar e expressou as suas preocupações, embora eu também queira fazer uma breve menção a este assunto.

Confesso que, falando numa ordem, devo ser a 13.^a pessoa a falar, pensava que já não teria que falar deste assunto, porque toda a gente já tinha elogiado e toda a gente já tinha ficado muito agradado e muito emocionado, até, com a inauguração da Estação. Posto isto, uma obra de imensa importância para Mirandela, uma obra de relevo, uma obra que tem suscitado os maiores elogios. É engraçado que as únicas duas intervenções, os únicos dois pequenos reparos foi um a dizer “que era fácil fazer” e outro a perguntar quanto é que custou?

Ora, se é fácil fazer, eu vou começar por aí, vou começar por perguntar ao PSD por que razão nunca o fez? E vou, também, já agora, a reboque, perguntar por que, na campanha de 2017, enganaram os mirandelenses ao afirmar que tinham um projeto, quando nem sequer possuíam a posse administrativa do edifício ou dos terrenos adjacentes, nem da área onde se localiza a estação de camionagem, que foi requalificada, ou do viaduto em frente ao hospital privado de Mirandela.

Portanto, se é tudo tão simples, atrevo-me a perguntar por que razão não resolveram sequer o mais básico. É lamentável denegrir e minimizar uma obra da qual todos nos orgulhamos imenso de ter hoje conseguida.

Um orgulho no edifício, um orgulho no trabalho feito, um orgulho nos profissionais envolvidos, que permitiram um restauro exemplar daquele edifício, criando um novo espaço de lazer e de exposições, um espaço incrível de Mirandela para os mirandelenses e para quem nos visita. Portanto, lamento ter gasto dois minutos a falar sobre isto, quando sou a 13.^a ou 14.^a pessoa a fazê-lo.

Bom, já que também falei na última Assembleia de junho, penso eu, sobre a festa, eu também, obviamente, terei de dar o meu pequeno contributo. Correto ou não, é um contributo de uma opinião não qualitativa, mas uma opinião muito pessoal e muito particular, como disse o Senhor Deputado *Carlos Carvalho* e bem “Contas são contas, opinião e a perceção de cada um é a sua”. Eu na minha perceção e no meu ponto de vista, a festa, dadas as circunstâncias, correu bastante bem.

Correu muito melhor do que o PSD desejava, porque desejava que tivesse corrido mesmo mal, muito pior do que correu. E um pormenor: É bom ver o PSD de volta a esta dinâmica, quase como uma Fénix renascida das cinzas, com esta chama e com esta paixão.

Contas são as contas, eu vou esperar por um relatório e pelas contas finais. O cidadão e meu caro amigo *José Cunha* hoje fez o favor de apresentar aqui umas contas. Há aqui um pormenor, que não sei onde está, que tem a ver as receitas que são tidas por parte quer da Confraria, quer da Junta de Freguesia, que não consigo ver aqui e que podem alterar isto. Contudo, no meu ponto de vista, e eu não vou falar das contas, vou só fazer uma pequena correção, fiando-me nas contas do meu amigo *José Cunha*, gostaria de corrigir o Senhor Deputado *Carlos Carvalho*. Fazendo fé nestas contas que o *José Cunha* nos apresentou, o investimento público nas festas não foi regressivo nos últimos anos.

Nos últimos três anos, houve um aumento, ainda que modesto, passando de 100.000 euros para 110.500 euros. No último ano em que a organização foi exclusivamente da Confraria Nossa Senhora do Amparo, o investimento ascendeu a 146.000 euros. Portanto, não vejo aqui uma regressão, mas sim uma progressão.

Gostaria de fazer um último reparo relativamente à festa: Depois dos esclarecimentos do senhor Presidente da Junta de Freguesia e de uma breve retrospectiva do processo, nunca ouvi ninguém afirmar que este era o protocolo ideal ou desejado por todos. Esta foi uma solução de recurso. Nos últimos dois mandatos da Confraria, o juiz *Silvio Santos* sempre afirmou que estava a atuar num espírito de missão e sacrifício pessoal, pois ninguém parecia ter interesse em organizar as festas de Nossa Senhora do Amparo.

Eu acho isso indesejável, acho que a sociedade civil deve organizar-se para promover eventos desta natureza e sei perfeitamente o que custa, porque tive o prazer de o fazer durante cinco anos.

No entanto, custa-me ouvir constantemente críticas e comparações com festas de outras localidades, como Vila Flor, Carrazeda de Ansiães, Valpaços ou Bragança, que são elogiadas por serem grandiosas. Quando a Câmara Municipal de Mirandela, como último recurso, investe um pouco mais para dar dignidade às festas, é criticada pelo avultado investimento.

Todos nós temos a responsabilidade de promover um debate construtivo, fundamentado e educado. Quando o fazemos de forma calma e ponderada, as nossas divergências tendem a diluir-se, e estamos todos aqui em prol do melhor para os munícipes. Quando queremos fazer deste palco e desta casa algum tipo de prova para outras coisas, as coisas tendem a não correr muito bem.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *ARMÉNIO VAZ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu hoje tinha aqui vários assuntos a tratar com o nosso Executivo, mas visto que marcaram uma reunião para o dia 11 de outubro, eu vou deixar esses assuntos, porque são assuntos da Junta de Freguesia e, portanto, vou deixá-los para o dia 11 de outubro.

Mas já que aqui estou, e porque também trazia esse assunto para fazer duas perguntas à Senhora Presidente, mas depois das boas intervenções do meu caro amigo Engenheiro Cunha e do Carlos acerca das festas, fiquei também um bocadinho sem chão, como se costuma dizer. Mas não deixo de querer de lhe fazer duas perguntas e que gostaria que me respondesse.

É verdade ou não é verdade que a Câmara Municipal de Mirandela gastou 400.000 euros com as festas da cidade? Gostaria muito que me respondesse a essa pergunta.

Se é verdade é só confirmar e eu, até lhe posso dizer, que concordo que tivesse gasto muito mais, porque a nossa cidade merece festas dignas e, portanto, para se fazer festas dignas é preciso gastar dinheiro. Era só para me responder se é verdade ou se não é verdade que gastou 400 mil euros com as festas de Mirandela?

A outra pergunta que eu gostaria também de ver esclarecida é quanto o Executivo gastou com as festas das 101 aldeias do concelho?

Era só essas duas perguntas que eu deixava à Senhora Presidente que eu gostava muito que me esclarecesse.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Gostaria de perguntar à Senhora Presidente, visto que já abordei este tema do ninho de empresas na outra Assembleia: Estive no local ontem e a situação continua insustentável, com buracos por todo o lado, tornando a passagem extremamente difícil. Queria perguntar à Senhora Presidente se ainda não houve tempo de deitar ali um bocado de alcatrão, mesmo com os funcionários da Câmara para, pelo menos, tapar aqueles buracos que estão piores?

Gostaria, também, de perguntar à Senhora Presidente, que ontem estive a ver que vão ser atribuídos vários subsídios, e não vi lá o da Nossa Senhora de Jerusalém. Já é de 2018, como disse da última vez. Pedi, comecei a pedir até ao ano 2024, e não levou isso à Reunião de Câmara.

Pronto, é para lhe dizer à Senhora Presidente que já não preciso da resposta dela, tem que dar a Resposta ao Tribunal Administrativo, porque eu já comuniquei ao Tribunal Administrativo através do meu advogado. Já que não me deu a resposta, vai dá-la ao Tribunal e, através do Tribunal, com certeza, que vou saber de alguma coisa.

Admira-me também o meu amigo *Arménio Vaz*, todos pediram bastante dinheiro, eu não valia a pena pedir, claro, e ele só pede 6.000 euros. Até a pedir é pobre.

Gostaria, igualmente, de informar à Senhora Presidente que, ontem, precisei de me deslocar à Câmara Municipal de Mirandela, ao Paço dos Távoras, e tem os engenheiros na parte superior do edifício. Como até me custa andar a subir, vi-me à rasca e quando lá cheguei, perguntei aos funcionários se estavam castigados, se eram os que estavam na “lista negra”, uma vez que estavam todos lá em cima.

Aquele espaço não tem condições para qualquer pessoa, especialmente quem tenha dificuldades de locomoção, poder tratar de um assunto. Claro que já sei que posso telefonar e eles vêm cá abaixo, mas depois atendem-me ali no corredor. Penso que aquilo não tem condições para ter ali Técnicos.

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Espero que com esta minha intervenção dê aqui uma achega ao Deputado Rui Pacheco, quando ele refere da intervenção singela que a Bancada PSD teve em relação ao edifício da Estação Ferroviária de Mirandela.

Dia 25 de setembro, quarta-feira, foi colocado um Brasão na porta de entrada da cidade de Mirandela. Refiro-me à requalificação da estação ferroviária de Mirandela. Para além de um espaço de arte e cultura não deixa de ser um edifício memorial, uma estrutura construída para honrar e preservar a memória de pessoas, eventos ou causas de grande significado histórico, social ou cultural. Este edifício, em minha opinião, tem um carácter simbólico e emocional, funcionando como pontos de reflexão e de lembrança coletiva.

Arquitetonicamente e, na perspetiva geral, o edifício memorial que se recuperou é uma grandiosa construção monumental pois deseja-se, na sua intenção, transmitir algo com enorme impacto. Na perspetiva crítica não passará de uma simples estrutura minimalista.

O espaço que ali se encontra incorpora elementos como jardins, áreas abertas para contemplação, placas comemorativas, arquivos e exposições documentais que detalham o motivo da homenagem. Inclui inscrições com nomes ou citações que evocam a história ou os sentimentos relacionados ao evento ou às pessoas que estão sendo lembradas.

O espaço todo cumpre a função de uma estrutura memorial. Para além da estética arquitetónica, tem o papel de manter viva a memória. Uma memória pedagógica para que as gerações futuras reflitam sobre o passado, com o objetivo de aprender com ele e evitar que erros e políticas lesivas semelhantes se repitam. Mais do que um simples edifício, este memorial serve como apeadeiro entre o presente e o passado, entre trazer e levar cultura, moldando a consciência coletiva e ajudando na construção de uma identidade histórica comum.

No mandato anterior, houve uma mente brilhante da Bancada do PSD que me rotulou de “trampolineiro”.

Não sei quem será mais “trampolineiro”! Se sou eu, por ter defendido os projetos *Júlia Rodrigues*, onde já estava referenciado este edificado memorial dos Mirandelenses e do qual me orgulhei de ter estado presente na inauguração, ou aqueles decisores, delfins e

incoerentes vereadores do PSD, igualmente, presentes, que defendiam a venda do património edificado a privados para interesses privados e lucrativos.

A política faz-se com consciência e coerência e não de seguidismos tropos e acéfalos formatados aos lugares partidários.

A voz dos críticos, atualmente atesta: “Mas o edifício não é da Câmara, foi feito filho em mulher alheia”.

Pois assevero com a mesma consciência do passado: é preferível ver um Centro de Arte e Cultura, um Edifício Memorial do que um Hotel.

----- O Senhor Deputado Municipal *EMANUEL BATISTA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

O que me traz aqui é que já em duas ou três reuniões consigo ouvir aquilo que não é verdade, ou que está um bocadinho omitido. Cerca de 60% a 70% dos Jardins da Câmara Municipal de Mirandela são abastecidos pela água do canal de rega da Barragem de Vale Madeiro. Se assim não for, eu gostaria que fizessem chegar à Associação de Regantes tal informação a dizer o contrário.

Outra situação que me traz aqui é a rua 1 da zona industrial, onde se situa o Pavilhão de Desporto do Pina, mais concretamente, para toda a gente saber quem é.

Aquela rua teve esta semana duas a três horas de chuva e está completamente inundada na sua parte mais baixa. Eu queria perguntar à Câmara Municipal o que pretende fazer daquela rua? E isto por quê? Em várias reuniões, onde tenho estado enquanto agricultor, enquanto agente da parte associativa, fala-se muito em resíduos, fala-se pouco em subprodutos, mas vou falar em resíduos. No final daquela rua é a lixeira da zona industrial. Se vocês passarem lá hoje, é mesas, são frigoríficos, são tapetes, é tudo aquilo que não devia estar.

Mas, também, aquilo que me preocupa é que aquela água que faz balseiro, no final da rua, vai se infiltrar em terrenos privados e vai prejudicar os agricultores que estão adjacentes. Isto porquê? Porque aquela água vai levar os resíduos, que aquilo são resíduos, das fábricas de mármore. Eu queria perguntar à Senhora Presidente quando resolve tal situação? Nem que não seja colocar no caminho que dá acesso do Lameirão e à Escola Agrícola uma conduta para que a água passe sem danificar os terrenos adjacentes.

Também queria perguntar outra situação, que é a fraca ou a má continuação ou plantação das árvores da zona industrial. Este ano acompanhei, e dado que a zona industrial faz parte de Mirandela e eu sou mirandense, a plantação das árvores dos passeios da zona industrial. Para meu espanto, hoje 80% a 90% dessas árvores, que foram custos do erário público, estão secas. E estão secas por quê? Por falta de manutenção. Pergunto se o nosso Município, ou alguém que esteja em Protocolo com o município, ou se alguém que plantou, se tem responsabilidades sobre as referidas árvores? Pelo que acompanhei, já ocorreram duas ou três tentativas de plantação e, até agora, nenhuma teve sucesso.

Se o município não tem técnicos capazes da área agrícola, poderá dirigir-se às associações de Mirandela, com assento em Mirandela, que lhe podem fornecer gratuitamente a parte do apoio técnico e ajudar para que aquela zona industrial não seja apenas cimento, e sim um jardim que todos ao passarem gostem de ver.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde *ANDRÉ GERALDO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Trouxeram aqui um assunto da minha Freguesia, eu não poderia deixar de vir aqui dar um parecer à Assembleia e a quem nos está a ouvir lá fora.

Foi mencionado a situação da curva que, seguramente, é a curva mais perigosa do troço que vem da Trindade aos móveis *Lindolar*, que é a curva do Mião, onde ocorrem acidentes com muita frequência. Infelizmente, a maioria não estão registados, porque a maioria são acidentes de pessoas que se despiam sozinhas e chamam o reboque. Eu já ando a batalhar com esta curva há 15 anos, precisamente. Até porque, a propriedade que envolve a curva e que precisa de ser cortada pertence à minha família. Ao longo dos anos, outros executivos, assim como o atual, já tiveram a minha permissão para cortar o que fosse necessário da propriedade, incluindo o levantamento de oliveiras, de modo a resolver aquele ponto crítico da estrada. Já levei este assunto, se alguns de vós estava presente, ao Conselho Municipal de Segurança, quando vieram os Técnicos de direção de estradas. O certo é que passado estes anos todos, depois de ter sido disponibilizada a propriedade para fazer o corte necessário, continua tudo na mesma. E é verdade, são acidentes uns atrás dos outros.

O Senhor Capitão *Torrado*, na altura, não deu grande importância ao caso, porque não havia quase registos de acidentes naquele ponto da estrada. No entanto, a realidade é que esse troço de estrada continua a representar um risco diário para quem por ali passa. Penso que aquela é a parte mais perigosa da estrada, pois embora existam outras curvas complicadas em Freixeda, a velocidade já tem de ser naturalmente reduzida devido à presença de pedões, entre outros fatores.

O Senhor também veio aqui falar que precisava do caminho calcetado. Eu acho que podemos entre nós, Presidentes de Junta, fazer pressão à Senhora Presidente para que nos mande cubos com fatura para todas as nossas freguesias ou localidades e, assim, vamos conseguir pavimentar os caminhos todos que vão para as hortas, e inclusive fazer uns “passeiozinhos” entre as hortas, para as pessoas ficarem à vontade e não sujem os “pezinhos”.

As pessoas têm de distinguir o que é uma estrada de um caminho agrícola. Um caminho agrícola, ao ser reparado por uma *bulldozer* em condições, se o operário que anda com a máquina souber o que anda a fazer, os cortes da água não vão possibilitar a passagem de um carro ligeiro normal, é assim que tem de ser.

Uma coisa é um caminho agrícola, rural. Outra coisa é uma estrada.

Eu também gostava de levar os cubos às minhas propriedades todas, até ia descalço eu, a minha mulher e as minhas filhas a passear.

Tenho outras prioridades e na Freixeda, quem passa ali sabe que estão ali sete ou oito cargas de cubos para serem aplicados, e esses cubos não nos chegam para as necessidades internas da própria aldeia, quanto mais para alargarmos a extensão dos caminhos que vão para as hortas.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhora Presidente, não podia deixar de começar, até porque hoje parece que a Bancada do PS está um bocadinho incomodada por andarem a ralar com eles. Eu tenho uma atitude um bocadinho diferente daquilo que os seus colegas de partido defendem, e eu acho que deve ser assim, e vou-lhe explicar porquê.

Em primeiro lugar, dou-lhe os parabéns por, este ano, as AEC's terem começado a tempo e horas. No entanto, gostaria que a Senhora Presidente, também, reconheça o mérito da Bancada do PSD, pois há já dois anos que temos trazido este assunto à discussão e, finalmente, obteve-se um resultado positivo. É assim que a democracia funciona: enquanto estamos na oposição, lutamos para que as coisas melhorem; e quando estamos no poder, trabalhamos para que elas funcionem.

Eu tenho aqui um documento que vem da Câmara que diz que o executivo pagou 490.000€ (quatrocentos e noventa mil euros) na aquisição de serviços para a animação musical, Orquestra Magma, Festas de Torre Dona Chama 2024. Isto foi o quê? É um pedido especial? Não veio aqui à Assembleia Municipal como os outros pedidos de apoio às Juntas. Foi algum tipo de compensação à Torre Dona Chama pelo facto de as Festas em Honra de Nossa Senhora do Amparo terem sido organizadas pela Câmara Municipal de Mirandela e pela Junta de Freguesia de Mirandela? Esta prática foi aplicada de igual forma a todas as Juntas de Freguesia e União de Freguesia?

Depois vou falar, é incontornável, não vale a pena, vamos falar outra vez das Festas em Honra da Nossa Senhora do Amparo.

A decisão que tomaram de organizar a festa, e não estou aqui a dizer se foi boa ou se foi má, não interessa isso, é o que é. Nesta fase, não interessa se é boa ou se é má, alguém irá fazer esse juízo daqui a um ano, porque pode ter peso. Essa decisão tornou esse assunto obrigatório a esta Assembleia. O cariz fiscalizador deste Órgão exige que perguntemos e verifiquemos se tudo correu em conformidade.

A par do meu companheiro Senhor Deputado *Carlos Carvalho* e do município *José Cunha*, surgiram-me também aqui algumas questões dos últimos dois meses, que gostaria que fossem eventualmente esclarecidas.

A primeira é que a principal justificação da mudança de local ou, pelo menos, essa é que ficou mais vincada, foi um tal relatório da PSP que supostamente dizia que a zona verde não tinha segurança, pelo que se desaconselhava a utilização daquela zona para os concertos. Mais ou menos foi isto que foi dito.

A minha pergunta é: A PSP já elaborou o Relatório de Segurança das festas deste ano? Se sim, qual foi a conclusão? Se não, para quando esse Relatório?

Acho estranho é que, posteriormente, foi autorizada uma festa, que me parece que poderá ser mais perigosa pelo seu contexto, que foi a concentração motar, e que foi feita lá. Mas fico a aguardar esse relatório para ver o que a PSP disse.

A Senhora Presidente mencionou que, relativamente à iluminação festiva, existe uma cláusula no contrato que prevê a possibilidade da Câmara Municipal rescindir a contratação para 2025, caso surjam outras entidades ou a entidade tradicionalmente responsável pela festa decida voltar a organizá-la. A minha dúvida é: existe alguma cláusula similar para o fogo-de-artifício? É que também já foram contratualizados para 2025.

Aqui uma questão um bocadinho mais de pormenor, há uma consulta prévia referente à aquisição de serviços e de divulgação e comunicação social das festas Nossa Senhora do Amparo 2024, e tem o valor de 11.721 euros. Quais os serviços prestados que justificam tanto dinheiro investido? Eu não acredito que isto seja para enviar *e-mails*, quer dizer, 11.721 euros para enviar *e-mails* não me parece que seja algo normal.

Na Assembleia anterior, o município *José Cunha*, pela pessoa que é – não sendo simplesmente um município comum, dado o seu percurso político, tanto na organização da Festa, como no Executivo – merece, naturalmente, que se tenha em conta a relevância das suas palavras, que são sem dúvida significativas e importantes.

Na Assembleia anterior foi discutida a questão de um possível erro no que diz respeito à criação de um financiamento indireto à Junta de Freguesia de Mirandela, que eu tanto pela intervenção do Senhor Presidente de Junta, como das outras intervenções todas, fiquei sem perceber se houve, se não houve? Se é, se não é? Portanto, aguardamos o relatório, pois, caso se comprove que tal erro aconteceu, isso poderá gerar um problema sério. Se isso de facto aconteceu e se se provar, cria-se aqui um problema para com as outras Juntas de Freguesia e União de Freguesia, porque têm direito, também, a fazer essas exigências.

Gostava de saber se esse relatório existe, e quando vai estar disponível?

Por fim, gostaria de expressar a minha preocupação com o facto de se estar a falar demasiado em dinheiro. Naturalmente, a que estão da melhor localização para as festas é importante, mas começa a ser preocupante o impacto que essa abordagem pode ter. A minha verdadeira preocupação é com o impacto negativo que esta solução, criada pela Câmara Municipal de Mirandela, pela Junta de Freguesia de Mirandela e pela atual Confraria – a que eu, em tom de brincadeira, chamo a "Troika festivaireira" – terá sobre a sociedade civil. Parece-me que esta solução poderá gerar uma desmotivação fatal para o que até agora era um ponto de orgulho: o facto de as nossas festas serem vistas, com inveja, por outros municípios, justamente por não serem politizadas. Esta "Troika festivaireira" politizou as festas e para mim, isso é um erro grave.

Entretanto, por uma questão de coerência no discurso, gostaria de fazer uma última pergunta: No próximo ano é ano de eleições, Senhora Presidente e eu tenho algum receio que esta politização seja levada ao extremo e o Senhor Vice-Presidente, numa situação de alguma falta de rigor, venha dizer que o Orçamento das próximas Festas seja de 1 milhão de euros e depois, o fogo-de-artifício é um acendimento de fósforo, como foi este ano.

----- A Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela apresentou a seguinte Menção de Mérito e Louvor:

“Menção de Mérito e Louvor

A arquitetura é uma das bases das nossas sociedades. Sendo os arquitetos e os engenheiros os mentores responsáveis pelos aspetos ambientais, físicos e dos edificados são os arquitetos e os engenheiros.

Quando olhamos para o Edifício da Estação do Caminho-de-ferro, pensamos: “Que excelente obra de arquitetura. Que excelente resultado este, que se deve, naturalmente, ao grande empenho dos vários intervenientes, arquitetos, engenheiros, gestores de projeto e empresa construtora.”

É muito positivo perceber que há uma consciência cada vez mais generalizada do que é um grande trabalho de arquitetura.

Assim, premiando este espírito de Missão, a Mesa da Assembleia Municipal propõe:

- A votação de uma Menção de Mérito e Louvor ao Senhor Arquiteto *Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa* e à sua equipa, na sua pessoa, pela sua dedicação e zelo pelas mais diversas técnicas de restauro e reabilitação.”

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Menção de Mérito e Louvor ao Senhor Arquiteto *Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa* e à sua equipa, na sua pessoa, pela sua dedicação e zelo pelas mais diversas técnicas de restauro e reabilitação.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *LUÍS SOARES* (PS) apresentou a seguinte Moção:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Moção

Assunto - Apresentação da Moção com o seguinte teor: “Pela requalificação e certificação do heliporto do Hospital de Mirandela para funcionamento em missões na área de emergência médica”

Considerando que o Hospital de Mirandela detém a necessidade de realizar a transferência de doentes críticos para Serviços de Urgência com maior grau de diferenciação, considerando que o heliporto da Unidade Hospitalar de Mirandela não tem tido o investimento que lhe permita a utilização do equipamento pelo Serviço de Helicópteros de Emergência Médica do INEM, considerando ainda a ausência de certificação que obriga a que qualquer utilização do meio aéreo na evacuação de doentes críticos seja utilizado um campo de futebol que dista a 2km da urgência hospitalar com necessidade de atravessar toda a cidade de Mirandela, obrigando a passagem do doente para uma ambulância e da ambulância para o meio aéreo, consumindo tempo que pode comprometer a recuperação em doentes instáveis. Existindo a necessidade de certificação do equipamento junto da Autoridade Nacional de Aviação Civil.

Neste sentido;

Recomenda-se que a Administração da Unidade Local de Saúde do Nordeste deva implementar as seguintes medidas:

1. Adote as necessárias medidas para certificar o Heliporto do Hospital de Mirandela em regime de 24h permitindo a utilização do equipamento por helicópteros ligeiros e médios com elevados índices de segurança nas missões de emergência médica.
2. Que informe qual o motivo para a não certificação do Heliporto de Mirandela em regime de 24h nos últimos anos, e porque Mirandela não recebeu o investimento necessário à semelhança do heliporto do Hospital de Bragança.

Face ao exposto, proponho à Assembleia Municipal de Mirandela reunida a 27/09/2024, que delibere a seguinte moção:

“Pela requalificação e certificação do heliporto do hospital de Mirandela para funcionamento em missões na área de emergência médica”

A presente Moção, após aprovação, deverá ser enviada à Administração da Unidade Local de Saúde do Nordeste, à Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, à Senhora Ministra da Saúde, bem como a todos os Grupos Parlamentares na Assembleia da República.

O subscritor da presente moção em 26 de setembro de 2024

Luís Carlos Fontoura Soares”

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade:

1. Aprovar a Moção “Pela requalificação e certificação do heliporto do hospital de Mirandela para funcionamento em missões na área de emergência médica”.
2. Dar conhecimento do teor desta Moção à Administração da Unidade Local de Saúde do Nordeste, à Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, à Senhora Ministra da Saúde, bem como a todos os grupos Parlamentares na Assembleia da República.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) apresentou a seguinte Moção:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Moção

Assunto: Pela concretização do Plano de Mobilidade do Vale do Tua

O Plano de Mobilidade do Vale do Tua (PMVT), principal contrapartida pela construção da barragem de Foz Tua - construção que obrigou ao desmantelamento da única linha ferroviária que servia o Nordeste Transmontano -, continua parado, num processo marcado por sucessivos atrasos e por muitas promessas não concretizadas.

O referido Plano prevê a reativação do troço da linha ferroviária do Tua entre a Brunheda e Mirandela (numa extensão de 39,2 km), onde apesar de estarem há vários anos concluídas as necessárias obras de requalificação para retomar o funcionamento e apesar de estar disponível material circulante para o efeito, o PMVT teima em não avançar.

O Grupo Parlamentar do PCP dirigiu já inúmeras perguntas aos Ministérios da tutela, neste e no anterior Governo, pelo que conhece os vários subterfúgios utilizados para justificar os atrasos, contudo, aquilo que se constata, é a ausência de qualquer intenção real de apurar responsabilidades ou de calendarizar a reabertura desta linha ferroviária.

Desta forma, a inércia do anterior Governo, juntamente com a postura de passividade do atual, contribuem diretamente para que a falta de mobilidade das populações afetadas pelo encerramento da linha do Tua continue a ser um problema muito sentido nesta região.

Assim,

Considerando, que o atual Governo PSD/CDS, através do seu Ministro das Infraestruturas e Habitação, se demite das suas responsabilidades neste processo, como se pode constatar na resposta ao Grupo Parlamentar do PCP em Maio deste ano, alegando que “a aplicação das medidas de compensação inscritas na Declaração de Impacte Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua são da responsabilidade da MOVHERA, anteriormente da EDP, enquanto concessionária do AHFT” (resposta à Pergunta n.º 6/XVI/1.ª de 15 de abril de 2024, GPPCP).

Considerando, que a operacionalização do PMVT foi entregue a um operador privado decorrente de um memorando de entendimento entre a EDP, a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua e a Mystica S.A., que o operador recebeu um financiamento no valor de 10 milhões de Euros - a fundo perdido – atribuído pela EDP, para que o projeto fosse implementado e não o concretizou, e que está agora prevista a rescisão do acordo entre a ADRVT e esse operador (de acordo com a informação disponibilizada na resposta dada pelo Secretário de Estado Adjunto e das Infraestruturas à Pergunta n.º 160/XV/2.ª do PCP, no dia 10 de janeiro de 2024).

Considerando, que a concessão de património público, bem como a concretização de contrapartidas a uma empresa privada são a causa maior da atual situação de atraso, com prejuízos sérios para as populações afetadas pela construção da barragem.

A Assembleia Municipal de Mirandela, reunida no dia 27 de Setembro de 2024, delibera:

1. Instar o Governo e os Ministérios das Infraestruturas e Habitação e do Ambiente e Energia a encetar esforços por forma a garantir a aplicação das medidas de compensação inscritas na Declaração de Impacte Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua, com a concretização na íntegra do PMVT, e a circulação ferroviária entre a Brunheda e Mirandela.
2. Instar o Governo que garanta a retoma deste serviço público, acessível e adequado às necessidades das populações abrangidas, recorrendo para isso, se tal for necessário, ao operador ferroviário público de transporte de passageiros.
3. Exigir ao Governo e respetivos Ministério que apurem as responsabilidades neste processo, nomeadamente quanto ao valor já entregue à Mystica S.A., e a não concretização do acordado.

Uma vez apreciado e votado pela Assembleia Municipal, é dado conhecimento a:

S. Ex.º. Sr. Primeiro Ministro;

S. Ex.º. Sr. Ministro da Presidência;

S. Ex.ª. Sra. Ministra do Ambiente e Energia;

S. Ex.ª. Sra. Ministra das Infraestruturas e Habitação;

Aos Ex.ª. Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República;

S. Ex.º. Sr. Presidente da Câmara de Carrizosa de Ansiães;

S. Ex.º. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Carrizosa de Ansiães;

Aos Ex.º. Srs. Membros da Assembleia Municipal de Carrizosa de Ansiães;

S. Ex.º. Sr. Presidente da Câmara de Vila Flor;

S. Ex.º. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Vila Flor;

Aos Ex.º. Srs. Membros da Assembleia Municipal de Vila Flor;

S. Ex.º. Sr. Presidente da Câmara de Alijó;

S. Ex.º. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Alijó;

Aos Ex.º. Srs. Membros da Assembleia Municipal de Alijó;

S. Ex.º. Sr. Presidente da Câmara de Murça;

S. Ex.º. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Murça;

Aos Ex.º. Srs. Membros da Assembleia Municipal de Murça;

Aos Ex.º. Srs. Membros da Direção da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua.

O Eleito da CDU,

Jorge Humberto Fernandes

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade:

1. Aprovar a Moção “Pela concretização do Plano de Mobilidade do Vale do Tua”.
2. Dar conhecimento do teor desta Moção ao S. Ex.º. Sr. Primeiro-Ministro, ao S. Ex.º. Sr. Ministro da Presidência, ao S. Ex.ª. Sra. Ministra do Ambiente e Energia, à S. Ex.ª. Sra.

Ministra das Infraestruturas e Habitação, aos Ex.ªs. Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao S. Ex.ª. Sr. Presidente da Câmara de Carrazeda de Ansiães, ao S. Ex.ª. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Carrazeda de Ansiães, aos Ex.ªs. Srs. Membros da Assembleia Municipal de Carrazeda de Ansiães, ao S. Ex.ª. Sr. Presidente da Câmara de Vila Flor, ao S. Ex.ª. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Vila Flor, aos Ex.ªs. Srs. Membros da Assembleia Municipal de Vila Flor, e ao S. Ex.ª. Sr. Presidente da Câmara de Alijó, ao S. Ex.ª. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Alijó, aos Ex.ªs. Srs. Membros da Assembleia Municipal de Alijó, ao S. Ex.ª. Sr. Presidente da Câmara de Murça, ao S. Ex.ª. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Murça, aos Ex.ªs. Srs. Membros da Assembleia Municipal de Murça, aos Ex.ªs. Membros da Direção da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Iniciarei, de forma resumida, a resposta às questões que foram levantadas. Podemos afirmar que houve um tema transversal, as Festas da Cidade em Honra da Nossa Senhora do Amparo e dizer que, relativamente a este ponto, farei uma abordagem no final.

Queria fazer uma referência que julgo interessante. No dia 25, quarta-feira, inaugurámos a Estação Ferroviária, um evento que foi citado por vários de vós. Este foi um momento histórico para Mirandela, para a cidade, para o concelho e também para tudo que é o Património Ferroviário Nacional. Foi com grande satisfação e honra que celebramos a inauguração desta estação, assinalando 137 anos de história.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, que foi o primeiro a fazer a sua intervenção, dizer que aquilo que foi expresso é de facto preocupante. Após tantos anos na vida pública e como Deputado Municipal, efetivamente os problemas surgiram há 7 anos. Os problemas não existiam, surgiram há 7 anos. Essa constatação pode ser corroborada pelas Atas da Assembleia Municipal e portanto, tudo era desculpa, mas já sabemos que se trata de política partidária, única e simplesmente e não uma preocupação com aquilo que são as soluções para Mirandela e para o Concelho de Mirandela.

A situação da água é grave. Reporta-me também, há uns anos atrás, quando nós integramos os SMA (Serviços Municipalizados de Água) na Câmara Municipal de Mirandela, ainda no tempo da governação do PSD, decidimos entregar as águas em alta à empresa Águas do Norte, apesar de já termos um investimento previsto para a Maravilha. Houve situações favoráveis, situações menos favoráveis, mas confesso que, daquilo que é a opinião de todos os técnicos que trabalhavam nos Serviços Municipalizados de Água, desde que houve a sua integração na Câmara, houve situações que ficaram por resolver e que funcionava muito melhor quando faziam parte dos SMA.

Eu nunca conheci a realidade de funcionamento dos SMA, ou seja, em 2017 já havia anos que estavam integrados na Câmara Municipal de Mirandela. No entanto, como sabemos, as decisões políticas que tomamos hoje têm impacto nos anos seguintes e o que conhecemos hoje, que é a rede de águas e redes de saneamento, inclui condutas com mais de 30 anos, o que, efetivamente, causa problemas. Temos condutas novas, várias condutas novas, estamos a estudar sistemas alternativos, e é esse plano de ação e esse protocolo que nos temos com as Águas do Norte, que aprovamos e que vamos aprovar, que pode ser efetivamente uma solução para alguns dos problemas que estão identificados.

Há décadas que enfrentamos problemas no setor do saneamento, com as Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR). Não conseguimos resolver todos os problemas de uma vez, mas temos conseguido resolver uma parte significativa deles.

Relativamente à Saúde, o Senhor Deputado tem agora uma oportunidade única, até porque o atual Governo é um Governo PSD e terá, certamente, a sua influência na resolução desses problemas. Da nossa parte, contará sempre com o apoio a essas soluções para o Serviço Nacional de Saúde.

Quanto à Habitação Social, é, sem dúvida, vergonhoso falar sobre o tema da habitação social em Mirandela, porque a nossa estratégia foi reabilitar todos os fogos de habitação social que estavam completamente degradados. Ou seja, todos os fogos de habitação social estavam em condições muito precárias, incluindo o Bairro do GAT, que recebeu um investimento substancial. No âmbito da Estratégia Local de Habitação, temos obras em curso, concluídas e aprovadas, num total de 627.000 euros. Também foram submetidas propostas para a aquisição ou reabilitação de 46 agregados familiares, no valor de 6.206.000 euros, e 20 agregados familiares para construção, no valor de 1,5 milhões de euros. Isto perfaz um total de 8 milhões de euros.

O grande investimento foi de facto, na reabilitação de alguns parques habitacionais que estavam em muito mau estado de conservação, aliás, quando nós falamos e temos a coragem de vir aqui e dizer que Mirandela está muito mal, vejamos o que é que estava mal e o que está agora bem. Não basta dizer que está tudo mal. A verdade é que tínhamos o pior parque escolar do país, com as escolas completamente degradadas em todo o concelho. O parque escolar estava em condições extremamente precárias. O anterior mandato foi dedicado, quase em exclusivo, às escolas e aos pavilhões escolares. E hoje, temos condições de estudo totalmente diferentes daquelas que existiam.

Na habitação social, a situação foi exatamente a mesma. Tínhamos o Bairro do GAT completamente degradado devido à falta de manutenção, e obviamente com as dificuldades financeiras que a Câmara enfrentava.

Só em 2019 é que saímos do Saneamento Financeiro. É claro que a memória em política é muito curta, mas a verdade é que só em 2019, é que saímos do Saneamento Financeiro. Vivemos sempre com muitas dificuldades financeiras e é sempre muito difícil gerir uma “casa” sem dinheiro. Os senhores Presidentes de Junta sabem perfeitamente o quão difícil é gerir o seu território com verbas escassas. E há uma diferença substancial, neste momento com a bolsa de materiais, as Juntas de Freguesia recebem da Câmara Municipal de Mirandela 1,5 milhões de euros. 1,5 milhões de euros. Não estamos a falar de centenas de euros, estamos a falar de 1,5 milhões de euros. Portanto, dizer que está tudo pior, que está tudo um caos, é completamente falso. Não é verdade. Isso sim é muito mau.

Em relação ao Regadio de Contins, o regadio foi efetivamente efetuado, mas tivemos de fazer uma segunda fase, porque não tínhamos água na charca.

Dizer que este ano a nível de alunos matriculados tivemos um aumento. Neste ano letivo, por ciclo de ensino, temos um total de 2043 alunos, distribuídos da seguinte forma: Jardins de Infância com 174 alunos, 1.º ciclo com 584 alunos, 2.º ciclo com 344 alunos, 3.º ciclo com 509 alunos e Secundário com 432 alunos.

Em relação à pista dos cavalos, eu não sei se o Senhor Deputado sabe quais são as pretensões da vila da Torre de Dona Chama e quais os projetos que a Torre de Dona Chama tem e isso faz parte dos projetos da vila, e bem. Julgamos que devemos estar alinhados com aquilo que as populações das aldeias e da vila querem.

Relativamente à qualidade da água, queria fazer aqui duas afirmações de forma direta. Uma delas é que todos nós sabemos e conhecemos, porque saiu na comunicação social, que houve um processo em tribunal relacionado com o laboratório. Continuamos a ser rigorosos nas análises que realizamos regularmente, mesmo nos sistemas dos quais não somos gestores, como é o caso de quatro aldeias. Fazemos análises regulares à qualidade da água. Quando há uma anomalia, quer seja de natureza microbiológica, química ou de corpos estranhos, procedemos à notificação e realizamos o devido tratamento, procedemos à realização de uma nova análise e informando a população.

Eu fico preocupada, obviamente ficamos todos, quando temos uma análise irregular, mas temos um controlo analítico por parte da Divisão de Ambiente, a controlar regularmente a qualidade da água.

Temos mais problemas, efetivamente, quando temos captações próprias. E quando temos captações próprias, é diferente do que temos a água em alta das Águas do Norte. E porquê? Porque nos obriga a fazer um tratamento, não só por filtros como também o tratamento com hipoclorito.

Relativamente à água, nos temos vários sistemas. Somos abastecidos pela Barragem do Azibo e somos abastecidos por uma barragem em Vinhais, ou seja, nós apesar de termos três rios optamos, há alguns anos atrás, por ser abastecidos pelos outros Municípios, apesar de termos muita água, a nossa solução não foi um investimento nas nossas fontes de investimento próprio. Optamos por ir buscar água aos outros concelhos e neste momento, por exemplo, Cedães, Cedainhos e Vale de Asnes ficaram a ser abastecidos pela Barragem do Azibo. São três aldeias que o problema ficará resolvido em breve, mas houve um investimento de meio milhão de euros, certamente não haverá falta de água.

Qual é a grande questão que se coloca aqui? A nível de plano de ação, é saber se vamos ter a possibilidade de ter mais fontes de abastecimento das Águas do Norte em alta, ou não e que formas alternativas temos de armazenar a própria água com depósitos suplementares, com outras ações. Em algumas aldeias temos três furos. E sabemos, porque a comunidade científica sabe, que cada vez vai haver menos disponibilidade de água no subsolo, o que quer dizer que nós vamos ter de procurar fontes alternativas de abastecimento público de água. Em algumas aldeias não haverá nunca problema, porque estamos a ser abastecidos em alta. Noutras aldeias pode vir a haver problema, porque um furo pode não ter água, vamos ter que fazer novamente um furo e portanto, é preciso planear para que possamos antever problemas relativamente ao abastecimento da água.

E foi por isso que fizemos a reunião e é por isso que temos este plano de ação para conseguirmos antever o que virá. Pode não ser no próximo ano, pode ser no outro a seguir. Temos verões cada vez mais alargados, com temperaturas mais elevadas e onde as pessoas, naturalmente consomem mais água.

Existem também situações de consumo fraudulento de água. E foi isto que pedimos aos Senhores Presidentes de Junta. Existem, efetivamente existem pessoas que usam, de forma fraudulenta, a água, porque é impossível, como os técnicos dizem, que haja um abastecimento à noite dos bombeiros de uma cisterna de água e no dia seguinte de manhã, já não haver água. É impossível, a não ser que haja desvio de água de abastecimento público. Há pessoas que põem em causa o abastecimento público das populações para benefício próprio. E é esta sensibilização que todos, todos nós, não é só o Executivo, todos nós temos a obrigação de fazer esta sensibilização. Roubar água é crime.

Relativamente à posição confortável no Hospital Terra Quente, Senhor Deputado, devo esclarecer que nunca foi uma posição confortável, especialmente porque a nossa participação era ilegal, razão pela qual foi vendida.

Relativamente ao comportamento que todos tivemos no retrocesso civilizacional, não sei onde é que o Senhor Deputado ouviu o retrocesso civilizacional. Eu julgo que nós temos aglomerados urbanos muito desenvolvidos, temos talentos públicos, talentos pessoais, que são de assinalar e aquilo que me parece é que, quando o Senhor Deputado diz que exige respeito, eu vejo-o muitas vezes a bater palmas quando faltam ao respeito aos outros, o que lamento, porque o que não quer para si, quer para os outros.

Em política não vale tudo, o respeito que exige para si, também devia ser solidário em querer para os outros, mas aquilo que eu vejo aqui deste lugar, é que o Senhor Deputado gosta quando faltam ao respeito aos outros, mas quando está nesse papel não gosta. E acho bem que não goste, eu também não gosto que lhe falem ao respeito, Senhor Deputado, mas eu vejo que o Senhor Deputado gosta que me falem ao respeito, a mim e a todos os outros que não são da sua Bancada e muitas vezes falta ao respeito.

Relativamente à Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*, fazer um agradecimento. Partilho esse agradecimento dos Bombeiros, Sapadores Florestais, GNR, Juntas de Freguesia e a toda a população. O investimento em políticas de prevenção e medidas de apoio, é de facto o caminho.

Em relação ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia *José Carlos Teixeira*, dizer que em relação ao projeto do cemitério de Frechas, o projeto está a ser concluído pela Associação de Municípios. Julgo que se estava a referir, naturalmente, na intervenção aos subsídios extraordinários. Relativamente à Freguesia de Frechas o ponto de situação é este. Foi solicitado à Associação de Municípios o projeto e estamos a aguardar que o mesmo chegue.

Relativamente à inauguração da obra Ribeirinha, julgo que o convite que seguiu dos gabinetes foi abarcando todos eleitos locais da Junta de Freguesia. Sobre as questões colocadas do dia 7 de março, não lhe sei dizer qual foi o ofício que não teve resposta, já solicitei aos serviços para me darem nota disso e depois faço-lhe chegar a resposta.

Relativamente ao Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, vem novamente o tema das Festas da Cidade e permitam-me dizer-lhes que ter como problema maior nesta Assembleia as festas é motivo de algum orgulho, porque existem tantos problemas no dia-a-dia das pessoas, tantos problemas na Ação Social, na Proteção Civil, em todo o lado e portanto, a preocupação dos Senhores Deputados, o maior Partido da Oposição, o PSD, é as festas em Honra de Nossa Senhora do Amparo e acho muito bem. É realmente um tema



muito importante. Nós já estamos a pensar nas Festas de Natal, que vamos ter de preparar e organizar, é por aí que o tecido económico de Mirandela se rege, o alojamento, o turismo, é por tudo aquilo que nós conseguimos atrair de diferenciador e que pode, efetivamente, fazer a diferença no dia-a-dia das pessoas.

Concordo inteiramente que não houve festas tão auditadas como estas, ou seja, se houve transparência das contas públicas, se houve transparência de tudo que são contas, basta consultar a BASEGOV e terão acesso a tudo aquilo que foi contratualizado, pois não existe sistema mais transparente que a contratação pública.

Sobre a questão colocada, realçar que a Câmara Municipal de Mirandela adotou procedimentos de concurso público para a aquisição de vários serviços, apesar de poder ter adotado outros tipo de procedimentos pré-contratuais não concorrenciais previstos na lei.

Quanto à firma, aos técnicos e ao vestuário do mesmo que auxiliaram na realização dos espetáculos: A Câmara Municipal de Mirandela contratou um serviço e por isso, não lhe cabe intrometer-se nas parcerias que as empresas entre si firmam.

Em relação aos artistas, o concurso público formalizado foi idealizado por lotes, ou seja, com a possibilidade de adjudicações autónomas, o que significa que no caso de um artista ser contratualizado por outra festa, a solução seria por não adjudicar esse mesmo lote e passaríamos para o plano B, materializado pela contratação de um outro artista, por via de um ajuste direto, com base em critérios materiais. Essa foi a informação dada pelos serviços relativamente aos concursos públicos e como foi gerida esta situação. Deixem-me dizer-vos, como já referi em Reunião de Câmara: Foi um trabalho de excelência, prestado por todos os trabalhadores da Contratação Pública relativamente a esta situação.

Sobre o fogo-de-artifício, como foi concurso público, houve algumas questões que não foram ultrapassadas com a empresa. A empresa que ganhou o concurso não era a que normalmente fazia o fogo em Mirandela. Como estamos obrigados a fazer contratação, não podemos escolher outras entidades, associações, confrarias, empresas, diretamente as empresas que ganham os concursos, temos de nos sujeitar àquilo que são os preços mais baixos. Apesar disso, quisemos fazer contratação pública, quisemos fazer concurso público e não ajuste direto.

Relativamente à reflexão final, é importante dizer-se que, eu lembro-me perfeitamente quando o Juiz da Confraria foi à Câmara dizer que não tinha havido eleições e que não houve listas concorrentes e portanto, nunca quis envolver-me na situação da escolha das listas concorrentes.

A Câmara Municipal de Mirandela tinha duas soluções: Ou organizar a festa, ou não organizar a festa. Optamos por organizar a festa e isso está a ter em vocês um aspeto, parece que estão aborrecidos, angustiados por ser a Câmara a organizar as festas.

Não havia outra solução. Nós estávamos em maio, foi-nos comunicado muito tarde. Agarramos as festas. Se não fosse assim, hoje estaríamos aqui todos muito tristes e chateados por não haver festas da Nossa Senhora do Amparo. Ainda bem que estamos a discutir o programa, o local e o orçamento, porque isso significa que houve festa e que conseguimos reunir a comunidade.

Relativamente ao Senhor Deputado *Mário Vilarinho*, gostaria de dizer que, falando de agricultura, finalmente saiu o trabalho da Comunidade Intermunicipal, que visa a valorização do potencial hidroagrícola das Terras de Trás-os-Montes. Neste estudo, o aproveitamento de Torre Dona Chama ficou em primeiro lugar.

Trata-se de um estudo muito importante, não só para Mirandela, mas para toda a área da Comunidade Intermunicipal. O primeiro lugar da análise multicritério foi atribuído ao aproveitamento de Torre Dona Chama, seguido por Vale Madeiro, Vale Pereiro, Mirandela, Lilela, Eixes, Aguiéiras e por último, o Navalho. Este último aproveitamento já tinha um estudo de impacto ambiental, que, infelizmente, não foi considerado pelo anterior Ministério da Agricultura.

Quanto às perdas, fugas e elevados custos para a Câmara, é verdade. O aspeto da monitorização, como já foi referido pelo Presidente de Junta *José Cabanas*, é de facto muito importante. Precisamos de investir consideravelmente na substituição das condutas, sendo que algumas delas necessitam de investimentos urgentes.

Relativamente ao Senhor Presidente de Junta *José Cabanas*, o abastecimento de água de Vale de Juncal, houve uma divisão: Contins ficou a ser abastecido por Mirandela e Vale de Juncal pelo sistema das Aguiéiras. Tivemos um problema no sistema das Aguiéiras e a Águas do Norte terá de fazer um investimento de cerca de 300.000 euros para aumentar a conduta e só ficará por resolver o problema das Aguiéiras e de Cabanelas, porque ficam numa cota superior e portanto, são as últimas a serem abastecidas. Tivemos, também, alguns problemas com os caudais de água.

Uma das situações que nos foi alertada é que, em média, temos um consumo de 120 m³ por habitante, mas chegamos a consumir 750 m³ por habitante. Significa que houve um consumo exacerbado, muitas vezes de forma não legal, que ultrapassa as médias estabelecidas pelas Águas do Norte. Tal situação torna praticamente impossível garantir os caudais necessários durante os picos de consumo.

Quanto aos sistemas de monitorização, concordamos que devemos continuar a implementar e melhorar esses sistemas. Já temos alguns montados e continuaremos a instalar mais.

Em relação à praia de Vale de Juncal e aos focos de poluição, os técnicos da Divisão de Ambiente informaram que os problemas já vêm de cima. Houve problemas na ponte da Pedra, em Quintas e portanto, a situação da ETAR de Contins precisará ser novamente analisada.

Sobre os concursos de financiamento para a valorização de recursos hídricos, ainda não abriram, mas estamos a preparar o projeto de manutenção do açude, como já mencionei. Quem visita a praia de Vale de Juncal hoje não tem como comparar com o que existia há alguns anos atrás. Houve efetivamente muito investimento nessa praia, tanto por parte da Câmara Municipal como pela Junta de Freguesia e foi dada uma atenção especial, dado o grande número de pessoas que recorrem à praia durante a época de calor.

Relativamente ao Senhor Deputado *Carlos Ventura*, o custo total da obra, conforme anunciado na inauguração, foi de 2,2 milhões de euros, sendo 85% partilhados pelos programas regionais.

No que diz respeito à requalificação do Inatel, houve recentemente uma alteração na presidência e estamos a tentar agendar uma reunião com o novo Presidente para verificar quais serão as soluções para o Inatel. A Direção anterior não queria proceder à

alienação patrimonial, mas acredito que seria importante fazermos um investimento com base no novo Quadro de Apoio. Vamos reunir com o novo conselho o mais breve possível.

Quanto ao Senhor Presidente *Luís Soares*, concordo que as mudanças são sempre oportunidades de melhoria. Foi esse o espírito que esteve na base de todo o nosso investimento nesta grande realização que foram as festas.

Relativamente à Senhora Presidente *Luísa Deimões*, fiquei surpreendida com a sua intervenção. Tivemos uma reunião em junho e esta questão não foi abordada. Não concordo, em absoluto, que tenha sido indigno. Acho que foi uma constituição que dignificou a nossa Assembleia Municipal. Há sempre uma forma de ver estas organizações, ou estamos nas situações com pensamento muito negativo sobre elas, não considere que assim fosse. Aliás, fiquei surpreendida, porque efetivamente, vi-a durante o evento, achei que a Senhora Presidente e Membro desta Assembleia estaria confortável com a situação. Mas vi que esteve a pensar melhor, e disse que não concordou.

Dizer que decorreu sem o mínimo de dignidade, que a educação não é brincadeira, sinceramente quando se está a falar de crianças e jovens, acho que devemos ter algum cuidado com as palavras. Por ser professora é que eu estou surpreendida com a forma como falou, porque isto é politização de um momento e partidarização de uma situação que nem sequer concebo, sou muito sincera. Acho que não vou dizer mais nada. Eu gostei, sinceramente, da ação. Acho que estivemos todos de coração aberto, colocaram-se lá questões muito pertinentes da gestão escolar e das escolas e foi isso que eu foquei e foquei-me essencialmente na participação dos jovens e na capacidade, num ambiente muito informal, é verdade, não houve muita formalidade no ambiente. Mas eu acho que é assim que conseguimos que as pessoas falem, porque se houver muita formalidade, acabamos por ficar mais retraídos. E foi nesse ambiente de informalidade e partilha que todos partilharam as situações que gostariam de ver resolvidas.

Desde já felicitar, obviamente, os jovens que participaram, mas também os professores e todos os serviços de educação que estiveram presentes a acompanhar. Também agradecer à Senhora Deputada *Patrícia Bernardo* pela sua presença e ao Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, que também estava presente, mas julgo que através do Conselho Municipal da Juventude.

Surpreendeu-me, porque não estava à espera desta intervenção, mas compreendo e respeito a opinião da Senhora Presidente.

Relativamente ao Senhor Deputado *Rui Pacheco*, obviamente que concordo em absoluto com aquilo que foi dito em relação às festas.

Em relação ao Senhor Presidente *Arménio Vaz*, falou também das festas de Mirandela e sim, houve um investimento de 337.000€, a passar um bocadinho, nas festas.

Sobre as festas, há pouco já referiu o valor que é transferido para as Juntas de Freguesia. Houve sempre, obviamente, festas e todas as festas tem o apoio logístico da Câmara, ou sempre que nos é solicitado o apoio logístico, que também é um investimento. Não é um investimento de atribuição de verbas, mas é um investimento substancial de logística para a vossa e para a nossa organização.

Em relação ao Senhor Presidente *Bernardino Pereira*, a verdade é que em relação à Nossa Senhora de Jerusalém queremos elaborar um projeto.

Responderei ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, sempre que for solicitada, Senhor Presidente e relativamente aos trabalhadores, sempre tiveram serviços instalados no terceiro andar do Paço dos Távoras. Acredito que para atendimento não será o indicado e portanto, haverá salas no primeiro piso que poderão servir para atendimento. Não é uma situação desejável, é certo, mas temos que fazer obras na antiga cadeia para deslocalizar alguns serviços para lá.

Em relação ao Senhor Deputado *Luís Mosqueiro*, falar novamente na estação ferroviária e concordo em absoluto, que em política é preciso ter coerência e consciência, partilho dessa opinião e a preservação da memória dos mirandelenses na estação é realmente de enaltecer o trabalho. Desde já partilhar da iniciativa da Mesa para o Voto de Louvor, partilhado por todos os membros desta Assembleia.

Relativamente ao Senhor Deputado *Emanuel Batista*, a verdade é que a barragem de Vale de Madeiro faz a rega, efetivamente, nós usamos grande parte da rede de rega do rio. Também temos uma parte do rio, mas essa correção, que agradeço, é verdadeira.

Em relação aos resíduos, este assunto vai ser encaminhado para a Divisão de Ambiente. Como sabem, uma das tarefas mais difíceis é manter alguns taludes limpos, porque há deposição de monstros, colchões, de várias ordens, não só nas aldeias como também na cidade e em alguns taludes das estradas. Esta é uma sensibilização que temos de fazer entre todos, porque o civismo e a entrega desses mesmo equipamentos no Centro de Recolha da Resíduos do Nordeste seria o mais adequado, mas as pessoas continuam a utilizar alguns locais inapropriados e os Presidentes de Junta sabem bem disso, para a deposição destes monstros, como nós chamamos na Divisão de Ambiente.

Em relação às árvores secas, temos tido alguma intervenção, mas acredito que não estamos a conseguir chegar a todas. No entanto, vamos, através da Divisão de Ambiente do Gabinete Técnico Florestal, fazer novamente essa avaliação. Neste período, observámos as árvores em recintos escolares, as suas sanidades, a sanidade vegetal das próprias árvores, porque são locais em que pode existir algum problema maior.

Relativamente ao Senhor Presidente *André Geraldo*, dizer que a estrada da Trindade é sempre a nossa preocupação. Contamos trazer, na próxima Assembleia, em conjunto com os outros municípios, novamente a vontade de reclassificar esta estrada. Relativamente ao Senhor Deputado *João Reis*, efetivamente houve uma aquisição de serviços e é um facto público. Não vejo que isso seja um problema para o Senhor Deputado, bem pelo contrário. Acho que, nas festas da cidade e nas festas das vilas, poderá haver o nosso apoio, tal como existem outros apoios para outras aldeias e freguesias. Faz parte do cariz fiscalizador, empreendedor e da realização e execução que este Executivo tem de ter junto das suas comunidades.

Relativamente à iluminação festiva, bem como ao fogo-de-artifício de 2025, a premissa foi a mesma: Os cadernos de Encargos fizeram exatamente a mesma e sim, está-se a fazer alguma partidarização, não politização, mas sim partidarização das festas.

Por último, dizer que de 2017 para 2024, a dívida da Câmara Municipal de Mirandela passou de 18 milhões, para 9,7 milhões de euros, apesar de todo o investimento que tivemos.

E outra situação que quero partilhar com todos: De 2017 a 2024, passámos de 176 dias para 41 dias de prazo médio de pagamento aos fornecedores. Ou seja, é isso que nos preocupa.

Em relação aos protocolos, em 2023/2024 estamos a manter 1,5 milhões de euros às Juntas e União de Freguesias.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, como só tenho 3 minutos, queria só debruçar-me pelos assuntos que abordamos.

Senhora Presidente, tenho aqui um comunicado seu. Cada vez que há falta de água no concelho e aconteceu naquelas freguesias todas que já enunciei, diz assim “*A Câmara Municipal de Mirandela imediatamente após ter conhecimento do sucedido, contactou a empresa Águas do Norte, solicitando o rápido esclarecimento da situação e reposição da normalidade*”. Portanto, a responsabilidade é da empresa Águas do Norte.

Então, Senhora Presidente, quem paga aquelas cisternas de água que são levadas às freguesias? É as Águas do Norte ou a Câmara Municipal de Mirandela? Bem, não me digam que agora as Águas do Norte andam-se a financiar às custas dos Bombeiros?

Outra coisa, Senhora Presidente: Continua a pagar a dívida regularmente às Águas do Norte ou cancelou-a?

Outra pergunta, se é que ainda é possível neste momento. Senhora Presidente, sabe porque estou indignado? É que tenho aqui um município a mandar-me mensagens e a dizer-me “A água é um crime público, especialmente aquela que tem arsénio e sob pena de alguma população já ter bebido dela”. E diz assim “Pois é, poderá ser crime público”. Então, quando o PSD no Cachão tinha lá excesso de lixo e fomos acusados de crime ambiental... é bem verdade, pela boca morre o peixe.

É que fomos acusados, houve dividendos políticos tirados dessa situação. Eu lembro-me do Senhor *António Branco* ter ido ter com um correligionário seu do PS, foi ao Fundo Ambiental pedir dinheiro para retirar o lixo do Cachão e foi-lhe dito na cara “Não!”. Tal a tristeza dele! Quando ele ia pedir para resolver um problema ambiental, que era um crime e pedir para a sua população, porque ele não foi pedir para ele. Portanto, a política, de facto, é cheia de vicissitudes e valha-nos Deus!

Senhora Presidente, não fale em obras da Escola, porque a Senhora Presidente tomou posse e passado um ano, foi inaugurar a Escola Secundária de Mirandela. Não colocou lá nenhum tijolo. E, além disso, não fale de obras na Escola, porque a parte pública do tempo PS, que o PS de *Sócrates* faliu a parte pública, fazia investimento na Escola Secundária de Mirandela de 15 milhões de euros e teve que ir lá a Câmara Municipal de Mirandela na altura fazer um investimento de 3 milhões de euros e de mão estendida. Não fale em educação, nem na parte pública, nem obras na educação, porque o seu Governo tem um astro que é uma coisa impressionante.

Senhora Presidente, desculpe falar-lhe assim, mas tenho de vez em quando, que lhe avivar a memória.

Outra coisa, Senhora Presidente: Plano de Saneamento Financeiro. Eu sei à data que em 2017, a Câmara, tendo em conta a dívida existente na altura, já não estava no Plano de Saneamento Financeiro.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Reavivem-me a memória que eu não tenho presente o regulamento: É proibido no Período Antes da Ordem do Dia escolhermos o assunto que trazemos aqui?

Ah! Então, não estava errada quando o trouxe cá. É que eu ouvi da Senhora Primeira Secretária da Mesa, ou Segunda, logo quando me sentei, “Já houve a Assembleia de junho” e agora, da Senhora Presidente da Câmara. Sou livre de vir dizer as coisas quando quiser, se não infringi o regulamento, no mínimo, devem-me um pedido de desculpas.

Outra coisa, eu vim questionar de forma a refletirmos, se a primeira não correu bem, para a segunda correr melhor. E acusaram-me de estar a partidizar um assunto tão sério?

Senhora Presidente, eu estou aqui há anos! Eu era profissional de educação. Vá ver as Atas todas, eu mando-lhas ver, para ver quando trouxe um assunto de educação para aqui. E sabe porque não trazia? Não era por falta deles. É porque achava que, se eu tinha informação privilegiada, que tinha os lugares próprios para discutir os assuntos e não aqui na Assembleia. Portanto, Senhora Presidente, eu não lhe admito que me diga isso. Sou uma cidadã livre, exerço a minha função, estou-lhe a dizer, deve-me, no mínimo, um pedido de desculpas, porque me acusou de algo que toda Assembleia, qualquer pessoa que esteja aqui há tantos anos como eu, sabe que nunca me servi do meu lugar de docente, nem nunca me servi de alunos, nem de conhecimentos que tinha dos problemas que há em educação, porque os há sempre, por melhor que corra. A minha intenção foi positiva e a Senhora Presidente acabou por me acusar de fazer política partidária com crianças e jovens.

Senhora Presidente, isso para mim é do mais ofensivo que existe. Em 44 anos e 7 meses de serviço que tive, sempre respeitei as crianças, os mais pequeninos. E porque os respeito tanto fiz essa intervenção! Porque achei que não foi digna e se alguém tem dúvidas, convido toda a gente a ir procurar tudo que há sobre Assembleias Jovens na Assembleia e depois comparem o que se passou aqui.

Dizem que estava a Mesa da Assembleia representada. Pois, se estava a Mesa da Assembleia representada pela Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*, devia ser ela a estar na Mesa, e não a Senhora Presidente e a Senhora Vereadora da Educação. E mais não digo, porque isto é “política miudinha” e eu não estou aqui para atacar ninguém. Estou aqui, precisamente, para melhorarmos algo que, noutros lugares, funciona muito bem e para que aqui também funcione melhor.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Deputada, no que toca à minha pessoa, permita-me, tenho que lhe dizer o seguinte.

A Senhora Deputada colocou o assunto com tamanha indignação que me causou, de facto estranheza, que tenha decorrido a Assembleia Municipal de 28 de junho e a Senhora não tenha dito nada.

É que eu, quando fico realmente incomodada, como a Senhora aqui demonstrou, sobre determinado assunto e o assunto merece esse incómodo, pois trata-se de um assunto que foi acarinhado pela Mesa da Assembleia e por toda a Assembleia no seu geral, tanto que nomeamos, inclusivamente representantes, porque como sabe, tendo as nossas atividades laborais, poderia acontecer que não

tivéssemos o devido tempo para prestar acompanhamento e por isso, nomeamos representantes. E aquilo que lhe referi, sem qualquer arrependimento e volto-lhe a referir que, tendo ocorrido essa dita Reunião a 5 de junho, tendo logo de seguida uma Assembleia a 28 de junho, de um assunto tão pertinente e que lhe causou tal perplexidade e indignação, não o tivesse feito na Assembleia de junho. É só isso. Nós estamos em outubro.

Agora, é lógico que a Senhora Deputada pode trazer esse assunto quando a Senhora quiser. Isso é evidente que sim! Ninguém questionou a pertinência do seu assunto

O que se questionou foi que a avaliação feita sobre a dita Reunião é tão negativa, podia até nem ser, repare, podia ser mais ou menos. Mas é tão negativa assim, aquilo que me causou perplexidade e como vê o assunto não era tão indiferente para mim porque eu sabia que tinha sido dia 5 de junho e a Senhora pensava que era 5 de julho, certo? Certo, Senhora Deputada?

A Senhora pensava que era dia 5 de julho, foi o que a Senhora disse de manhã. Mas afinal foi 5 de junho.

Pronto, Senhora Deputada, é o seguinte, no que toca a essa situação, está esclarecida.

Para mim os assuntos e isso é um feito meu, eu assumo; os assuntos extremamente importantes tratam-se com a consideração da importância e era no imediato. Foi isso que causou estranheza. O imediato poderia ter sido a Assembleia Municipal do 28 de junho. Para si não foi, pronto, trouxe agora. Por mim não há qualquer problema, até acho que se esclareceu um assunto importante, porque a Senhora Deputada pensava que a Mesa da Assembleia não estava representada, mas até estava pela Senhora Deputada *Patrícia Bernardo* que inclusivamente, participou na Reunião de Comissão Permanente como convidada, no sentido de articular e acertar todos os trâmites dessa Reunião.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Era para perguntar à Senhora Presidente, que não me respondeu, daqueles arruamentos da zona industrial. Perguntei na anterior Assembleia, que estava aquilo tudo cheio de buracos e ontem fui lá e está cada vez pior e não me respondeu.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, é para vocês que faço um pedido de esclarecimentos, é a Mesa.

A Senhora Presidente do Município disse que estávamos angustiados pelo facto de ter havido festa e que devíamos também de nos preocupar com outros assuntos. Eu questiono qual é que é o nosso papel, enquanto deputados, se não o de fiscalizar? E foi isso que eu fiz. A Senhora Presidente não respondeu às minhas perguntas e por isso, eu vou solicitar, através da Mesa, a resposta a essas perguntas.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu acho é que, foi aquilo que eu disse, acho é que pelo facto de a organização passar para a esfera da Câmara e da Junta de Freguesia, transforma-a num facto político que tem de ser falado e esclarecido.

Nesse sentido, vou reforçar as minhas perguntas, e corrija-me se estiver errado, uma delas é relativamente ao Relatório da PSP. Não me respondeu se há, se não há, qual foi a conclusão a que se chegou.

Vou dizer agora, não disse há pouco, mas vou dizer agora. Como qualquer mirandense fui às festas, como é normal e não sei qual seria pior, se houvesse um acidente ao pé do palco este ano não sei se a ambulância chegaria lá a tempo e de que forma é que chegaria lá. Só se descesse as escadas por baixo do palco, era a única solução.

Gostava de saber qual é a opinião da PSP.

De facto, estas situações são sempre complexas quando nós, por um lado, tentamos ter alguma objetividade nas perguntas e depois a dificuldade nas respostas. Parece, por aquilo que vai dizendo, anda ali de roda e não responde muito bem, que é angustiante para si responder aquilo que lhe perguntamos e eu acho que não faz sentido nenhum. Nós fazemos as perguntas e a Senhora responde, é simples! Não tem nada que saber.

Falou-me na questão da Torre Dona Chama e daquela adjudicação que fizeram para a Torre Dona Chama. Chego à conclusão que se calhar é melhor falar com os Senhores Presidentes de Junta que organizam as próprias festas para que criem Associações, porque assim não têm de vir aqui pedir subsídios à Câmara. Basta fazer um pedido, a Associação faz um pedido e recebe o apoio direto da Câmara, sem ter de vir aqui pedir o subsídio. Parece-me a mim. Não tenho nada contra...lá está. Voltamos ao mesmo.

Não tenho nada contra a Associação, não tenho nada contra nada, só quero perceber qual é que é a lógica deste gasto. Se é para festas, tem que haver contratação pública, é assim que funciona. Então por que razão para aquele caso e deve haver outros, a mim surgiu-me aquele, apareceu-me aquele, por que teve de ser assim? Ou por que foi assim?

Deixo a sugestão aos Presidentes de Junta, que criem associações a ver se conseguem receber mais algum para as festas deles.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu já estou habituado a que não me responda a nada, agora que baralhe as coisas já não estou assim tão acostumado.

Eu não falei nada no cemitério, alguém me ouviu falar aqui em cemitérios? A questão do cemitério, eu sei que já é o terceiro projeto, mas isso é uma forma de ir empurrando a obra para a frente, para não se fazer.

Eu já lhe perguntei várias vezes sobre o administrador da AIN, essa sim e continua sem resposta.



Relativamente ao ofício, aquilo deve ser “uma casa a arder”, sem bombeiros, Senhora Presidente, eu fiz questão de enviar, em ofício, por carta registada, com aviso de receção, que foi enviada dia 07 de março de 2024, foi rececionada na Câmara dia 11 de março de 2024 e a Senhora Presidente diz que não tem conhecimento disto? Desapareceu?

Eu tenho aqui o ofício comigo, se quiser depois posso-lhe facultar.

Eu gostava de saber qual é o critério para a atribuição dos subsídios e qual a discriminação de Frechas, se tem alguma coisa contra a Junta de Freguesia de Frechas para não atribuir este subsídio?

Como é do conhecimento da Senhora Presidente, que está bem claro nos termos do Artigo n.º 13.º do Código do Procedimento Administrativo, a Senhora Presidente é obrigada a responder, portanto, aguardo essa resposta.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *ARMÉNIO VAZ* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Boa tarde a todos, espero que tenham tido um almoço condigno e que esteja tudo bem-disposto.

Eu, obviamente, fiquei um bocadinho triste com a resposta da Senhora Presidente. Eu tinha dito aqui que até concordava que houvesse uma verba mais extensa para as festas da cidade, mas fiquei um bocadinho desiludido porque, para as aldeias, é só *stands* ou qualquer coisa, que não representa nada para as festas das nossas aldeias. E como sabe, é preciso muito trabalho, muita dedicação por parte das comissões de festas, para se fazer alguma coisa nas aldeias.

Fiquei um bocadinho triste, porque se realmente há uma verba de 400 mil euros ou aquilo que foi, também deveria haver uma verba para as 101 aldeias do concelho, porque também fazem festa e também precisam de ajuda. Por isso, eu espero que o Executivo da Câmara pense numa verba para as aldeias, porque nós também precisamos de animar as nossas populações. Fico a aguardar que vocês tomem esse tipo de atitude.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De forma muito sucinta dizer que efetivamente, a responsabilidade do abastecimento público da água é da Câmara Municipal de Mirandela. No entanto, estamos dependentes do abastecimento em alta das Águas do Norte, ou seja, quando dizemos que foi reposta a normalidade, foi porque os caudais do abastecimento da água em alta foram suficientes para que pudéssemos fazer chegar a água em baixa. A entidade gestora da água em baixa, salvo as 4 aldeias que temos, que são as Juntas de Freguesia, mas a responsabilidade é da Câmara. Efetivamente, dependemos das Águas do Norte. Julgo que ficou claro agora, mas às vezes os esclarecimentos têm de ser repetidos várias vezes.

Relativamente ao crime ambiental do Cachão, eu julgo que essa situação já está mais que debatida aqui. Houve, realmente, a retirada das toneladas de lixo depositado. Mas quero dizer-lhe que a Senhora Ministra do Ambiente do atual Governo não teve acolhimento a nossa candidatura espontânea da derrocada da Estrada Municipal 603 que liga ao Parque Ambiental e onde o Orçamento Municipal investiu 170 mil euros. Portanto, tal como não teve acolhimento noutros tempos, também agora não tivemos esse acolhimento, mas a obra foi feita para que a empresa da Resíduos do Nordeste, o centro de recolha oficial, tivessem a estrada em condições.

Em relação à Senhora Presidente *Luísa Deimões* dizer que, obviamente, todos nós temos a liberdade de dizer o que queremos, quando queremos, desde que sejamos respeitosos uns com os outros, que sempre fomos.

Relativamente à reflexão, julgo que foi um primeiro momento, houve uma Assembleia Municipal Jovem pela primeira vez. Eu vejo sempre as coisas pelo lado positivo, que foi o facto de existir a Assembleia Municipal Jovem e sinceramente, fiquei chocada por me dizer que a Assembleia decorreu sem o mínimo de dignidade, ou seja, a Assembleia decorreu com a dignidade de termos jovens que estavam a participar, a partilhar as suas preocupações e todos nós a acolher essas participações, os serviços educativos fizeram o seu trabalho, fiquei surpreendida pelo facto de esta situação ser agora avocada. Mas, claro, podemos sempre melhorar.

Foi a primeira Assembleia Municipal Jovem que fizemos em Mirandela. Pode dizer que não é nada inovador, é verdade, não é nada inovador noutros municípios, mas aqui nunca tínhamos feito. E este ano, certamente, vai correr muito melhor.

Não podemos ver sempre as coisas pelo lado negativo, temos de as ver, também, pelo lado positivo. Estou convicta que a Professora, uma vez Professora é sempre Professora, que a Professora partilha desta nossa convicção. Podemos, efetivamente, melhorar. Até na própria Assembleia dissemos que era a primeira Assembleia e que este ano poderá ser feita com a experiência daquilo que vivemos o ano passado e portanto, este ano, em junho poderemos melhorar.

Relativamente ao Senhor Presidente *Bernardino Pereira* dizer que efetivamente, passou esta anotação dos arruamentos da zona industrial. Eu julgo que se referia ao Ninho de Empresas. Houve, até com a participação e desde já agradeço à Associação Comercial Industrial de Mirandela, porque tem tido em parceria connosco um trabalho de excelência para a organização do Ninho de Empresas, que é partilhada a gestão entre a Câmara Municipal de Mirandela e o IEFP e portanto, com algumas receitas que vamos tendo com o Ninho de Empresas, vamos fazer algumas melhorias dentro do CACE, porque está muito degradado o seu piso, a manutenção dos Jardins.

A Divisão de Obras Municipais e Urbanismo tem esta tarefa de fazer algum investimento para melhoria das condições. Apesar do IEFP ser o titular daquela propriedade portanto, a Câmara Municipal de Mirandela tem de obter a autorização por parte do IEFP para executar algumas obras, ou seja, aquilo é propriedade do IEFP, pelo que só podemos fazer alguma intervenção com a concordância e autorização deles.

Em relação ao Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, obviamente, se eu não respondi às questões todas, lamento. Não foi com isso pensado, peço imensa desculpa, mas faremos a resposta por escrito, logo que o Senhor Presidente nos faça chegar as questões e os Órgãos Municipais façam a transcrição da Ata.

Eu tento responder a todas as questões, eu peço a vossa compreensão porque, de facto, muitas vezes poderá passar uma ou outra questão, até porque houve duas intervenções em que eu não estive, tive de sair para um atendimento e, portanto, não ouvi.

Posso não ter correspondido às vossas expectativas que eu sei que, em relação a mim, são sempre muito altas. E isso, para mim, é um orgulho, que vocês tenham sempre expectativas muito altas, quer dizer que estão à espera que eu responda a tudo e que responda a tudo com todos os pormenores. Mas, efetivamente, nem sempre é possível e agradeço a vossa compreensão.

Relativamente ao Senhor Deputado *João Reis*, dizer que havia nas festas um Plano de Segurança aprovado por todos. Não foi necessário ativar o Plano de Segurança, felizmente. Mas deixe-me partilhar consigo um momento e uma partilha de uma pessoa que nunca esteve no cenário do palco, porque tem uma cadeira de rodas e portanto, quando era na zona verde não conseguia chegar ao palco e este ano conseguiu participar nestas situações. Foi uma das partilhas que valorizei, porque temos de valorizar. É um cenário inclusivo e temos que valorizar a inclusão.

Acho que já respondi à questão de ser angustiante. Eu pergunto, o Senhor responde. Julgo que não é por aí.

Em relação à Torre Dona Chama, eu não acho que foi um gasto, acho que foi um investimento e por isso, manteremos essa posição juntamente com todos aqueles que for necessário.

Relativamente ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, falei no cemitério porque foi questionado qual foi o critério de atribuição dos apoios extraordinários. Uma das situações que nós apoiamos e estamos a apoiar, sempre que há projeto, é a ampliação dos cemitérios. Julgo que Frechas está nessas circunstâncias, daí eu ter abordado a questão do cemitério que contará, certamente, com o mesmo valor, logo que haja o projeto executado.

Relativamente ao Conselho de Administração da AIN, houve alteração do Conselho de Administração. Neste momento o Presidente do Conselho de Administração é o Vice-Presidente *Orlando Pires* e portanto, foi isso que ficou deliberado na última Reunião do Conselho.

Sobre o ofício de dia 7 de março, já perguntei aos serviços e, certamente, que terá uma resposta.

Em relação ao Senhor Presidente *Arménio Vaz*, fico preocupada porque ficou triste com a minha resposta e eu não quero que o Senhor Presidente fique triste, porque é uma pessoa sempre muito bem-disposta e sempre muito positiva.

Dizer que os *stands* não representam nada, o Senhor sabe que representa e representa muito. Representa custos, deslocação, representa trabalhadores que vão aos locais fazer a montagem, a desmontagem e representa sempre um esforço. Eu sei que não disse isso com o propósito de dizer que não representam nada, mas foi isso que disse. E sei que não era isso que queria dizer, é que representa bastante. Obviamente que o nosso orçamento não é ilimitado, assim como não são os vossos e, portanto, temos de ter prioridades e é isso que vamos continuar a fazer, apoiar segundo as prioridades que definimos.

Ordem do Dia

4 - Período da Ordem do Dia.

4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, aquela última intervenção, onde pedia que me explicasse melhor as perguntas que eu lhe fiz, a Senhora Presidente não me respondeu. Mas primeiro deixe-me dizer-lhe uma coisa: Nunca duvide do meu respeito pela sua pessoa, quer pessoal, quer também na figura de Presidente da Câmara Municipal de Mirandela e sabe disso!

Uma coisa é o combate político que, por vezes, é aceso. Nunca duvide disso, porque está a ferir-me a mim e àqueles que me deram educação. Enfim, acho que tem que haver educação no meio disto tudo, sob pena de nos tornarmos aqui uns “bichos”.

Senhora Presidente, não respondeu sobre as cisternas. Quem paga as cisternas? Diga! É a Câmara Municipal que paga as cisternas, que vai repor a água que as Águas do Norte não dão.

Eu estou dentro do ponto, sabe por quê? Porque estas são as informações da Senhora Presidente e sobre água e saneamento não diz nada. Está aqui o item, água e saneamento, mas depois não diz nada. Temos que ir à imprensa local buscar outro tipo de informações. Estão a perceber?

Era o que faltava que agora um Técnico da Câmara Municipal, que elabore este documento neste item, vir agora aqui colocar que há arsénio na água de Mascarenhas e que configura crime de saúde pública.

Não me respondeu quem paga as cisternas.

A dívida às Águas do Norte está aqui “*Processos judiciais: 37 processos judiciais*”, estão aqui um, dois, três, quatro processos judiciais. É as Águas do Norte contra o Município, não é? Onde o Município é Réu? Porquê?

Senhora Presidente, só pedia que me explicasse.

Esteja calado Senhor Deputado, dê-se ao respeito! Dê-se ao respeito! Então ali mandam-me calar, e agora você não se cala!

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Senhor Deputado, prossiga, por favor. Prossiga.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É isto Senhor Presidente. Eu agradecia que tomasse ordem. Eu sei que o Senhor Presidente quando fala toma ordem da Assembleia Municipal. Eu peço desculpa quando eu também me excedo.

Senhora Presidente, sobre a água, não diz nada nesta Informação da Senhora Presidente e está a passar ao lado da discussão do tema como deve ser ele próprio discutido, porque tenho aqui mensagens de dois ou três municípios, que me responderam agora, que estiveram a assistir à Assembleia e dizem o mesmo, que a Senhora não responde e não assume responsabilidades.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Senhora Presidente, eu estive uma manhã inteira a ouvir falar sobre a festa de Mirandela e obviamente, como mirandense, não posso dizer que fiquei angustiado, porque gostei das festas de Mirandela, independentemente do assunto que trouxe às discussões sobre as Festas de Mirandela. Mas esse não é o ponto, o ponto é a Informação da Senhora Presidente.

Senhora Presidente, na sua informação, no ponto 4.1, em que temos, e eu passo a citar:

“Estão a ser objeto de monitorização as várias Operações no âmbito dos Programas – NORTE2020, POSEUR, COMPETE, FUNDO AMBIENTAL, TURISMO DE PORTUGAL e IFAP.

Elaboração de informações, nomeadamente sobre os procedimentos que devem ser adotados tendo em vista a elaboração, gestão, acompanhamento e encerramento das operações.

Acompanhamento técnico nas visitas “Verificação ao Local” (auditorias presenciais) efetuadas pelas várias autoridades de gestão dos programas das operações executadas pela autarquia.”

No ponto 2, no âmbito da expansão/ampliação da Zona industrial, porque eu acho que são estes os temas nos quais nos devemos focar aqui, as coisas que fazem mexer Mirandela, as Festas são as Festas. A Senhora Presidente diz assim, e passo a citar:

“A EMGII está focada na preparação do Programa de Procedimento, para posterior submissão para aprovação do órgão executivo municipal, para ulterior abertura do correspondente procedimento legal para apresentação de candidaturas para o acesso e atribuição dos lotes da Área de Acolhimento Empresarial do Município de Mirandela. O Programa do Procedimento, previsto no n.º 2 do art.º 5.º e no art.º 8.º, do regulamento aprovado...”. Senhora Presidente, o regulamento foi aprovada no dia 22 de junho de 2023 nesta Assembleia. E mais tarde, na continuação desta apresentação, diz aqui num determinado ponto: “Este documento, atualmente, encontra-se em fase de discussão técnica interna para ganhar a maturidade que se lhe impõe.”. Ganhar a maturidade que se impõe. A maturidade deste documento já vai com um ano e seis meses. Eu não vou questionar a maturidade e o tempo que leva a ser feita a maturidade, nem vou estar a questionar aqui vários pontos que podia perfeitamente, tenho 10 minutos e muitas perguntas para lhe fazer. Mas diz a Senhora Presidente o seguinte:

“Em 19/07/2024, o Programa de Procedimento elaborado (versão draft)...” e isto aqui é que me preocupa bastante, Senhora Presidente, “...foi endereçado para apreciação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, com vista a garantir que este documento cumpre integralmente todos os pressupostos de candidatura designada por “Área de Localização Empresarial de Mirandela” que permitiu a expansão da Zona Industrial de Mirandela, apesar deste “parecer” não compreender efeitos vinculativos”

Senhora Presidente, aquilo que lhe quero perguntar aqui é se a CCDDR-N está fora do contexto e não tem razão para andar? Sabemos que é uma apreciação não-vinculativa, mas fica ferido de morte. Portanto, nós desenvolvemos um plano para a expansão industrial, para a nova Zona Industrial, mas ainda não temos um parecer da CCDDR-N se aquilo está feito corretamente, está aqui, ainda estamos à espera do parecer, ainda estamos à espera. Vamos a ver se ele é positivo ou não. E eu quero-lhe perguntar agora, muito concretamente, e se não for? Apesar de não ser vinculativo, e se não for? Quais são os passos que vamos dar a seguir?

Senhora Presidente, em relação às Festas, nós propusemos um pedido de esclarecimento à Mesa. No entanto, ainda não recebemos esse esclarecimento e eu só irei falar sobre ele quando tiver o pedido de esclarecimento. porque vir para aqui falar de cor sobre números que eu não sei se são verdadeiros ou não, não é o apanágio da CDU falar dessas matérias sem conhecimento de causa.

Em relação à questão do ponto, que é bastante importante e é engraçado este documento da Informação da Senhora Presidente, porque encontramos aqui coisas muito sugestivas e eu vou passar para os resultados de inquéritos de satisfação.

E diz assim *“ Foi realizado o tratamento estatístico dos inquéritos realizados, os resultados foram os seguintes.”* Depois, tem aqui um quadro: *“Inquérito de consulta aos trabalhadores em matéria de segurança e saúde no trabalho de acordo com o Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro”, e diz assim: “No seu local de trabalho, faz uso de máquinas de trabalho?” 70,2% Responderam que sim, 15,3% responderam que não, 10,5% não responderam e 1,8% diz não era aplicável. E depois há aqui uma questão que me chamou a atenção e esta é bastante grave, achava importante que o Executivo da Câmara olhasse para estes números, não como olha a maioria das pessoas, mas que olhassem para isto de uma forma mais séria.*

A segunda pergunta diz o seguinte: *“ Possui formação para manipulação da máquina?” Sim, 47,4%. Não, 45,6%. Ou seja, metade dos trabalhadores que trabalham na Câmara Municipal de Mirandela e que utilizam máquinas que provocam acidentes, metade desses trabalhadores, 45%, não têm formação. Não têm formação. Isto não é dito por quem fez a descrição deste documento, foi o inquérito, foram os próprios trabalhadores da Câmara que disseram que não tinham formação. 3,5% dos trabalhadores não deram resposta, provavelmente não têm formação, se calhar nem sabem o que é formação, porque também não lhes foi pedido se tinham formação. Portanto, estas questões são muito importantes, e acho que era bom que o Vereador responsável por esta matéria ter em atenção, porque fica claro que, na questão da Segurança, e quando o PCP e a CDU apresentaram nesta Assembleia Municipal uma moção para que fossem contemplados os trabalhadores na questão do subsídio de penosidade e insalubridade, era importante que a Câmara Municipal de Mirandela olhasse para estes números de uma forma muito séria, porque realmente demonstra aqui uma falha grave naquilo que é o funcionamento da Câmara Municipal de Mirandela e dos Serviços de Trabalho.*

Isto vai ser difícil, são muitas perguntas e eu tenho pouco tempo, mas deixo para depois.

Senhora Presidente, aqui na questão da Rede de Transportes Urbanos Rodoviários, nós vamos ter um ponto a seguir, que tem a ver com a transferência de competências para a CIM-TTM na questão do plano de mobilidade, e diz a Senhora Presidente o seguinte:

“Reunião com a DOMU relacionada com estratégia de implementação de rede urbana de transporte público rodoviário; Reunião com a empresa OPT com vista à criação de uma rede urbana de transporte público rodoviário”.

Senhora Presidente, gostava de saber que resultados é que surgiram destas reuniões com estas empresas, gostava de saber, concretamente, o que é que está em cima da mesa, se realmente a Câmara Municipal vai avançar, de uma vez por todas, para que haja transportes urbanos na nossa cidade?

Senhora Presidente, aqui no ponto da Rede Social e Ações de Formação, a Senhora Presidente aqui diz *“Levantamento de dados – População em situação de Sem Abrigo”*, nos gostávamos de saber qual é o levantamento que foi feito sobre esta população em situação de sem abrigo; e no ponto 14 diz que *“Reunião de Núcleo Executivo: Análise, elaboração e aprovação do Plano de Ação – Programa CLDS-5G. Reunião de CLAS: Aprovação do Plano de Ação do Programa CLDS 5G. Integração de duas Entidades no Conselho Local de Ação Social: Rede Europeia Anti Pobreza...”*, eu também gostava de saber, na reunião que houve, o que foi apresentado, e qual é o plano de ação que esta Rede Europeia Anti Pobreza tem em Mirandela?

E para terminar, porque já estou quase em cima do tempo, e há aqui uma pergunta que, provavelmente, muitos Deputados irão dizer que é uma questão ideológica. Mas, quando nós falamos de dinheiros públicos, e falou-se aqui muitas vezes em dinheiros públicos, que se gastou muito dinheiro público nas Festas, há aqui uma que me deixa particularmente angustiado, deixa-me angustiado. As Bolsas de Estudo do ensino superior, Senhora Presidente. Diz a Senhora Presidente: *“O presente ano letivo teve o maior número de candidatos desde a implementação e operacionalização do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo do Município de Mirandela. Para o ano letivo 2024/2025, foi deliberado, por unanimidade, em Reunião de Câmara de 22 de agosto, a atribuição de 40 Bolsas de Estudo a estudantes residentes do concelho, que ingressem ou frequentemente estabelecimentos de ensino superior...”* e depois tem aqui uma adenda à frente, que esta é engraçada, esta é ideológica, como é lógico, *“...que frequentemente estabelecimentos de ensino superior (público, particular ou cooperativos devidamente homologados) ...”* Então quer dizer que a Câmara Municipal de Mirandela vai dar uma bolsa de estudo a um estudante que vá para a Universidade Católica? Engraçado, fica perfeitamente claro que, às famílias ricas de Mirandela, estas que podem pôr os filhos a estudar em escolas privadas que pagam uma mensalidade, a Câmara Municipal de Mirandela dá um apoio. Afinal, estas bolsas de estudo, pelos vistos, não são para os mais carenciados, provavelmente será para os mais ricos, porque, se contempla aqui o ensino particular e cooperativo, Senhora Presidente, fica muito claro qual é a opção política da sua governação.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, como é do seu conhecimento, a Senhora Presidente deve enviar a esta Assembleia Municipal uma Informação Escrita em todas as Sessões Ordinárias acerca da atividade da Câmara Municipal de Mirandela e da sua situação financeira. Nesta Informação devem também constar quais os processos judiciais pendentes, os recursos hierárquicos, com indicação da respetiva fase e estado.

Ora, eu acho que a Senhora Presidente se está a esquecer de informar esta Assembleia Municipal, relativamente a um processo judicial interposto no Tribunal de Contas, através do recurso do Ministério Público, acerca da nomeação dos dirigentes do Município que a Senhora Presidente nomeou em regime de substituição e no qual foi condenada a uma multa de 2.500 euros.

Já que a Senhora Presidente se esquece daquilo que lhe convém, eu lembro-a e quero que informe esta Assembleia, como é sua obrigação, relativamente ao Acórdão do Tribunal de Contas n.º 12/2024, de 10 de abril.

Ainda relativamente à sua informação, Senhora Presidente, tive conhecimento de um Despacho de Vossa Excelência de junho deste ano que foi a Reunião de Câmara e confesso, que estava à espera que a respetiva Ata fosse publicada no *site* do Município, mas até à data nada. A última Ata foi publicada dia 02 de maio. Ao que isto chegou, Senhora Presidente! Atas com 5 meses de atraso. Não entendo. A cada dia que passa o número de trabalhadores da Câmara aumenta, mas parece que o serviço é cada vez mais lento.

Mas relativamente ao Despacho a que me refiro, vem o Senhor Vereador *Vitor Correia* renunciar ao cargo de Vice-Presidente porque tem muito trabalho e não consegue acumular os processos dos seus pelouros com a Vice-Presidentência. Das duas, uma: Ou só o Senhor Vereador *Vitor Correia* é que trabalha ou a Senhora Presidente está muito mal acompanhada pela restante Vereação.

Vamos lá ver uma coisa, se, por opção própria, como já se especula na Rua da República, ou por alguma fatalidade ou doença grave a Senhora Presidente renuncie ou suspenda o seu mandato, que aquilo que eu mais lhe desejo é muita saúde, o Senhor Vereador *Vitor Correia*, que é o número dois da lista do Partido Socialista, não tem, então, capacidade de assumir a Presidência da Câmara, e eu como Presidente de Junta e como mirandense, fico extremamente preocupado.

Deixo esta reflexão a esta Assembleia e a todos os mirandenses.

Relativamente ainda à sua informação, na página 33, em relação ao Desporto, o Campeonato Nacional de Canoagem leva a 4ª edição na nossa cidade desde 2021, mas vou-lhe dizer Senhora Presidente, sabe quantos atletas do concelho participaram no tal evento que este Executivo tanto patrocina e faz do mesmo uma Bandeira do Desporto? Bola!

É isto que chama de desenvolvimento desportivo? Isto mais parece um salão de baile em que nós pagamos e os outros vêm cá dançar!

Mas não é só na canoagem que se passa isto. Na natação é igual e dou como exemplo a tal prova de águas abertas no Rio Tua a contar para o campeonato nacional. Toca a patrocinar mais uma Bandeira, e atletas da casa? Bola! Mais uma bela ferramenta de desenvolvimento desportivo!

Senhora Presidente, não sou nenhum catedrático em desporto ou atividade física, mas qualquer cidadão percebe isto: Nunca este Executivo teve um plano de desenvolvimento desportivo. Se não, eu pergunto: Existem mais clubes agora do que há 7 anos atrás? Há mais atletas? Há mais equipamentos desportivos? Mais pessoas a praticar atividade física? Aguardo as suas respostas.

O que me parece é que a Senhora Presidente quer os clubes e associações financeiras dependentes da Câmara para poder por e dispor como bem entender.

Andam há anos a apregoar que colaboram com várias entidades desportivas, através de contratos de desenvolvimento desportivo. Então, vamos lá ver uma questão: Quem fiscaliza esses contratos? Segundo consta, são os Técnicos de desporto, que são funcionários do Município.

Então eu pergunto, como é possível fazer parte dos órgãos sociais de um determinado clube e depois fiscalizar esse mesmo clube no qual integra os respetivos órgãos sociais? Ou seja, é juiz em causa própria.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigada por todas as intervenções, são sempre oportunidades para responder e para esclarecer.

Em relação ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, dizer que, obviamente, quem paga a deslocação em cisterna, por concurso, aos Bombeiros Voluntários de Mirandela e aos Bombeiros Voluntários de Torre Dona Chama é a Câmara Municipal. Já fizemos uma candidatura ao Fundo Ambiental, em que houve um ano que tivemos um pagamento do Fundo Ambiental, e pretendemos candidatar uma cisterna para a Câmara Municipal de Mirandela poder fazer este próprio serviço, pois nesta época de Verão os Bombeiros têm outras ocorrências e, portanto, temos de ter outra salvaguarda no transporte de água.

Obviamente que sou responsável e assumo todas as responsabilidades de tudo que acontece na Câmara Municipal de Mirandela. E por isso, assumo, desde logo, tudo aquilo que corre menos bem e partilho tudo aquilo que corre muito bem. Claro que a visão da oposição é que tudo corre mal, mas, felizmente, há muita situação que corre bem. Aliás, prova disso é que os nossos técnicos, todos os dias estão na rua, todos os dias resolvem problemas aos cidadãos e é para eles que nós trabalhamos. Nós todos! Vocês têm a obrigação de fiscalizar, e bem, o nosso trabalho e nós estamos aqui para prestar contas, e prestando contas, estamos aqui a assumir as nossas responsabilidades.

Não posso dizer que corre tudo bem a cem por cento. Em todas as nossas vidas profissionais há problemas, na Câmara, em qualquer Junta, em qualquer associação, em qualquer trabalho, em qualquer empresa há problemas, e temos obrigatoriamente de os saber superar e assumir responsabilidades.

Eu nunca fugi nesta Assembleia às minhas responsabilidades, minhas e do Executivo todo, e vou continuar a fazê-lo. Apesar de, muitas vezes, e todos nós somos confrontados com situações de injustiça, mas até aí temos que ser capazes de ser resilientes, como somos nós, transmontanos, e de superar as dificuldades. E é por isso que eu me mantenho aqui, perante vós, a assumir tudo aquilo que fazemos. E é por isso que, após as Assembleias Municipais, nos reunimos para melhorar os processos, melhorar os procedimentos e de que forma é que podemos ir de encontro das preocupações de cada município que entra na Câmara Municipal, de cada empresário que quer fazer um investimento, de todos aqueles que trabalham nas escolas e que querem que o sistema educativo funcione, os senhores professores, dos assistentes operacionais.

Acreditem que com esta delegação de competências o trabalho de uma Câmara Municipal ficou muito diferente daquilo que era, com outro tipo de abrangência e acreditem que tem sido feito um esforço grande por parte de todos. E eu agradeço a todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Mirandela, que todos os dias fazem com que as coisas aconteçam. Porque nem tudo está mau! Há muitas coisas a funcionar e a funcionar muito bem! Muito bem mesmo!

Por isso, acho que devemos felicitar os trabalhadores da Câmara Municipal de Mirandela. Nós somos o rosto visível de tudo que acontece de mal na Câmara Municipal de Mirandela mas partilhamos com todos os trabalhadores tudo que acontece de bem. Portanto, daqui para eles todos, porque sei que muitos deles estão a ouvir esta Assembleia Municipal, a minha eterna gratidão por todos os dias trabalharem com o objetivo de servir os mirandelenses. E não estamos a falar de pessoas políticas, porque a maior parte dos trabalhadores da Câmara Municipal de Mirandela não têm atividade política, outros terão, e também a esses a nossa eterna gratidão.

Relativamente ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, respeito muito o trabalho da Equipa Municipal de Gestão Integrada de Investimentos. De facto, o procedimento que estão a levar a cabo necessita de uma certa maturidade, e não vejo isso da forma como viu. Realmente, pedimos um parecer que não é vinculativo à CCDR-N, porque foi financiado pelo Quadro Comunitário e precisávamos de ter esse parecer. Entretanto, já temos o parecer e a única alteração que houve foi a necessidade e garantia de equidade do mercado, ou seja, livre concorrência.

Nos tínhamos colocado a possibilidade de empresas que estavam no ninho de empresas poderem transitar, com alguma vantagem, para a zona industrial e isto não é possível acontecer, ou até empresas que estivessem na cidade e quisessem transitar para a zona industrial, por questões ligadas à sua atividade, pudessem ter esse benefício, e isso não é possível. Ainda bem que o fizemos, já tivemos uma reunião com técnicos da CCDR-N, para que não haja de alguma forma, o risco de, em vários processos de Fundos Comunitários, ter de devolver verbas à comunidade. E é isso que queremos evitar, era esse o nosso objetivo, evitar devoluções.

Em relação aos inquéritos de satisfação, nós evoluímos muito em termos de Higiene e Segurança. Temos uma Técnica especializada que só trabalha nesta área de segurança e, felizmente, diminuimos muito os acidentes laborais, com a utilização de equipamento de proteção individual. Esta questão que foi colocada talvez não tivesse sido bem percecionada, porque, mais a frente diz “*Conhece os riscos a que está exposto durante o manuseamento do equipamento?*” e eles já respondem 78,9% que sim e 15,8% que não. Aqui já há uma formação interna diferente.

De qualquer forma, é uma questão que temos que avaliar junto da Divisão de Planeamento Estratégico, porque estes serviços de Higiene e Segurança dependem dessa divisão.

Relativamente aos transportes públicos, estamos a falar em transportes urbanos, estamos a desenhar novos circuitos. Os que existem já são demasiado antigos e estamos a redesenhar com as novas áreas da cidade para 2024, daí essa reunião com a empresa que está na informação.

Em relação à situação dos sem-abrigo, nós temos algumas pessoas, estão identificadas 6 situações de pessoas que estão a pernoitar em locais que não são considerados habitação, ou seja, estão a ser acompanhados pelos serviços de Ação Social e temos que encontrar soluções. Estas, sim, são situações preocupantes, muitas relacionadas com alguns aspetos da saúde mental, que têm que ser acompanhadas, monitorizadas, e temos que ter soluções nós, o Estado e os Governos.

Tem sido feito um trabalho muito importante ao nível do acompanhamento, é um trabalho diário que muitas vezes não é visível, o acompanhamento psicológico de todas as situações e também o estudo do seu agregado familiar. É uma das áreas em que mais estamos a trabalhar. A área da Ação Social é uma área que tem uma projeção imensa no dia a dia das pessoas, principalmente em grupos mais vulneráveis da população.

Relativamente às bolsas de estudo, nós somos inclusivos, incluímos todos aqueles que estejam em situação de carência e que tenham dificuldades em suportar os custos. Estamos a atribuir uma bolsa de 75 euros e alargamos esta iniciativa. Já foi neste Executivo que implementamos, sabemos que não resolve o problema, mas é um complemento àquilo que é o apoio do Estado e do Governo Central nestas situações.

Relativamente ao Presidente de Junta de Freguesia *José Carlos Teixeira*, por vezes até me dá a ideia que não estou perante um Presidente de Junta de Freguesia, que traz aqui os problemas da sua Junta de Freguesia.

Eu admiro muito os Presidentes da Junta de Freguesia que trabalham de forma exclusiva nas questões da sua Junta de Freguesia. De qualquer forma, percebo que existe outra intenção por trás destas questões e respeito, cada um é livre de o fazer, e irei responder as perguntas que me colocou.

Esta questão do pagamento é uma questão pessoal. Eu vou ter de pagar, efetivamente. Não é a Câmara que vai pagar, sou eu, por isso não tem de estar na Informação da Presidente porque simplesmente sou eu, *Júlia Rodrigues*, que vai pagar.

Esta é uma situação que vou esclarecer publicamente.

Há interpretações diferentes relativamente a esta situação. O Tribunal de Contas considera que o prazo conta a partir de um dado momento, a DGAEP (Direção-geral da Administração e do Emprego Público) tem outra interpretação. Houve a tentativa de muitos Presidentes de Câmara, de PS e PSD, que fizeram essas situações e que neste momento estão a recorrer. Portanto, pagarei e não tenho que dar satisfações da minha conta pessoal ao Senhor Presidente de Junta, e, portanto, vou fazê-lo porque é a minha obrigação.

Em relação à Vice-Presidência: Julgo que todos os Despachos do Senhor Vice-Presidente, o número dois da lista do Partido Socialista, dizem respeito à gestão interna. Obviamente que nunca seria de bom-tom vir aqui influenciar a gestão interna da Junta de Freguesia de Mirandela, de Frechas, de Alvites (isto vendo aqui os Senhores Presidentes de Junta), acho que cada um deve tratar dos seus assuntos. Estamos bem, obrigada pela preocupação.

Relativamente à Canoagem, os contratos de desenvolvimento desportivo, os clubes: Efetivamente há cada vez mais pessoas a praticar desporto, há mais clubes, cada contrato de desenvolvimento desportivo tem um gestor de contrato, e o gestor de contrato, obviamente, que não pode fiscalizar situações, porque há um conflito de interesses. Portanto, lançar a suspeita sobre todos os técnicos de desporto que tem contratos de desenvolvimento a seu cargo, obviamente que há atitudes que ficam com quem as toma. Nós, internamente, vamos verificar se existe alguma situação de conflito e, se existir, vamos regularizar.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu ainda consigo perceber a diferença entre possuir formação para manipulação de uma máquina e não consigo também perceber se conhece o risco a que está exposto. A Senhora Presidente está a dar aqui um exemplo que não tem nada a ver uma coisa com a outra, peço imensa desculpa.

“*Conhece os riscos a que está exposto durante a utilização da máquina ou equipamento de trabalho?*” Obviamente, que se eu perguntar a uma pessoa que não tem qualquer tipo de conhecimento de uma máquina, se lhe puser uma motosserra na mão e lhe perguntar “Sabe qual é o risco que tem ao trabalhar com esta máquina?”. Ele provavelmente vai dizer: “Sei, é cortar-me com ela.” E se eu lhe disser assim: “E sabe como trabalhar com ela sem se magoar?” Não, porque não tive formação.” São essas diferenças completamente opostas entre uma coisa e a outra. É só para explicar.

Senhora Presidente, desculpe lá, na questão das bolsas de estudo não me respondeu. Eu fiz-lhe uma pergunta muito clara: É justo que um aluno com poucas possibilidades financeiras, mas que tenha boas notas, e que não tem possibilidades de ir estudar para a Portucalense ou para a Católica, tenha uma bolsa do Município de Mirandela? Foi isto que lhe perguntei. Só lhe perguntei se é justo.

É justo que um aluno, que tenha uma bolsa, que tenha boas notas e cumpra os requisitos todos, mas que, felizmente, o seu pai tem possibilidades de o pôr a estudar na Católica do Porto ou em Lisboa, se a Câmara Municipal de Mirandela dá o apoio que aqui vem mencionado porque diz que “...*frequentem estabelecimentos de ensino superior (público, particular ou cooperativo)*” Eu só lhe estou a perguntar se é justo, e a Senhora Presidente só tem que dizer se é justo ou se não é justo! Mais nada! E depois, claro, obviamente, que cada um tire as suas ilações. É tão simples quanto isto, Senhora Presidente! E agradecia que me respondesse a isto.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, as respostas serão enviadas por correio eletrónico. Muito obrigada.

4.2 - Proposta para Conhecimento das Alterações efetuadas no Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira entre a Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, a pergunta é simples. Esta obra que é a Ponte Machado Vaz, Ponte Nova, carece de um concurso internacional?

Então vai demorar muitos anos, vai ser o PSD a fazer a obra.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa informa aos Senhores Deputados, por necessidade de ausência momentânea da Senhora Presidente, as respostas caberão ao Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires*.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Vice-Presidente, Senhor Presidente, em substituição da Senhora Presidente,

Sabemos que se trata de uma proposta, ainda estamos a falar numa proposta e não num documento vinculativo. Portanto, o que nos apraz dizer é que a urgência subjacente à importância desta reabilitação da Ponte Machado Vaz está refletida nesta proposta. Na cláusula 3, lê-se: “*A IP comparticipa financeiramente com 85%*”. Gostaria de saber para quando está previsto o protocolo final para o pagamento.

Agora, brincando um pouco com o que disse o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, em relação à cooperação financeira da obra mencionada na cláusula 5.ª, independentemente do levantamento no valor de 300 mil euros, em que a IP participa com 85% e a Câmara Municipal de Mirandela com 15%, temos, no entanto, a conclusão da obra, ou seja, aquilo que realmente interessa aos mirandenses, que é colocar a Ponte em condições para ser utilizada. O que nos deixa mais preocupados, Senhor Presidente, é o seguinte: na cláusula 5, lê-se: “*Após a aprovação do projeto de execução e fixação do valor estimado da empreitada a realizar*”, portanto, não sabemos se será 1 milhão, 2 milhões ou 3 milhões, mas sabemos que será um valor considerável. E aqui começa o circuito de derrapagem: “*A IP poderá vir a comparticipar até 85% do valor da obra a realizar, se para tal vier a ser autorizada pelo novo despacho dos membros do governo.*” Não sabemos se ainda serão do PSD e do CDS, da AD, e agora, parafraseando o Deputado *Paulo Pinto*, ou se será outro governo. Mas ficamos sempre sujeitos a uma questão: à vontade política do Governo em funções na altura em que esta situação se colocar.

Se até lá demorarmos mais do que um, dois ou três anos, gostaria de saber se a Câmara Municipal tem um plano B para a eventual falha na estrutura da ponte, que poderá obrigar à sua interdição. E, caso a Câmara Municipal de Mirandela, esperemos que não, se veja impossibilitada de manter o trânsito na Ponte Nova durante um período prolongado, até que este processo se resolva, gostaria de saber se a Câmara já pensou num plano B para a redistribuição do trânsito da Ponte Nova para outros locais da cidade.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

A Senhora Presidente teve que se ausentar por momentos, por isso cumpre-me responder com gosto às questões e agradecer a forma como foram colocadas, bem como a importância deste tema para Mirandela.

Este Executivo, desde a primeira hora, tem acompanhado este assunto, de forma a garantir que a Ponte Machado Vaz terá as obras de manutenção e requalificação que serão necessárias.

Recordando, muito rapidamente, que nos anos 90 a Ponte Machado Vaz fazia parte da estrada nacional 15 e terá sido desclassificado esse troço da estrada, incluindo a ponte, que passou para o Município. Na altura, o Município recebeu uma transferência financeira para executar algumas obras em troca da posse da Ponte.

Quando pedimos a prestação a várias pontes, neste caso foi a Senhora Presidente que liderou esse processo, verificámos que a Ponte Machado Vaz estava num índice de degradação de nível 4, numa escala de 1 a 5, e que precisava de uma intervenção de manutenção, não estando em causa a segurança da Ponte. A ponte não está em risco de queda, mas eram necessárias medidas para preservar a estrutura até que as obras sejam realizadas.

O Município, de imediato, implementou essas medidas, nomeadamente a restrição a viaturas acima de 30 toneladas e também a limitação de aglomerações de pessoas na ponte. Essas medidas cautelares irão permitir-nos ganhar tempo suficiente para que as obras de manutenção sejam realizadas.

Os contactos técnicos que temos tido, e estou agora a citar os Técnicos da Câmara, da BETAR e da IP, indicam que a Ponte Machado Vaz reúne as condições para a situação atual, ou seja, para viaturas até 30 toneladas e evitando a passagem de grandes aglomerações, como referi. Por isso, segundo a IP e a BETAR, podemos utilizar a ponte em segurança nessas condições.

O plano que estamos a traçar é que o Município, juntamente com a IP e o Ministério das Infraestruturas, garantiu, apesar da ponte ser nossa, o financiamento de 85% para o projeto de execução. Houve, no início de setembro, uma visita do Diretor Geral das Infraestruturas Especiais da IP, estamos a trabalhar no caderno de encargos e esperamos que, antes do final do ano civil de 2024, possamos lançar o procedimento para a contratação do projeto de execução para a reabilitação da Ponte Machado Vaz.

A contratação para a elaboração do projeto pode levar-nos a um cenário de alguns meses, pois são necessários estudos e o projeto precisa de ser feito. Estaríamos a falar de alguns meses em 2025.

Depois de termos o projeto de execução, estamos a estudar vários cenários. E quais são esses cenários? Reabilitar a Ponte Machado Vaz ou construir uma ponte nova no local onde se encontra a atual, uma vez que, do ponto de vista Técnico, não haverá condições para fazer uma outra ponte ao lado por causa dos pontos de entrega de cada uma das pontes.

Por isso, o Município tem estado a trabalhar em articulação com a IP e com o Ministério das Infraestruturas.

Hoje, o protocolo veio aqui para ser aprovado porque, no anterior, eram três Ministérios que iriam assinar o despacho. Entretanto, com o atual Governo, passam a ser dois Ministérios a assinar o despacho: o Ministério das Finanças e o Ministério das Autarquias Locais.

Por isso, temos aqui boas notícias para Mirandela. Este Executivo está a liderar o processo, garantindo aos mirandelenses que iremos ter as obras na Ponte Machado Vaz.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.3 - Proposta de Dissolução da Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 11/07/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela a dissolução da Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro e se proceda à sua liquidação nos termos da lei, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a dissolução da Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro e se proceda à sua liquidação nos termos da lei.

4.4 - Proposta de Atribuição de Apoio Extraordinário – Freguesia de Vale de Telhas.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 31/07/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela, a atribuição do subsídio extraordinário de 15.375€ (quinze mil trezentos e setenta e cinco euros), à Freguesia de Vale de Telhas, devendo posteriormente ser remetido ao Município, toda a documentação que comprove o pagamento do valor atribuído, e demais documentação, para a fiscalização do subsídio atribuído, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 46 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio extraordinário de 15.375€ (quinze mil trezentos e setenta e cinco euros), à Freguesia de Vale de Telhas, devendo posteriormente ser remetido ao Município, toda a documentação que comprove o pagamento do valor atribuído, e demais documentação, para a fiscalização do subsídio atribuído.

4.5 - Proposta de Protocolo de Colaboração relativo ao Fornecimento, Instalação e Operação de Postos de Carregamento do Veículos Elétricos no âmbito do Projeto “Ruas Elétricas”.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 31/07/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela o Protocolo de Colaboração relativo ao Fornecimento, Instalação e Operação de Postos de Carregamento do Veículos Elétricos no âmbito do Projeto “Ruas Elétricas”, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 46 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo de Colaboração relativo ao Fornecimento, Instalação e Operação de Postos de Carregamento do Veículos Elétricos no âmbito do Projeto “Ruas Elétricas”.

4.6 - Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana em Torre de Dona Chama.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22/08/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal a aprovação da delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Torre de Dona Chama e do documento anexo denominado “Elementos de Suporte”, conforme proposto.”

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa recebeu por parte do Deputado Municipal *Jorge Humberto* a proposta para que o Executivo retire este ponto da votação. Chamava o Senhor Deputado *Jorge Humberto* para se dirigir à Assembleia.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A CDU fez a proposta para que este ponto de votação seja retirado, pois o anexo e as alterações que iriam ser feitas foram-nos entregues há relativamente pouco tempo e, obviamente, não tivemos tempo para analisar o processo. E, considerando que a votação, como está indicado, “*nos termos da alínea 4 e 5 do artigo, após a aprovação pela Assembleia Municipal, a Câmara enviou o mesmo para publicação no Diário da República*”, portanto, isto significa que já não haverá discussão pública. Esta é a razão pela qual pedimos que o ponto de votação seja retirado e adiado para a próxima Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Eu solicitava ao Senhor Vice-Presidente a retirada deste ponto da agenda de trabalhos.

Sem antes dizer que, de facto, na documentação enviada apenas constava a Certidão referente ao ponto, não tinha o documento técnico correspondente.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto, houve um lapso no envio da remessa por correio eletrónico deste ficheiro. Por isso, também gostaríamos de informar à Assembleia que agradecemos o facto de esta situação, que foi hoje detetada pelo Senhor Deputado, ter sido aqui colocada.

Este documento merece ser avaliado de forma atempada pelos Senhores Deputados. Assim, a retirada do ponto não compromete o nosso trabalho.

Nós traremos este assunto à Assembleia Municipal de dezembro, onde apresentaremos a proposta para a criação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Torre Dona Chama, um trabalho que este Executivo está a desenvolver de forma gradual, como já foi explicado pela Senhora Presidente na última Assembleia, com o intuito de alargar e criar mais áreas de reabilitação urbana em outras freguesias do nosso concelho.

Como sabem, existe a ARU de Mirandela e agora, também, a ARU de Torre Dona Chama. Com esta iniciativa, queremos criar incentivos fiscais à reabilitação urbana dentro dessas áreas e, igualmente, associada a cada área de reabilitação urbana, estará uma operação de reabilitação urbana (ORU). São ações e intervenções que visam melhorar a qualidade de vida dos mirandenses e, neste caso, de todos os habitantes do concelho, nomeadamente, através de serviços de proximidade.

Por isso, reitero a informação: em dezembro, traremos à Assembleia as duas situações — a ARU e a ORU, ou seja, as operações que vamos fazer tanto para Mirandela como para Torre Dona Chama.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa informa que o mesmo sentido da retirada do ponto foi expressa por mais Deputados, nomeadamente, o Senhor Deputado *Carlos Carvalho* da Bancada do PSD, faça-lhe justiça.

----- O ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos.

4.7 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário, Freguesia de Alvites.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22/08/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter a aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela, a atribuição do subsídio extraordinário de 45.000€ (quarenta e cinco mil euros), à Freguesia de Alvites, devendo posteriormente ser remetido ao Município, toda a documentação que comprove o pagamento do valor atribuído, e demais documentação, para a fiscalização do subsídio atribuído, conforme proposto.”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu queria congratular-me com o facto de a proposta da Câmara Municipal de Mirandela ter sido aprovada por unanimidade. Portanto, além de agradecer aos Vereadores com Pelouro, também agradeço aos Vereadores sem Pelouro, por reconhecerem a necessidade, esta e muitas outras que, futuramente, espero que também mereçam o mesmo acolhimento. Portanto, gostaria apenas de dar uma palavra de agradecimento, e esperar que esta proposta mereça o mesmo acolhimento por parte desta Assembleia Municipal.

E dizer que esta é só uma. O meu colega *José Carlos Teixeira* perguntava qual o critério para a atribuição de subsídios extraordinários, e eu tenho dito, tanto nas reuniões formais como informais com os membros da Vereação, que aldeias como a minha, como Alvites, onde faltam infraestruturas básicas, e está ali quem não me desmente sentado na primeira bancada, merece uma discriminação positiva por parte deste Executivo. E, portanto, já a estrada tinha sido uma medida, e este é mais um exemplo. Na próxima sessão de Assembleia Extraordinária, farei chegar visualmente para que todos possam ver o estado em que se encontra, nomeadamente, a aldeia de Lamas de Cavalo, para onde será canalizada esta verba de 45 mil euros, que visa, simplesmente, permitir que as pessoas possam circular sem ter os pés no lodo, na lama, e entrem em casa com os pés limpos.

Portanto, não é pedir muito, e ainda bem que foi acolhido pelo Executivo, e agradeço antecipadamente caso mereça o acolhimento por parte da Assembleia.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este apoio está na linha daquilo que foi aqui referido pela Senhora Presidente da Câmara, que tem a ver com o desenvolvimento do nosso concelho, e aquilo que tem sido as propostas por parte das Juntas de Freguesia, tendo em conta o que é o seu orçamento e a taxa de execução do mesmo.

Nós congratulamo-nos com as Juntas de Freguesia que conseguem executar, que tem taxas de execução muito próximas de 100% ou até mesmo 100% e, tendo em conta os pedidos de apoio que são avaliados internamente pelo Executivo, pela nossa equipa Técnica, desde que contribuam de forma clara e inequívoca para o desenvolvimento do nosso concelho e para a coesão territorial, terão sempre o nosso apoio.

----- Efetuada a votação e estando 51 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio extraordinário de 45.000€ (quarenta e cinco mil euros), à Freguesia de Alvites, devendo posteriormente ser remetido ao Município, toda a documentação que comprove o pagamento do valor atribuído, e demais documentação, para a fiscalização do subsídio atribuído.

4.8 - Proposta de Nomeação do Auditor Externo das Contas Municipais.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22/08/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a nomeação como auditor externo das contas municipais referentes ao período compreendido entre o dia 17/09/2024 e o dia PG.02_PROC.07_IMP.04 Página 2 de 2 31/12/2025, a Sociedade por Quotas - Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda., NIF: 502525410, com sede na Rua do Loreto, n.º 120, 1.º Direito, 5300-189 Bragança, bem como a aprovação do Relatório Final e a minuta do contrato, sendo o preço contratual de 17.600,00 euros, acrescido de IVA à taxa em vigor.”

----- Efetuada a votação e estando 53 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a nomeação como auditor externo das contas municipais referentes ao período compreendido entre o dia 17/09/2024 e o dia PG.02_PROC.07_IMP.04 Página 2 de 2 31/12/2025, a Sociedade por Quotas - Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda., NIF: 502525410, com sede na Rua do Loreto, n.º 120, 1.º Direito, 5300-189 Bragança, bem como a aprovação do Relatório Final e a minuta do contrato, sendo o preço contratual de 17.600,00 euros, acrescido de IVA à taxa em vigor.

4.9 - Protocolo de Cooperação entre o Município de Mirandela e Junta de Freguesia da Torre Dona Chama-Balcão Único do Prédio (BUPi).

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 05/09/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do previsto no n.º 1 da alínea j) do art.º 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, submeter à deliberação da Assembleia Municipal de Mirandela a autorização para celebração do Protocolo de Cooperação entre o Município de Mirandela e a Junta de Freguesia da Torre de D. Chama, conforme proposto”

----- A Senhora Deputada Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados

Felicitó o Município de Mirandela e a Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama pela instalação do Balcão BUPi na vila da Torre.

A aposta do Executivo na descentralização de serviços e na transferência de competências para as freguesias só pode ser parabenizada.

Sendo este serviço determinante para que os proprietários de terrenos rústicos e mistos em Portugal identifiquem, registem e georreferenciem as suas propriedades de forma simples e gratuita.

O BUPi foi criado para facilitar o processo de cadastro das propriedades, ajudando a mapear e valorizar o território português. A plataforma começou como um projeto piloto em 2017 e, devido ao seu sucesso, está a ser expandida para todo o país.

Chegará em 2024 mais próximo dos munícipes da zona Norte do nosso concelho, facto que será determinante para que se complete o cadastro concelhio. É este o caminho.

Citando Johann Goethe “*Não basta dar os passos que nos devem levar um dia ao objetivo, cada passo deve ser ele próprio um objetivo em si mesmo, ao mesmo tempo que nos leva para diante.*” – faço votos para que esta *démarche* se multiplique e que iniciativas destas cheguem cada vez mais próximo dos cidadãos.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção será muito rápida; é apenas para destacar, como ponto positivo, a criação do Balcão BUPI na freguesia de Torre Dona Chama, que servirá, efetivamente, como disse a Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*, para o mapeamento da zona norte do nosso concelho. No entanto, quero salientar que esta semana surgiram oito avenças no portal BASE.GOV, referentes a oito técnicos, se assim os podemos chamar, para realizarem já a referência avançada, que julgo que serão para a delegação do BUPI aqui em Mirandela. No protocolo, faz-se referência apenas a um técnico na vila de Torre Dona Chama.

Parece-me manifestamente pouco contar apenas com um técnico na vila da Torre. Por isso, sugiro que parte destas oito avenças também seja alocada à vila da Torre. Além disso, vão sendo terminadas as freguesias ou algum dos processos, que possa deslocar também por algumas aldeias. Dou, por exemplo, a ideia de se instalar um dos balcões na Freguesia da Bouça, que abrange várias freguesias nas proximidades, e que seria também uma ajuda para fecharmos este processo, que é muito importante para os próximos processos que se avizinham.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A questão que nos levanta neste ponto, obviamente que acompanhamos aqui o que disse a Deputada do PS *Patrícia Bernardo* e, também, acompanhamos aquilo que disse o Deputado *Carlos Carvalho*. Mas fica aqui subjacente um ponto que é, para nós, bastante importante.

Quando estamos aqui a falar de um programa, que é o BUPI, que sabemos que, até ao momento, não tem prazo de execução que vai ter, mas não podemos compactuar com aquilo que é inerente à contratação de um trabalhador em regime de prestação de serviços. Continuamos a ter o mesmo problema que o Partido Socialista fazia quando era Governo, quando falava da precaridade do trabalho, aqui fica mais um ponto a juntar ao outro.

Aproveito para falar daquilo que era parte da informação da Senhora Presidente, quando há bocado mostrou muita preocupação pela parte ambiental na questão da recolha dos “Monstros de Porta a Porta”, e fica claro que o aparecimento dos Monstros que estão expostos pelas vias públicas do nosso concelho tem a ver, exatamente, com aquilo que foi a sua informação de que, e passo a citá-la Senhora Presidente, “*Durante o período do reporte o Município tentou assegurar a continuidade da recolha de monstros porta a porta e de resíduos verdes particulares em todo o concelho de Mirandela, de acordo com as solicitações e prioridades estabelecidas, dentro dos condicionalismos verificados, motivados pela interrupção da equipa de recolha que finalizou o programa operacional.*”

Ou seja, continuamos a ter problemas no desenvolvimento de serviços de interesse municipal, que são serviços prioritários e permanentes e continuamos a ter a preocupação, neste caso não digo preocupação, mas digo vontade política, em mantermos postos de trabalho permanentes com contratos a termo, ou seja, precários. Isso resulta em resultados como estes e muitos mais que vão aparecendo no dia-a-dia da nossa vida comum e municipal.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecer as intervenções.

É uma oportunidade para dizer que o Balcão BUPI, já tem atendimento em Torre Dona Chama mas também já existe no GAM dos Avidagos. O trabalhador da Câmara Municipal de Mirandela tem alocado a esse serviço também já está a fazer o atendimento BUPI, e estamos a ponderar encontrar uma escala para o Balcão Móvel para que possa ter este trabalho, dado que agora todos os proprietários que foram ao balcão registar tem essa motivação, mas, evidentemente, que agora temos de ir de encontro com a proximidade a todos os proprietários.

O financiamento deste balcão está garantido até dezembro de 2025, por isso, os contratos são até dezembro de 2025.

Eu, entretanto, percebi que o Senhor Deputado *Jorge Humberto* fez uma referência à preocupação ambiental da recolha de monstros. Não tem muito a ver com esta situação do balcão BUPI, mas introduziu aqui esta questão.

Em relação aos contratos a termo, foi a possibilidade que tivemos, conforme o financiamento para este trabalho.

Quanto às questões relacionadas com a recolha de monstros, o ideal seria sensibilizar as pessoas para não abandonarem estes monstros em qualquer local e para que sejam entregues nos ecopontos existentes em Mirandela, na zona industrial e, também, em Torre Dona Chama. Mas, de facto, nem sempre acontece e aquilo que tentamos assegurar é que este serviço seja ininterrupto, como está a acontecer neste momento.

----- Efetuada a votação e estando 45 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção e 44 votos a favor, aprovar a autorização para celebração do Protocolo de Cooperação entre o Município de Mirandela e a Junta de Freguesia da Torre de D. Chama.

4.10 - Proposta de Pedido de Apoio/Isenção à NucliSol Jean Piaget no decurso do Protocolo de cedência de instalações;

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 05/09/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto nas alíneas o), u) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, submeter à deliberação da Assembleia Municipal de Mirandela, a autorização para a concessão de apoio à NucliSol Jean Piaget mediante a isenção do pagamento da compensação pela cedência de instalações pelo período de 28 meses conforme requerido, devendo ser

apresentado no final desse período um relatório de atividades e prestação de contas por parte desta entidade, que devem evidenciar, objetivamente o apoio público que vão receber, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente esta proposta não vem acompanhada com o pedido, mas eu, de qualquer forma, vou continuar com aquilo que nós achamos que é justo e que é claro.

O Partido Comunista Português apresentou, no dia 3 de junho de 2024, propõe a criação de uma rede pública de creches como forma de garantir os direitos das crianças. Por proposta e iniciativa do PCP foram dados passos importantes no sentido da gratuidade da creche como reconhecimento desse direito e a sua concretização progressivamente alargada a milhares de crianças desde 2020. A criação desse objetivo no Programa Eleitoral em 2019, a apresentação do projeto de resolução n.º3/14 e do projeto lei n.º 371/14 e a discussão do avanço dessa medida, logo no começo da 14ª. Legislatura com o orçamento de estado para 2020, confirmam a iniciativa e a determinação do PCP para que esse caminho fosse iniciado.

A par da defesa da gratuidade da creche, o PCP tem igualmente defendido a criação de uma rede pública capaz de suprir a carência de vagas que hoje se verifica em Portugal, e constitui na prática a negação do direito à creche e a gratuidade para milhares de crianças e respetivas famílias.

Não havendo um levantamento rigoroso da situação existente, estima-se que esteja em falta cerca de 1/3 das vagas necessárias à cobertura integral das necessidades de resposta de creche. É uma carência de cerca de 100 mil vagas para um universo total de 270 mil numa situação em que a resposta está dependente de oferta de instituições de setor social e cooperativo, na sua grande maioria, ou do setor privado, sendo a carência mais sentida nas áreas metropolitanas.

Por isso o PCP tem defendido a criação de uma rede pública que permita no prazo correspondente aos quatro anos de uma legislatura assegurar essas 100 mil vagas que se estima estarem em falta, visando o objetivo de assegurar a universalidade da resposta da creche em Portugal, assegurando a cobertura de todo o território nacional e garantindo as condições de igualdade a todas as crianças no acesso a uma resposta de qualidade nesse âmbito, independentemente das suas condições socioeconómicas.

Estando Portugal confrontado com um grande défice demográfico, essa medida assume particularmente relevância nas possibilidades reais de inverter a situação pelo que constitui de estímulo à natalidade. Não é difícil compreender o impacto positivo que tem na vida de uma jovem família a segurança de saber que, tomada a decisão de ter um filho, têm assegurada a resposta de creche e a mesma é gratuita. Sobretudo quando vários estudos demonstram que os portugueses em idade fértil gostariam de ter mais filhos do que efetivamente têm.

O PCP defende que as medidas que têm de ser adotadas para combater o défice demográfico que atinge o país devem ser transversais, mas tendo especialmente em conta duas dimensões: Por um lado, o combate ao desemprego e à precariedade, criação de emprego com direitos, valorização dos salários e redução do horário de trabalho, para todos os trabalhadores que assuma o direito de articulação entre a vida profissional e o acompanhamento das crianças desde do seu nascimento e, por outro lado, o acesso a equipamentos de apoio à infância, nomeadamente, através da implementação da gratuidade de acesso às creches para todas as crianças, entre outras medidas de promoção dos direitos das crianças.

Insistindo na necessidade de se avançar de forma mais firme e decida no sentido da gratuidade da creche para todas as crianças, o PCP propõe, com esta iniciativa legislativa, critérios, prazos e objetivos para a criação de uma rede pública de creche que garanta essa resposta com carácter universal, considerando o necessário faseamento.

Propõem-se a criação de uma rede pública que assuma o objetivo de disponibilização de 100 mil vagas até 2026, ficando a Segurança Social e repito, Senhora Presidente, ficando a Segurança Social com a responsabilidade pelo investimento necessário à construção ou reabilitação de imóveis para esse efeito.

Propõem-se ainda que sem prejuízo desse prazo, o Ministério da Educação assuma, desde já, a responsabilidade pela definição de orientações pedagógicas universais, devendo apenas traduzir-se na alteração à lei base do sistema educativo. Deve assim completar o conjunto integral de medidas a concretizar para que essa alteração legal tenha efeito prático, designadamente, em termos de planificação e organização dos meios humanos, técnicos e financeiros, consideração dos mecanismos adequados, seleção e recrutamento pessoal, integração dos trabalhadores que asseguram a resposta de creche, das respetivas carreiras tanto a nível dos educadores de infância, como dos auxiliares da ação educativa, incluindo a contagem de tempo de serviço e a progressão na carreira, bem como de calendarização dos procedimentos necessários em termos legais, regulamentares e de negociação coletiva.

A implementação da rede pública de creche representa o cumprimento de uma função social do Estado que deve chamar a si na sua gestão e funcionamento, sem prejuízo do papel complementar de relevância que deve caber às instituições de solidariedade nacional, assegurando a universalidade dessa resposta a par da sua qualidade.

Assim, ao abrigo da alínea b) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou este projeto de lei.

Assim sendo, Senhora Presidente, não deve ser o Município de Mirandela a suportar os custos de IPSS, a responsabilidade da educação, através de transferência de competências, não inclui financiar instituições privadas, como uma IPSS.

As creches públicas e gratuitas representam um avanço muito importante na vida das famílias. Isentar esta IPSS porque o serviço público agora garante a sua gratuidade abre um precedente perigoso! Perigoso!

Haverá, certamente, muitas outras associações, IPSS e até empresas, que entendem prestar um serviço público de utilidade pública, a precisar que a Câmara os isente ou até os financie, mas não é essa a competência do Município!

A resposta pública não cobre as necessidades das crianças, então é preciso exigir ao Governo, que é aquilo que o Partido Comunista Português fez, recentemente, na Assembleia da República.

Desta forma, Senhora Presidente, a CDU irá votar contra esta isenção.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dizer que entendo bem aquilo que foi dito pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto*.

Toda e qualquer proposta e esta em particular, resultam das respostas e das necessidades que temos de imediato. A NucliSol, neste período, com início a 1 de setembro, até dezembro de 2026, permitirá uma resposta imediata às necessidades dos pais e é essa a nossa preocupação, é o interesse público aqui associado.

Por isso, Senhor Deputado, gostaria de salientar que esta proposta foi, evidentemente, estudada, houve muita reflexão à volta disto. Queremos assegurar que a creche e a resposta creche seja uma realidade para todos os pais e encarregados de educação, pois têm uma repercussão direta no trabalho e na atitude de todos aqueles que precisam desta resposta.

Propusemos esta isenção e por isso, estamos aqui a defendê-la, pois era a única forma que tínhamos de assegurar que os pais tinham esta resposta em Mirandela, necessária e imediata, para o presente ano letivo.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, acabei de ouvi-la e estou estupefacto.

Quer dizer que, se a Câmara Municipal não fizer esta isenção, a NucliSol fecha? Porque não tem forma de subsistência?

Mas esquece-se a Senhora Presidente que, independentemente de agora as creches serem gratuitas por proposta do Partido Comunista Português, fica claro que a NucliSol não deixa de ter a comparticipação do Estado. Não deixa de receber uma comparticipação do Estado.

Portanto, Senhora Presidente, assumo-o de uma forma clara, não diga que é uma necessidade dos pais, porque isso é falso! A NucliSol tem capacidade para subsistir, porque é financiada pela Segurança Social. A única forma que não tem de subsidiação é a mensalidade que os pais pagam, porque agora as creches são gratuitas.

Portanto, isto é uma opção política! É uma opção política da sua parte! Assuma-o de uma vez por todas e não finja que está a fazer uma ação benéfica porque, se não, os papás ficam com as crianças sem estarem numa instituição de creche.

A Senhora Presidente está a abrir um precedente perigoso, porque amanhã ou passado apresentam-se aqui associações que estão a prestar, ou que vão prestar, um serviço público e que têm o mesmo direito que a NucliSol, em pedir apoio à Câmara Municipal e esse não é o papel da Câmara Municipal! Esse é o papel do Estado, não pode ser a Câmara Municipal!

Assumiram a transferência de competências, portanto, tem que ser o Estado a assumir essa comparticipação e não as Câmaras Municipais.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhor Deputado.

Só salientar que a Câmara Municipal, este Executivo, tem que dar resposta às necessidades dos seus cidadãos e mais ainda, resposta às necessidades imediatas e inadiáveis da comunidade. O Senhor Deputado está a fazer uma crítica, mas ainda não encontrou outra solução que não seja esta resposta.

Fizemos esta proposta, elaboramos esta proposta, aprovamos em Reunião de Câmara e trazemo-la à Assembleia Municipal para que os Senhores Deputados e os Presidentes de Junta e União de Freguesia possam refletir sobre esta situação, que não é uma situação fácil de decidir, mas há que tomar decisões e com elas, assumir as responsabilidades que todos temos nesta circunstância e em particular, nas respostas aos pais que existem neste momento na comunidade.

----- Efetuada a votação e estando 41 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra, três abstenções e 37 votos a favor, aprovar a autorização para a concessão de apoio à NucliSol Jean Piaget mediante a isenção do pagamento da compensação pela cedência de instalações pelo período de 28 meses conforme requerido, devendo ser apresentado no final desse período um relatório de atividades e prestação de contas por parte desta entidade, que devem evidenciar, objetivamente o apoio público que vão receber.

4.11 - Certificação Legal de Contas – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda. – Relatório 1.º Semestre 2024.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 19/09/2024, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento.
Submeter este Relatório à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto, este ponto é só para conhecimento, mas convém que de vez em quando, façamos uma leitura sobre estas questões, para percebemos como as coisas estão a evoluir. Tirei algumas notas, simplesmente porque achei interessante as considerações que o Dr. *Peixinho* fez sobre algumas rúbricas.

Importa notar que, nos quadros e é preciso ter em consideração estes detalhes, no Balanço são comparadas as datas dos saldos de 30/06/2024 em relação a 31/12/2023, ou seja, é comparado metade do Orçamento, ou metade dos gastos e das receitas da Câmara, com o exercício completo do ano anterior. Depois, tem aqui um quadro que mostra a evolução dos gastos e dos rendimentos, onde

já se faz a comparação só do período homólogo, ou seja, dos primeiros seis meses do ano passado em relação aos primeiros seis meses deste ano. Faço esta ressalva porque parece-me que é importante.

Relativamente ao Balanço, o Dr. *Peixinho* assinala uma diminuição do passivo em 5,880 milhões de euros, parece-me bastante interessante, eu gostava de saber se a grande maioria desta quebra se refere à rubrica “deferimentos”? Os 3,2 milhões de euros.

Deferimentos significa que, e eu vou dizer um termo popular, é “empurrar com a barriga”, é dizer “não vou pagar agora, vou pagar por força de acordos, por força do que for, vou pagar mais à frente”. Isto pode distorcer um pouco a conclusão apresentada “eu passei o diferimento, passei para a frente e portanto, vou pagar depois”.

Tem aqui uma coisa que é muito importante, que é aquilo que falou, e bem de manhã, relativamente às dívidas a fornecedores que foram pagas, houve uma redução significativa e isso deve ser assinalado e dar os parabéns por esse motivo.

Relativamente aos Meios Físicos Líquidos, portanto à liquidez propriamente dita da Câmara Municipal de Mirandela, fala que tem um saldo na caixa de cerca de 6 mil euros portanto, isto é um valor muito baixo, mas é o que é, não pretendo fazer qualquer tipo de juízo de valor sobre esta questão, mas tem depósitos em instituições na casa dos 3,3 milhões de euros. É só para dar nota e parece-me ser uma boa situação em que está.

Na rubrica “Contas a receber”, o financiamento reduziu pouquinho, mas reduziu. O “Estado e outros entes públicos”, quer dizer, é o que é, recebe para dar e portanto, não há aqui muito a analisar.

Os ativos fixos tangíveis refletem os investimentos realizados. Cabe quase aqui a obra da estação, portanto, eu acredito que esteja aqui nisto.

Agora, na evolução dos rendimentos, isto é que eu acho que é importante analisarmos, logo na primeira rubrica “rendimentos e gastos”, no ponto “impostos, contribuições e taxas” há uma variação em período homólogo de cerca de 1.3 milhões de euros a mais para a Câmara. Isto suscita a pergunta: Quais são as despesas, os impostos, as taxas e as contribuições a que se refere? Porque estamos já a falar não do ano inteiro anterior, mas de um período homólogo, nos primeiros seis meses do ano passado.

Depois, tem análise à execução orçamental, lá voltamos nós pelo que me parece, vamos ter um retificativo ou um modificativo quase de certeza, já estou a ver que no final do ano lá virá outra vez a uma Assembleia qualquer, termos que votar uma situação dessas.

E pronto, era só isso, era só para dar nota de algumas considerações e perceber o que é que são, de facto, aqueles impostos, para compreendermos o que são, de onde vieram, para onde vão e o que é que aconteceu com esses impostos, porque estamos a falar de uma Câmara em que o objetivo não é cobrar impostos e houve um aumento muito significativo.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obviamente que o tratamento de contas que fica para quem gosta de olhar para elas, o importante é a execução delas.

Senhora Presidente, aquilo que eu gostava de mencionar, que fica claro nos vários relatórios sucessivos da auditoria que faz a empresa do Dr. *Peixinho* é que continua a constar e passo a citar a alínea d) “*não existe seguro de inventários que permita salvaguardar potenciais responsabilidades/riscos e contingências por parte do Município*”. Gostava de saber concretamente, porque já é recorrente a continuidade desta menção nos relatórios, qual é o problema que impede a Câmara de contratar um seguro para os seus inventários? Porque há situações que acontecem em que a Câmara muitas vezes poderá sair prejudicada no equipamento, que se pode estragar, deteriorar ou vandalizar e não tendo o inventário feito, não sabe qual foi o custo desse equipamento, tendo mais dificuldade de aplicar a sanção senatório a quem o danificou. Assim, é alarmante que a Câmara Municipal de Mirandela ainda não tenha conseguido implementar este seguro. Gostaria de saber qual a razão e o motivo desta situação.

Também vem mencionado aqui no relatório da empresa do Dr. *Peixinho* o seguinte: “*Os Município detêm uma participação de 49,2% da AIN, que por sua vez detêm uma participação de 100% no Matadouro Industrial do Cachão. Estas empresas têm apresentado de forma recorrente....*” (que é uma coisa que nós sabemos), “*...défice de exploração e que nos termos da Lei 50/2012 exigem que a Assembleia Geral tome uma das medidas previstas no artigo 61.º e seguintes deste diploma*”.

Eu fui ver o que é que diz o artigo 61.º do referido diploma. E o que é que diz a Lei 50/2012 no artigo 61.º é o seguinte:

“1. *Compete ao Órgão Deliberativo da entidade pública participante, sob proposta do respetivo Órgão Executivo, deliberar sobre a alienação da totalidade ou de parte do capital social das empresas locais ou das participações locais.*

2- *A dissolução, transformação, integração, fusão ou internacionalização das empresas locais depende da prévia deliberação dos órgãos da entidade pública participante competentes para a sua constituição, a quem incumbe definir os termos da liquidação do respetivo património, nos casos em que tal suceda.*

3- *As deliberações previstas no presente artigo são comunicadas à Direção-Geral das Autarquias Locais e à Inspeção-Geral de Finanças, bem como, quando exista, à entidade reguladora do respetivo setor, incluindo, sendo caso disso, o plano de integração ou internalização referido no n.º12 do artigo seguinte, no prazo de 15 dias.*”

E eu pergunto se o Dr. *Peixinho* tem conhecimento do processo que está a decorrer no Tribunal de Bragança sobre a penhora do complexo da AIN? E gostaria de saber se a introdução deste parecer que o Dr. *Peixinho* faz aqui no ponto D, se tem a ver, com a ligação a este processo em Tribunal da Penhora do Cachão, se já estamos aqui, de certa maneira, a salvaguardar aquilo que poderá ser a perda total, tanto para o Município de Mirandela, como para o Município de Vila Flor? Porque a penhora não está explicada ainda e, também, se a Senhora Presidente nos pudesse dar uma explicação de como está esse processo de penhora do Cachão, para nós percebermos se haverá aqui intenções, digamos, escondidas acerca deste ponto.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Efetivamente, este relatório e evolução é bastante favorável. Nas conclusões reforçamos a estrutura financeira e a capacidade de autofinanciamento, que é muito importante.

Relativamente às questões do Senhor Deputado *João Reis*, dizer que nós acautelamos sempre as verbas de processos judiciais da Câmara Municipal de Mirandela, ou seja, se há um risco grande, que é avaliado pelos juristas, de virmos a ter que suportar esses custos, tem de estar acautelado em questões orçamentais em função do risco.

Neste momento as obras passam depois para imobilizado.

A alteração que vê relativamente à variação de 1 milhão de euros sobre o conteúdo das contas a 30 de junho “trabalhos efetuados e respetivas conclusões” diz, acima de tudo, respeito ao IMT e ao IUC, que são impostos que tem tido um aumento substancial e que dizem respeito, também, ao investimento e às transações.

Aquilo que gostaria de referir e salientar são essas questões do controlo interno, a primeira das quais são essencialmente faturas antigas enviadas pela EDP e vamos cumprir aquilo que está sugerido pelo Revisor Oficial de Contas, que diz respeito à reconciliação com vários anos do respetivo reconhecimento de variações patrimoniais, na rubrica dos patrimónios líquidos e também, no facto de não termos registos dos trabalhos da própria entidade.

Esta é uma questão que estamos neste momento, através da Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais, que é aquela que faz trabalhos para a própria entidade, que são custos inerentes a mão-de-obra e gastos gerais que são para administração própria do Município, estamos a fazer um esforço para que haja registo de todas estas situações.

Dizer que já executámos mais de 23 milhões de euros em investimento e que estamos numa fase de consolidação das contas, aliás, na análise económica financeira de 30 de junho, temos aqui resultados líquidos de exploração de 2 milhões de euros e o valor de 4,2 milhões de euros que reforça, neste momento, a estrutura financeira e a capacidade de autofinanciamento.

Relativamente à situação dos inventários: os inventários, neste momento, estão atualizados. Estamos a georreferenciar todos os equipamentos, o que tem sido um grande trabalho por parte dos Serviços de Património do Município.

Em relação à questão da AIN, dizer que nós trazemos a esta Assembleia um contrato-programa com o Município de Vila Flor, no sentido de podermos financiar de forma défices de exploração conhecidos, mas que são permitidos e são legais, segundo a lei das autarquias locais

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Julgo que pela impossibilidade de cumprirmos esta Ordem de Trabalhos, sugeria, e já foram feitos contactos preliminares com os líderes das Bancadas Municipais e com vários Senhores Deputados, interrompermos esta Reunião, programando nova Reunião, que faz parte da 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, para uma data posterior, que tem consenso o dia 07 de outubro, para continuarmos a Ordem de Trabalhos a partir deste ponto. Eu pedia ao Senhor Secretário *José António* para dar esclarecimentos adicionais.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como disse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, manifestamente não é possível cumprir todos os Pontos da Ordem de Trabalhos desta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.

Recordo a todos os Deputados Municipais que aquilo que, vulgarmente, chamamos Reunião da Assembleia Municipal é uma Sessão e que a Sessão pode ter mais do que uma Reunião da mesma Sessão.

Não sendo possível, humanamente e materialmente, cumprir com esta Ordem de Trabalhos porque, também recorro à luz do artigo 14.º do Regimento, a Sessão só pode ir até às 19h, a não ser que a Assembleia Municipal decida prolongar a continuidade dos seus trabalhos. Mas quando se está numa situação de quase término e se prolonga um pouco.

Será marcada uma segunda Reunião desta Sessão.

O dia 07 de outubro, consensualizado com todos os Líderes de Bancada, tem a ver com os seguintes motivos: Por impossibilidade absoluta dos Membros da Mesa poderem assegurar a continuação dos trabalhos desta Assembleia em data anterior, ficou este dia consensualizado, dia 07, que é o dia limite máximo para que a Sessão possa continuar. O artigo 13.º do Regimento da Assembleia Municipal, relativo à duração das sessões, diz que: “Cada Sessão da Assembleia Municipal não pode exceder a duração de cinco dias, ou de um dia, consoante se trata de Sessão Ordinária ou Extraordinária”. Sendo esta Ordinária, teríamos cinco dias para marcar a segunda Reunião. “Salvo, quando a própria Assembleia Municipal delibere o seu prolongamento até ao dobro das durações referidas”. O dobro são 10 dias, que é precisamente o dia 07 de outubro, que é o único dia que a Mesa consegue assegurar a continuidade dos trabalhos, sendo impossível marcar em data anterior e conseguirmos cumprir a legalidade da marcação da nova Reunião, o que a Mesa solicita é à Assembleia Municipal que delibere, conforme data consensualizada, para o dobro da possibilidade que a lei contempla de marcação da nova Reunião desta Sessão.

Pergunto à Assembleia Municipal se alguém se opõe ao pedido do dobro, conforme previsto na lei, de remarcação da segunda Reunião desta Assembleia.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, o prolongamento até ao dobro da duração estabelecida na lei, até 10 dias, para a marcação da 2.ª Reunião da 4.ª Sessão da Assembleia Municipal, conforme proposto.

----- Seguidamente foi encerrada a 1.ª Reunião da 4.ª Sessão da Assembleia Municipal, eram 17 horas e 30 minutos.

----- A Assembleia Municipal de Mirandela retomou os Trabalhos da 4.ª Sessão da Assembleia Municipal, no dia 07 de outubro de 2024, às 09.30 horas, no Auditório do Centro Cultural de Mirandela.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Bom dia a todos. Dar as boas vindas a esta 2.ª Reunião da 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela de 2024, cumprimentar o Executivo na pessoa da sua Presidente Dr.ª *Júlia Rodrigues*, cumprimentar os Senhores Deputados de todas as Bancadas Municipais, desejar que tivessem tido, se aplicável, umas ótimas férias.

Cumprimentar o público, comunicação social e todas as pessoas que nos acompanham através da Sessão *online* desta 2.ª Reunião da 4.ª Sessão.

Vamos retomar os Trabalhos.

4.6 - Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana em Torre de Dona Chama.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22/08/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal a aprovação da delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Torre de Dona Chama e do documento anexo denominado “Elementos de Suporte”, conforme proposto.”

----- A Senhora Deputada Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados

Torre de Dona Chama - a vila histórica que remonta a tempos anteriores à fundação de Portugal, fundada por volta do ano 960 por Dona Chama, conhecida pelo seu vasto património histórico e cultural, pelas suas paisagens deslumbrantes, com rios, montanhas e olivais tradicionais, foi vila e sede de concelho entre 1287 e 1855, e voltou a obter a categoria de vila em 1989 e hoje, é uma freguesia que combina tradições antigas com um desenvolvimento moderno.

Citando o PERU, Torre de Dona Chama encerra em si valor identitário, histórico e patrimonial, a presença de equipamentos e serviços relevantes, centralidade a freguesias na envolvente e territórios adjacentes, presença de património construído e imaterial classificado e diferenciador, atratividade turística, qualidade do edificado recentemente qualificado, núcleo de comércio tradicional ativo, proximidade ao rio Tuela e à ribeira de Macedo, e boas acessibilidades, podiam ser melhores mas estão em bom estado.

A oportunidade que uma ARU, ou Área de Reabilitação Urbana, área territorialmente delimitada que necessita de uma intervenção integrada devido à insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, infraestruturas, equipamentos de utilização coletiva e espaços urbanos e verdes, pode trazer é significativo nos tempos que vivemos. A sua criação permite aos proprietários aceder a apoios e incentivos fiscais e financeiros para a reabilitação urbana – fator determinante para a recuperação de edifícios e fixação de população na nossa Vila, que se vê a braços com poucas casas para arrendar ou comprar, em bom estado.

As oportunidades que a presente ARU representa situam-se no potencial turístico, na atratividade do teletrabalho, na existência de espaços escolares com capacidade de refuncionalização para fins afins, a disponibilidade de apoios para a reabilitação urbana, potencial crescimento do setor florestal e agrícola, e as tendências emergentes do turismo de natureza e cultural, sem dúvida que a ARU é determinante.

Em virtude destas áreas serem definidas pelas assembleias municipais, sob proposta das câmaras municipais, e visarem melhorar as condições de uso, solidez, segurança, estética e salubridade dos espaços urbanos, contamos com o vosso pleno apoio a este projeto que encerra em si um vasto leque de oportunidades de melhoria das condições de habitabilidade em Torre de Dona Chama.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados

Começamos esta 2.ª Reunião com boas notícias para Torre Dona Chama e para todo o concelho, uma vez que é mais um passo que estamos a dar no âmbito da coesão territorial, ou seja, a coesão territorial passa muito pelo investimento em zonas degradadas. Nós temos uma ARU em Mirandela que também está para alargamento e avançamos com um estudo prévio na vila Torre Dona Chama, porque tem um miolo urbano com prédios bastante degradados e um dos instrumentos que temos de reabilitação urbana é através da Área da Reabilitação Urbana (ARU).

Este é um trabalho em conjunto com a Junta de Freguesia de Torre Dona Chama. É uma atribuição integrada, ou seja, planeada, com os passos e as fases subsequentes e portanto, estamos satisfeitos por este trabalho que vai agora a votação.

Concordo totalmente com a intervenção da Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*, dando ênfase a este trabalho que tem que ser feito, de planeamento estratégico, com uma visão estratégica também para vila Torre Dona Chama e para todas as freguesias que rodeiam a própria vila.

----- Efetuada a votação e estando 48 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Torre de Dona Chama e do documento anexo denominado “Elementos de Suporte.”

4.12 - Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS 2025.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 19/09/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar fixar a taxa de participação variável no IRS de 2%, a incidir sobre os rendimentos de 2025 dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município, nos termos e em conformidade com os n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual;**
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados

O Município de Mirandela, como todos sabem, baixou sucessivamente as taxas do IMI e portanto, garantindo o compromisso, mantemo-nos na receita mais baixa para a Câmara Municipal de Mirandela e ficará, obviamente, para as próprias famílias.

Este é um imposto direto. A descida é na cobrança de imposto direto que se verificou entre 2017 e 2021, também provém da descida acentuada. Em 2022 o Município arrecadou o valor de impostos superior ao de 2021, graças ao aumento de receita com o IMT, o que demonstra também um dinamismo crescente do mercado imobiliário em Mirandela.

Em 2023 a receita de impostos aumentou cerca de 50 mil euros, especialmente pela cobrança de Derrama, com uma receita de 115.442 euros, que vamos ver mais a frente.

Relativamente ao IMI, o Município tem deixado, ano após ano, uma importante fatia de receita nos bolsos de todas as famílias. Fica, em cada ano, no bolso dos mirandelenses, cerca de 400 mil euros. Ou seja, também é preciso pensar que estamos no caminho certo e o compromisso assumido é o compromisso que está cumprido.

----- Efetuada a votação e estando 49 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra e 48 votos a favor, aprovar fixar a taxa de participação variável no IRS de 2%, a incidir sobre os rendimentos de 2025 dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município, nos termos e em conformidade com os n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Não posso deixar de manifestar da parte do PCP, a nossa contestação a este ponto e a esta entrega que a Câmara Municipal hipoteca para os seus cofres municipais, entregando às famílias mais de 400 mil euros, que ficam aquém daquilo que era expectável para a Câmara Municipal.

Não acompanhamos a sua medida Senhora Presidente, porque achamos uma total injustiça, sabendo nós que mais de 90% da população em Mirandela não paga IRS, porque não atinge os valores para o receber e fica claro que continua este Executivo a beneficiar algumas famílias, de forma a hipotecar aquilo que são investimentos públicos que a Câmara Municipal podia fazer.

Aqui fica mais uma vez demonstrado que quando a Câmara Municipal diz que não tem dinheiro para fazer os investimentos que tem que fazer no desenvolvimento da nossa cidade, como por exemplo, a questão do Mercado Municipal e que temos de estar sempre à espera dos avisos da Comunidade Económica Europeia para fazer esses tais investimentos.

Aqui fica a prova da opção, e injusta porque, Senhora Presidente, já existe uma forma de fazer a retribuição do IRS, que é o modelo que está implementado pelo Estado e é universal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Desde de 2018 que o PSD vota a favor do abaixamento de impostos municipais, nomeadamente do IRS. Entendemos que o Município do interior não tem de ter taxas máximas ao nível dos impostos, era o que faltava um município do interior que está privado de tantos serviços e apoios, até alguma discriminação por parte do governo central, ter depois de pagar taxas máximas, nós estamos privados de saúde, mobilidade, por exemplo de cultura, comparativamente a outros concelhos do litoral.

Achamos por bem que todo e qualquer imposto municipal seja reduzido a taxas mínimas e, nesse sentido, a Bancada do PSD, desde 2018, vota a favor e está perfeitamente alinhada com a estratégia do município.”

4.13 - Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI 2024.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 19/09/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a taxa de IMI a cobrar durante o ano de 2025 com reporte ao valor patrimonial tributário de 2024 a aplicar aos prédios urbanos seja de 0,3%, e que se mantenha a redução fixa da taxa de IMI em função do número de dependentes a cargo nos termos previstos no art.º 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;**

- 2 - Propõe-se ainda que para os efeitos do previsto nos n.ºs 3, 8 e 9 do art.º 112.º do Código do IMI, seja mantido o agravamento anual as Taxas de IMI, designadamente:**
- Elevar ao triplo a taxa a aplicar aos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio. (cfr. Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto);
 - Majorar 30% a taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;
 - Majorar ao triplo a taxa de 0,8% aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20,00 € por cada prédio abrangido.
- 3 - Prorrogar, por mais dois anos o período de isenção de IMI concedido por 3 anos no âmbito dos n.ºs 1 e 3 do referido art.º 46.º do EBF, em respeito ao art.º 51 da Lei nº 53/2023 de 6 de outubro;**
- 4 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, foi aprovado na Reunião de Câmara de 19 de setembro a redução do IMI para 0,3% e já referiu aqui o valor que deixa nos bolsos dos mirandenses, cerca de 400 mil euros, como já tinha ouvido na Rádio na semana passada.

Relativamente ao ponto dois na aprovação da deliberação da Reunião de Câmara, e passo a citar “*Para os efeitos do previsto nos n.ºs 3, 8 e 9 do art.º 112.º do Código do IMI, os municípios podem ainda, mediante deliberação da Assembleia Municipal, agravar/majorar anualmente as taxas de IMI, designadamente: a) Elevar ao triplo a taxa a aplicar aos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio. (cfr. Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto)...*”.

Como a Senhora Presidente já referiu e bem, que deixa com esta medida da redução de 0,3% cerca de 400 mil euros nos bolsos dos mirandenses, eu perguntava, não sei se não o disse porque não sabe, ou porque não quis, mas eu faço-lhe a questão: Qual foi a receita já arrecadada até ao momento com esta medida de triplicar as taxas relativamente aos prédios devolutos?

Presumi eu que os cofres do Município estivessem cheios, visto que o centro histórico de Mirandela está num estado degradante. Ou então, a Senhora Presidente não está a por em prática as deliberações desta Assembleia Municipal desde 2018, como se confirma, mais uma vez, pelo empréstimo que vai ser hoje posto à votação nesta Assembleia.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados

Há pouco, quando eu fiz a intervenção, eu falei, efetivamente, no IMI, porque houve uma troca daquilo que a primeira secretária estava a falar e, portanto, devia ter falado no IRS. Mas aquilo que tenho a dizer do IRS é que ficaram nas famílias cerca de 592 mil euros, ou seja, mais ainda do que o IMI.

A política e as políticas públicas implementam-se desta forma, respeitando a opinião de todos, dizer que relativamente ao IMI para 2024, desde sempre que a Câmara Municipal de Mirandela tem aprovado taxas de IMI, neste momento, mais baixo do que aquilo que existia em 2017, ou seja, ficamos com a percentagem mínima daquilo que é a nível de receita.

Por dificuldades várias, temos tido dificuldade na cobrança na taxa de IMI relativamente aos prédios devolutos e prédios em ruínas não tem sido fácil. Temos um grupo de trabalho no sentido de identificar, saber quem são os proprietários, os próprios proprietários tem de ser notificados antecipadamente, para que, em fase de audiência prévia, seja cautelado esse valor, mas é um trabalho que tem de ser feito em articulação direta com o serviço de finanças e infelizmente não tem sido fácil chegar ao nome dos proprietários. Estamos a falar de duas situações diferentes, por um lado nos prédios devolutos e por outro lado, nos prédios em ruína. Esses sim, estão identificados pela Proteção Civil, mas nós temos que notificar os proprietários e aí começam as dificuldades.

Efetivamente, esta é uma medida para além das áreas da reabilitação urbana, é uma medida importante para penalizar quem não faz nada a nível dos prédios devolutos mas, entendamos também que, relativamente às heranças, muitas delas heranças em dívidas, estamos a falar, por vezes, em dezenas de proprietários, pelo que é difícil chegar à notificação do responsável do imóvel.

Vemos isto também nas faixas de gestão de combustível que muitas vezes a Câmara faz o trabalho, toma posse administrativa e faz o trabalho e depois não sabemos a quem vamos reaver o dinheiro. E a verdade é só esta, se fosse fácil já estava feito e já estava implementado no terreno, mas a verdade é que é um tipo de trabalho onde, muitas vezes nem são conhecidos os proprietários e temos de ter a indicação de quem vamos identificar, como vamos notificar e não podemos apresentar uma conta a quem não tem essa responsabilidade de pagar pela família.

Ou seja, temos muitos prédios devolutos e alguns em estado de ruína, que podem colocar em risco a segurança das pessoas. Esses sim, temos de tratar, até com o auxílio das autoridades policiais, como a GNR e a PSP. Todos os dias, recebemos queixas, inclusive de vizinhos, especialmente nas aldeias, devido ao risco que esses prédios representam para a segurança das pessoas, pois muitos estão situados junto à via pública.

Perto daqui, há muitos imóveis. Ainda ontem, houve quatro pedidos de intervenção das vistorias de salubridade, no sentido de irmos lá. O procedimento é o seguinte: a Comissão, composta por um engenheiro e um arquiteto, vai ao local, avalia a estabilidade do imóvel, faz um relatório e notifica o proprietário para que tome as medidas necessárias. E se o proprietário não tomar medidas? E se não conseguirmos identificar o proprietário? A Proteção Civil baliza a casa, mas é necessário que haja posse administrativa da Câmara, que deverá realizar as obras de reabilitação.

Este é um mecanismo importante e é crucial que o tenhamos aprovado na Assembleia Municipal, pois é mais uma forma de as pessoas serem responsabilizadas por não intervirem no seu território, algo que lamentamos todos. E devíamos lamentar ainda mais, pois não há responsabilidade por parte dos proprietários para a limpeza da faixa de gestão de combustível, nem para a manutenção dos seus imóveis urbanos e rurais. Temos localidades abandonadas, com muitas casas vazias, muitas delas em ruínas, que não são vendidas, nem são alvo de intervenções, simplesmente são deixadas como estão, porque eram dos pais e respeitamos muito esse valor sentimental, mas isso causa um problema nos territórios, que não é apenas em Mirandela, mas também nas nossas aldeias.

Queremos alugar uma casa, seja para vender ou para arrendar, numa aldeia, mas não há. Porquê? Porque há muitas casas fechadas e degradadas e havia pessoas dispostas a investir. No entanto, não vendem, nem fazem obras e continuamos, lamentavelmente, neste processo regressivo e num ciclo muito negativo para o nosso território.

Esperemos que este ano o grupo de trabalho consiga implementar estas medidas. Sabemos que não é fácil notificar todos os proprietários, mas se conseguirmos notificar alguns, já será muito positivo, pelo exemplo que se dará ao próprio ramo imobiliário.

----- A Senhora Secretária da Mesa *LUÍSA BELCHIOR*, invocou o art.º 9.º e a alínea a) do n.º 1 do art.º 69.º do Código do Procedimento Administrativo, ausentaram-se da Reunião não tendo por isso participado na discussão e votação do referido assunto.

----- Efetuada a votação e estando 50 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos contra e 48 votos a favor:

- 1 – Aprovar a taxa de IMI a cobrar durante o ano de 2025 com reporte ao valor patrimonial tributário de 2024 a aplicar aos prédios urbanos seja de 0,3%, e que se mantenha a redução fixa da taxa de IMI em função do número de dependentes a cargo nos termos previstos no art.º 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;
- 2 - Propõe-se ainda que para os efeitos do previsto nos n.ºs 3, 8 e 9 do art.º 112.º do Código do IMI, seja mantido o agravamento anual as Taxas de IMI, designadamente:
 - Elevar ao triplo a taxa a aplicar aos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio. (cfr. Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto);
 - Majorar 30% a taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;
 - Majorar ao triplo a taxa de 0,8% aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20,00 € por cada prédio abrangido.
- 3 - Prorrogar, por mais dois anos o período de isenção de IMI concedido por 3 anos no âmbito dos n.ºs 1 e 3 do referido art.º 46.º do EBF, em respeito ao art.º 51 da Lei nº 53/2023 de 6 de outubro.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Mais uma vez não podemos acompanhar esta medida e fica mais uma vez claro e patente que continua a haver dois pesos e duas medidas equiparar aquilo que é a cobrança nos prédios urbanos exatamente com a mesma desfaçatez que se faz a cobrança em prédios rústicos, fica claro a opção política deste Executivo.

E mais me espanta agora a mim a votação do PSD que vem agora para aqui fazer a defesa de não impostos e agora vota a favor numa aplicação de impostos a todos os mirandenses, falta de coerência Senhor Deputado, uma falta de coerência total e absoluta.”

----- O Senhor Deputado Municipal *Emanuel Batista* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

O que me leva a votar contra é não saber o que é a realidade de Trás-os-Montes e não saber o que é a parte rústica, o que custa a fazer a parte rústica e criarmos um imposto de gabinete qualquer um o cria.

Nós deveríamos fazer um levantamento quer da parte urbana da cidade e verificar até que ponto esses proprietários têm esses edifícios em ruínas, se tem capacidade para o reconstruir, ou mais, criar uma situação no município que levasse ao comprar dessas instalações e vender para alguém que pudesse reconstruir, porque há muitas situações urbanas que não têm capacidade de reconstruir.

Situação da parte rústica, é muito bonito dizer que “façam limpezas”, mas o agricultor neste momento está descapitalizado e se ele não tem capacidade de fazer limpezas, quem é que devia criar condições para isso? Se existe um PDR para outras situações, criem medidas ou façam forças dentro desses PDR’s 2030, para que haja uma medida que vá beneficiar o agricultor ou os proprietários dessas parcelas rústicas, para que ele possa fazer limpezas. Não vamos criar regulamentos de gabinete, que esses regulamentos de gabinete não trazem benefício nenhum à Região. Se queremos mais desertificação, assim sim, vamos continuar, as pessoas vão abandonar aquilo que têm e cada vez haverá mais silvas.

Em vez de criarmos um regulamento destes, criar um incentivo à silvo-pastorícia, que seria um grande empreendimento para a nossa região, para que fizesse ela própria as limpezas dos terrenos, não precisamos de obrigar ninguém, incentivos precisamos.

4.14 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem - TMDP 2025.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 19/09/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2025, ou seja, de 0,25%;**
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2025 de 0,25%.

4.15 - Proposta de Derrama 2025.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 19/09/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar o lançamento, em 2025, de uma Derrama de 0,5 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas relativo a 2024, a liquidar em 2025;**
- 2 - Aprovar a aplicação de redução de taxa da Derrama, fixada na percentagem de 0,01% relativo a 2024 a liquidar em 2025: a) Para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros);**
- 3 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Eu já venho aqui há dois anos a falar da Derrama, porque consideram que é simplesmente uma questão ideológica e pelo que vamos vendo e ouvindo, o valor não é assim tão alto quanto isso, considerando o que se recebe da Derrama. Falou-se em cerca de 50 mil euros. É claro que, de onde vem esse valor, não virá outro. Acho que o prejuízo, pelo facto de existir a Derrama, é superior ao que financeiramente pode trazer.

Temos uma necessidade permanente de atrair novos investimentos e novas indústrias para a nossa região, mas continuamos a não ajudar essas indústrias. Haverá outras oportunidades, noutros fóruns, para falarmos sobre este e outros assuntos, como a falta de capacidade de apoio à criação de novas indústrias no concelho. Mas esta questão, de facto, parece-me claramente ideológica, pois o valor é tão pequeno que, volto a repetir, os prejuízos são maiores do que os benefícios.

Continuamos a taxar todas as empresas. Primeiro, disse que ia haver um Regulamento. Já há um Regulamento? É que continuamos a taxar todas as empresas e ainda estamos à espera de um Regulamento.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Derrama proposta é lançada sobre o lucro tributável pretende obter a receita de forma a corrigir desigualdades importantes e chamar a contribuir para o desenvolvimento do Município aqueles que mais valor acrescentado extraem dos nossos recursos, materiais e humanos.

A taxa proposta traduz-se, efetivamente, em valores de contribuição baixos, até patamares de lucro muito elevado. Numa simulação e nós estamos a falar de 0,01% até os 150 mil euros tributáveis, um lucro tributável de 20 mil euros paga 2 euros, um lucro tributável de 150 mil euros paga 15 euros e depois, um lucro tributável de 200 mil euros até 5 milhões, estamos a falar de mil euros até 25 mil euros. Estamos a falar de um setor que tem lucros muito elevados e portanto, pagam em função dos próprios lucros.

Já demos início ao procedimento do Regulamento, com vista a proteger e fomentar o desenvolvimento das atividades mais críticas e mais débeis, em como fomentar a criação de emprego no concelho, não podendo deixar de tributar aqueles que beneficiam com o que temos de melhor.

Estamos a falar numa receita de 2024, até ao momento, de cerca de 130 mil euros e uma previsão para 2025 de aproximadamente 215 mil euros, sendo que poderá ser um pouco mais. Estamos, efetivamente, a falar de valores muito baixos para empresas com um lucro tributável abaixo de 150 mil euros e acima, valores mais substanciais.

----- Efetuada a votação e estando 43 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 7 votos contra e 36 votos a favor:

- 1 - Aprovar o lançamento, em 2025, de uma Derrama de 0,5 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas relativo a 2024, a liquidar em 2025;**

- 2 - Aprovar a aplicação de redução de taxa da Derrama, fixada na percentagem de 0,01% relativo a 2024 a liquidar em 2025: a) Para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros).

4.16 - Proposta de Protocolo de Cooperação com o jornal Notícias de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 19/09/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à deliberação da Assembleia Municipal de Mirandela, a autorização para celebração do Protocolo de Cooperação entre o Município de Mirandela e o Jornal Notícias de Mirandela, concedendo os necessários poderes à Sra. Presidente da Câmara Municipal para outorga do Protocolo de Colaboração, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados

Eu pedi a palavra neste ponto dado que há aqui alguns aspetos que gostava que me esclarecessem.

Começando pela Cláusula 2.ª, ao ler o primeiro ponto fica no ar a ideia de responsabilidade do Município se acaso a impressão do jornal “atempadamente”, porque é a palavra que está lá, não for acautelada, ou seja, se for impresso fora de tempo, pelo menos a minha leitura dá essa impressão e eu passo a ler “*No âmbito da aplicação do presente Protocolo, o Município fornecerá a informação ao Jornal...*” tudo bem, mas depois diz “... *efetuando todas as diligências necessárias que permitem atempadamente a impressão do Jornal para posterior divulgação.*” Para mim não fica claro.

Em relação ao ponto 2, na mesma cláusula, também transparece a ideia que o Município terá responsabilidade na impressão e nos seus custos “*A impressão e demais custos será da responsabilidade do Jornal, com a colaboração do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas do Município, devendo este último proceder à entrega...*” o que é que a entrega do material jornalístico para impressão tem a ver com os custos? Acho que há aqui uma disparidade que a mim não me cai bem, nem está correto. Por isso, sobre estes dois pontos, pensamos que seria mais claro, prático e direto alterá-los para a seguinte redação: Em relação ao ponto 1: “*No âmbito da aplicação do presente Protocolo, o Município fornecerá a informação ao Jornal ...*” e aqui avançava para o ponto 2 “*com a colaboração do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas do Município, devendo este último proceder à entrega/atualização de material informativo (Newsletter ou outros), com um mínimo de 24 horas de antecedência sobre a data de envio para impressão...*” e aqui acrescentava “*data essa indicada pelo Jornal.*” E o ponto 1 terminava assim; Em relação ao ponto dois ficava só “*A impressão e os seus custos será da responsabilidade do Jornal “Notícias de Mirandela”*”.

Eu acho que assim ficava completamente claro e não havia confusão do primeiro com o segundo, o segundo principalmente, que trata dos custos, mas esses custos “...*com a colaboração com o Gabinete de Comunicação*”. Então o Gabinete de Comunicação é que vai participar nos custos? Não tem nada a ver. Esta é a minha estranheza.

Ainda em relação à Cláusula 2.ª, no ponto 6 diz “*Todo o material produzido destina-se exclusivamente a ser publicado no jornal “Notícias de Mirandela”, sendo proibida a cedência não autorizada.*” Há aqui duas questões que eu não entendo bem. Produzido, produzido por quem? Pela Câmara Municipal? Pelo Gabinete de Comunicação e Relações Públicas? Pelo Jornal? Acho que tem que se especificar quem é que produz este material. E depois diz “...*sendo proibida a cedência não autorizada*” isto é muito redundante, porque vamos imaginar uma nota à Comunicação Social, é para a Comunicação Social toda e com certeza, também, para o Notícias de Mirandela, pelo que, evidentemente, choca com este ponto. Aqui não há cedência nenhuma nesta informação, porque é para a Comunicação Social toda. Portanto, também se deveria esclarecer este ponto.

Na cláusula 2.ª, no ponto 7 diz “*Entregar 10 exemplares à Câmara*” nós entendemos que deveriam ser mais. A base deste Protocolo é a divulgação escrita de temas e assuntos de interesse municipal junto do maior número de pessoas do município, munícipes. Ora, a Câmara Municipal deveria ficar com exemplares suficientes para distribuir ou fazer chegar, não só a alguns Departamentos da Câmara, mas também a algumas instituições do concelho, a começar pelas Juntas de Freguesia que são 30. Se a Câmara fizer chegar um exemplar a cada Junta de Freguesia, se fica com 10, já não dá.

Depois há as Bibliotecas, a Biblioteca Municipal, as Bibliotecas dos Agrupamentos de Escolas, que também deveriam ter, a Torre Dona Chama, bem como a EPA de Carvalhais e o IPB. Por isso digo que meia centena de exemplares não seria demais. E, também, para o Jornal não representam um investimento grande, visto que irá receber do Município 1.230,00 € por cada edição. Portanto, não é grande investimento.

A cláusula 3.ª, o ponto 1 refere-se aos 1230 euros, e o ponto 2 gostaria que me fosse explicado, que diz assim “*O valor referido inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja atribuída ao Município, como sejam despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição e transporte, se aplicáveis.*”. Eu gostaria que me fosse clarificado quem faz estas despesas, para quem, do próprio órgão? É evidente que as despesas para a edição do Jornal são responsabilidade do próprio Jornal, a Câmara não tem nada a ver com isso. Portanto, gostaria que isso fosse clarificado.

A cláusula 7.ª diz “*O presente Protocolo revoga qualquer contrato, Protocolo ou acordo anteriormente celebrado.*” E eu sugeria que fosse acrescentado “*entre as partes*” e digo porque, que é a minha última questão, não vejo, em qualquer articulado do Protocolo, nenhuma referência a outros apoios que o Jornal de Notícias de Mirandela tenha já com o Município. Refiro-me, concretamente, ao que eu conheço minimamente, e que são as novas instalações do referido Jornal no primeiro piso do Mercado Municipal.

Senhora Presidente, existe algum Protocolo escrito entre o Jornal e o Município referente ao uso dessas instalações municipais? Se existe, gostávamos de conhecê-lo. Caso não exista, este assunto poderá ser acrescentado neste protocolo em votação.

E já agora, quanto paga o Jornal pelo uso dessas instalações? Temos informação que é a custo zero. É verdade, Senhora Presidente?

A propósito, também gostaríamos que esta Assembleia fosse informada se outros Órgãos de Comunicação Social que ocupam espaços municipais, nomeadamente, no Mercado Municipal e se têm Protocolo com o Município, bem quais as condições de utilização, nomeadamente, custos no seu uso.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Recordamos que a Assembleia Municipal não tem autoridade para alterar a matéria em votação, uma vez que foi feita a respetiva votação em Reunião de Câmara a 19 de setembro e enviada a Assembleia Municipal tal qual foi aprovada, pelo que passo a palavra à Senhora Presidente para se exprimir sobre essa questão.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecer a intervenção e dar nota do seguinte.

A cláusula 2.ª talvez não seja a redação mais feliz, mas o que está expresso é que a impressão e demais custos serão da responsabilidade do Jornal, ou seja, o Jornal terá sempre essa responsabilidade.

Relativamente aos exemplares do Jornal, nós pensamos nos equipamentos culturais e nos equipamentos abertos ao público para termos essa entrega.

Em relação ao valor referido, que inclui todos os custos, esta questão na cláusula 3.ª é precisamente para acautelar a possibilidade de não haver outros pedidos, já estamos a incluir todos os encargos relativamente ao Jornal.

Sobre a loja do Mercado Municipal, houve um leilão há algum tempo atrás, o Notícias do Mirandela candidatou-se e normalmente, quando há vacatura de um lugar vão entrando aqueles que na altura ficaram por ordem no sorteio, aliás, até foi um sorteio. Por isso, pagam a renda como qualquer outra entidade que está no Mercado Municipal a utilizar as instalações. O nosso Regulamento do Mercado Municipal não é exclusivo a comércio, ou seja, não estamos limitados ao comércio, apesar que consideramos que o Regulamento merece algumas alterações, nomeadamente, essa questão de poder ser utilizado por associações, para outro que não o comércio de bens alimentar, a própria Câmara tem lá serviços de informática e serviços ligados ao balcão atendimento BUPi. O Jornal Notícias de Mirandela paga o valor fixado, como todas as outras empresas.

Em relação à alteração, esta foi a proposta que foi aprovada em Reunião de Câmara. Na nossa opinião, a proposta que fez não belisca em nada o conteúdo do próprio Protocolo de Cooperação, mas de qualquer forma, não podemos neste momento, fazer essa alteração.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, não me respondeu a todas as questões. No entanto, no essencial, já fiquei esclarecido.

Sugeria à Mesa e à Senhora Presidente, que fosse retirado o ponto para ser melhor elaborado com estas retificações que são fundamentais, como reconheceu no ponto 2. Uma coisa não tem nada a ver com a outra, ou seja, a impressão e demais custos não tem a ver com o Gabinete de Comunicação e portanto, está errado. Não podemos estar a aprovar uma coisa contraditória, bem como os outros pontos e portanto se calhar, para não demorar e porque acho que não devemos aprovar o que não está correto, retirava-se o ponto. Há tempo para se rever, preparar melhor e votar noutra altura.

Esta é a nossa sugestão, a Mesa, a Senhora Presidente e a Assembleia dirão de vossa justiça.

Em relação ao Protocolo, eu pensava que era através de Protocolo, uma vez que se trata de um órgão de comunicação social e foi-me dito por gente próxima ao órgão, não vale a pena dizer quem e aqui é que há uma contradição, que não pagavam nada e afinal, há uma importância. Já agora, Senhora Presidente, diga-nos quanto é que paga, efetivamente, o Jornal, para ficarmos esclarecidos.

Nesta situação não é necessário estar a incluir neste Protocolo uma vez que se trata de outra situação.

Se pudesse complementar, se não for hoje, numa próxima Reunião, que outros órgãos é que ocupam instalações municipais, os valores, em que circunstâncias, se existem ou não existem protocolos ou se é o mesmo sistema, através de concurso, tudo isso. Gostaríamos de ser esclarecidos agora ou posteriormente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à questão do Protocolo, o Protocolo foi feito pelo Gabinete Jurídico, é certo que foi baseado noutros protocolos e portanto, aquilo que propõem não altera de forma substancial as obrigações entre as partes, são situações de redação. Consideramos que as obrigações permanecem as mesmas, ou seja, não traz uma alteração substancial àquilo que é o Protocolo em si.

Relativamente ao valor pago, efetivamente eles pagam, soubemos agora pelos serviços, 32,50 € de renda por mês.

Em relação a outras instalações, existem outros Protocolos anteriores a 2017 relativamente a outro órgão de comunicação social no mercado municipal.

----- Efetuada a votação e estando 48 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos contra, duas abstenções e 42 votos a favor, aprovar a autorização para celebração do Protocolo de Cooperação entre o Município de Mirandela e o Jornal Notícias de Mirandela, concedendo os necessários poderes à Sra. Presidente da Câmara Municipal para outorga do Protocolo de Colaboração.

-----O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Nós não poderíamos votar favoravelmente, o que está em causa aqui não é o Protocolo nem as entidades envolvidas, nem o espírito que preside a esse Protocolo. O que está em causa aqui é a redação do Protocolo e a Senhora Presidente sabe muito bem que é preciso ter cuidado com as palavras e com aquilo que está escrito.

Se a Senhora Presidente entende, lá porque foi feito por um Jurista, que está tudo bem, nós temos o direito de entender que não. Nós esclarecemos aqui pontos em que realmente há confusão, a Senhora Presidente até reconheceu, nós não podemos aprovar um documento que tem imprecisões e que pode gerar muitos problemas nessa execução do próprio Protocolo e, por isso, tínhamos de votar contra.”

4.17 - Proposta de Regulamento dos Apoios Económicos e Sociais.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 19/09/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à deliberação da Assembleia Municipal de Mirandela, a Proposta do Regulamento dos Apoios Económicos e Sociais, revogando os anteriores, nomeadamente, o Regulamento dos Apoios Económicos e o Regulamento do Plano de Emergência Social, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, esta Proposta de Regulamento que vem aqui para que seja votada por esta Assembleia deixa-nos algumas dúvidas em alguns pontos e eu gostava que a Senhora Presidente, se pudesse, me elucidasse nessas faltas de informação.

Não sabemos qual é a realidade do nosso concelho em relação a este sistema de apoios económicos e sociais, não sabemos quanta pessoas são abrangidas, que tipo de pessoas são abrangidas e portanto, não fica claro o número de apoios sociais que estão a ser projetados.

Há aqui outra questão, esta Proposta de Regulamento é a que decorre inteiramente da Lei, ou seja, não há aqui qualquer tipo de intervenção divina por parte do Executivo, porque este é um Regulamento que decorre daquilo que é a lei.

O que nos levanta dúvidas, Senhora Presidente, é o seguinte: Vão manter a mesma linha de apoio com este Regulamento, ou vai haver outros critérios que não existiam no que estava anteriormente aprovado?

Eram estas as minhas dúvidas e gostaria dessa informação.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uma vez que esta matéria é muito sensível e envolve verbas municipais e apoios económicos e sociais;

Dado que se corre sempre num perigo constante de cometer desigualdades e falta de equidade, porque a sociedade em que vivemos apresenta-nos diariamente, situações de falsas informações e oportunismos pessoais para proveito próprio sem olhar o próximo, como o caso do “Apoio à Renda” criado em 23 de março de 2023 pelo então Governo, tendo sido pago a 32 beneficiários que não residem em Portugal e até envolveu crianças de 4 anos.

Por todos estes motivos e outros que conhecemos, venho alertar a autarquia para redobrar os cuidados a ter, para mandar analisar os casos que forem apresentados, mas uma análise com cruzamento de dados e a investigação necessária, evitando que haja situações de concessão desses apoios a quem não reúne as condições e nomeadamente, a quem pretenda ludibriar, isto é, enganar o Município com falsas declarações, que sabemos que também acontece.

Nesse contributo que todos queremos dar para garantir uma justiça social verdadeira, não seria, no art.º 5.º, ponto 4, acrescentar, a seguir à palavra “Estado”, a frase “e/ou outras entidades nacionais e/ou estrangeiras”, ficando o ponto assim redigido desta maneira “O/a requerente deverá apresentar o documento comprovativo do apoio atribuído pelo Estado e/ou outras entidades nacionais e/ou estrangeiras, independentemente da sua tipologia (saúde, habitação, entre outros), caso se aplique”.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este Regulamento dos Apoios Económicos e Sociais, resulta da fusão de dois regulamentos: o Regulamento dos Apoios Económicos e o Plano de Emergência Social. Com a descentralização de competências, algumas atribuições da Ação Social da Administração Central passaram para a competência dos Municípios. A Câmara Municipal, através dos seus Serviços de Ação Social, teve de proceder à fusão dos dois regulamentos. Para além disso, este documento esteve em discussão pública.

No diagnóstico social realizado, temos um Conselho Local de Ação Social (CLAS), um diagnóstico social e a realidade do concelho, que naturalmente é dinâmica. Além dos apoios que o próprio Estado oferece através dos Serviços de Ação Social, existe também a nossa emergência social, que complementa de forma robusta as questões sociais apresentadas. Por isso, estamos convictos de que este Regulamento é o que melhor satisfaz as necessidades de todo o concelho e das famílias vulneráveis e carenciadas.

Se o Senhor Deputado *Virgílio Tavares* tiver conhecimento de alguma situação em que tenham sido prestadas falsas declarações, agradecemos que informe os Serviços de Ação Social. Como sabe, essas situações são tratadas com sigilo, sendo as técnicas de

Ação Social responsáveis pelo acompanhamento destes casos. Obviamente, confiamos no excelente trabalho desenvolvido pelos Serviços de Ação Social, que lidam com as muitas vulnerabilidades sociais que infelizmente estão a aumentar, com cada vez mais pessoas, de diferentes formas, a enfrentarem situações de vulnerabilidade social.

Por isso, gostaria de felicitar os Serviços de Ação Social pela fusão dos dois regulamentos e os Serviços Jurídicos que têm apoiado na concretização deste processo. Estou convicta de que, com este regulamento único, será mais fácil gerir os dois tipos de apoio: aquele que foi descentralizado pelo próprio Ministério e também, os nossos apoios que já existiam no passado e se mantêm e reforçam aquilo que foi descentralizado

----- Efetuada a votação e estando 48 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Regulamento dos Apoios Económicos e Sociais, revogando os anteriores, nomeadamente, o Regulamento dos Apoios Económicos e o Regulamento do Plano de Emergência Social.

4.18 - Proposta de Alteração à 5.ª EDIÇÃO DO CARTÃO COMÉRCIO MIRANDELA – 2024/2025 – Regras de Utilização do CARTÃO COMÉRCIO MIRANDELA e Regras de Adesão à Plataforma MIRANDELAMARKET.PT.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 19/09/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a ALTERAÇÃO À 5.ª EDIÇÃO DO CARTÃO COMÉRCIO MIRANDELA – 5.ª Edição | 2024/2025 - Regras de Utilização do CARTÃO COMÉRCIO MIRANDELA e Regras de Adesão à Plataforma MIRANDELAMARKET.PT e respetivos anexos;**
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção visa, essencialmente, que comecemos a ter a perceção do que se passa, não só no concelho de Mirandela, mas também em outros concelhos do interior.

Fica claro que, obviamente, não estando contra este Cartão Comércio de Mirandela, aliás, e como foram intervenções públicas da Senhora Presidente, no sentido de protegermos o comércio local, ou seja, essa narrativa fica sempre bem e, obviamente, dará votos.

O que fica claro, não só para Mirandela, mas também para outros Municípios, é nós termos autorizado, e haver no concelho de Mirandela, quatro grandes superfícies. Quatro grandes superfícies, meus amigos. Estamos a falar num universo de habitantes na ordem de 12 mil. Se falarmos no concelho, seremos muitos mais.

Quando temos um princípio de permissão para que se abram em Mirandela grandes superfícies, com aquele discurso sempre inovador “as criações de postos de trabalho”, “*foram criados muitos postos de trabalho*”, e depois vamos a ver e elencar quais são as condições com que esses trabalhadores trabalham nessas grandes superfícies, e começamos a pôr as mãos à cabeça- Trabalho precário, horários desregulados. Ou seja, estamos a falar de questões importantes que nada dignificam nem dinamizam o comércio local.

Senhora Presidente, era importante que esta abertura deste cartão viesse acompanhada de uma nota importante: a obrigatoriedade das grandes superfícies de fecharem ao domingo, que era uma medida positiva para aquilo que era a dinamização do comércio local e que é essa medida que não está aqui.

Estamos a dar aqui um apoio e não sou contra ele, o meu voto será a favor, mas fica claro que estamos a mendigar medidas que vão contra o interesse dos comerciantes em Mirandela.

Autorizamos a abertura de quatro grandes superfícies, e depois o PSD está contra a Derrama e vota contra porque, realmente, a criação de impostos... Às vezes não consigo perceber como se quer investimento em Mirandela e não se cobram impostos. Estamos sempre à espera da abertura dos avisos da comunidade europeia e andamos nesta narrativa dos apoios, os tais apoios.

Aquilo que essencialmente seria necessário que acontecesse em Mirandela, uma medida positiva, era o encerramento das grandes superfícies ao domingo. E isso está dentro da sua competência, Senhora Presidente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Espero nunca ver o Senhor Deputado *Jorge Humberto* numa grande superfície ao domingo.

De qualquer forma, Senhor Deputado, relativamente ao comércio local, esta é uma medida que não resolve todos os problemas, mas ajuda a resolvê-los e efetivamente, é com gosto que temos acelerado e reforçado o Cartão Comércio e o Mirandelamarket, contando também com o apoio de todos, como reforço, neste Cartão Comércio.

Existem aqui algumas novidades, como o facto de, com os nossos jovens do voluntariado jovem, da Natureza e Floresta, do Banco Local de Voluntariado e também com o Cupão Bebê, termos apoios significativos, designadamente estes 50 cupões de 500 euros, divididos em cupões de 20 euros.

Os jovens que estão na Câmara Municipal de Mirandela, para além das entradas no cinema de Mirandela, acabam também por participar em vários sorteios ao longo do ano e estão incluídos neste Cartão Comércio.

E como nós, seres humanos, somos feitos de rotinas, tentamos com isto favorecer a compra no comércio local.

Infelizmente, temos aqui duas outras situações.

Falou, em concreto, na Derrama. A Derrama é somente uma medida corretiva e portanto, consideramos que a medida corretiva do pagamento da Derrama é aplicável aos supermercados, sendo um contributo para a Câmara Municipal. Não temos fronteiras relativamente às grandes superfícies e portanto, o que é que impede uma grande superfície de fazer um investimento em Mirandela, desde que, a nível de urbanismo tenham todas as condições?

Temos de ser competitivos em relação ao comércio local e ter estratégias para que as pessoas tenham como rotina e como hábito adquirir no comércio local.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, não tenho nada contra o Cartão Comércio, como disse, vamos votar a favor deste ponto. Agora, achamos que esta mitigação é demasiado curta.

Senhora Presidente, vou-lhe dar uma ideia, já não fica para o Orçamento de 2024, mas pode ficar para o Orçamento de 2025.

A Senhora Presidente em não cobrar impostos, ou seja, a hipoteca de recursos financeiros que a Câmara deixa de obter são 1,2 milhões de euros, são 600 mil euros de IRS, que entrega aos mirandenses, aqueles mais afortunados, que tem capacidade de oferecer, para além daquela complementação que vem do próprio Estado e da receita fiscal do Estado, são 16 mil euros; no IMI são 400 mil euros e na Derrama são 215 mil euros. Estamos a falar de 1,2 milhões de euros.

Ou seja, estamos a falar em valores que, se nós estamos com o discurso e a narrativa da dinamização do comércio local, Senhora Presidente, aumente os valores e crie a atratividade. Em vez de dar 20 euros e 500 euros para o cupão bebé, dê 1500 euros. E a Senhora Presidente se tivesse a capacidade de perceber que alienar quase 1 milhão de euros só em IRS e IMI, que é a receita que a Câmara tinha, poderíamos fazer esse tipo de trabalho e teríamos outro tipo de capacidade.

Eu não acredito que este Cartão, com estes valores apresentados pela Câmara, eu digo-lhe outra vez, fico contente, mas acho que é muito pouco. É muito pouco e não vai criar qualquer tipo de dinamização comercial e económica no concelho.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Houve alguma confusão relativamente àquilo que é receita e aquilo que não é receita. A Derrama é sempre uma receita.

Em relação ao IMI e ao IRS, nós temos receita com o IMI e o IRS, estamos é a cobrar os valores mais baixos, conforme o compromisso que foi feito com todos os mirandenses.

Relativamente ao Orçamento 2025, todos os Partidos Políticos serão ouvidos a partir do final do mês de outubro, para que façam as suas propostas relativamente ao Orçamento de 2025.

Quanto aos valores, são aqueles que, a nível orçamental, são possíveis. Fizemos um esforço para incluir outras rubricas. E parte-se, do princípio, que este é um apoio simbólico, com o objetivo de fidelizar e atrair novos públicos. Quem entra uma vez e é bem recebido volta novamente e é esse o objetivo central deste Cartão Comercio, estimular as pessoas a comprar no nosso comércio, que é de excelente qualidade. Temos de diversificar mas, por outro lado, tentar fidelizar os clientes.

----- Efetuada a votação e estando 49 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **ALTERAÇÃO À 5.ª EDIÇÃO DO CARTÃO COMÉRCIO MIRANDELA – 5.ª Edição | 2024/2025 - Regras de Utilização do CARTÃO COMÉRCIO MIRANDELA e Regras de Adesão à Plataforma MIRANDELAMARKET.PT e respetivos anexos.**

4.19 - Proposta de Contração de empréstimo de médio/longo prazo para Investimentos Diversos até ao montante máximo de 885.000€, nos termos do art.º 51º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação (RFALEI).

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 23/09/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a ratificação da deliberação da reunião ordinária da Câmara Municipal de Mirandela de 08/08/2024, que autorizou a abertura do procedimento de contratação de um empréstimo de médio/longo prazo;**
- 2 – Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a autorização da contratação de um empréstimo de médio/longo prazo, pelo Município de Mirandela, junto da Caixa de Crédito Agrícola (CCA) da no montante até de 855.000€ (oitocentos e cinquenta e cinco mil euros), com o prazo de 20 anos, com uma taxa de juro variável, correspondente à Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* de 0,30%, com pagamentos mensais, nos termos da minuta do contrato de empréstimo, para a aplicação dos investimentos previstos no Quadro 1, da presente proposta;**
- 3 – Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a autorização da minuta do contrato de empréstimo, para posterior celebração, e submissão a visto prévio do Tribunal de contas.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação a este ponto, fazer um ponto prévio à situação. Não somos contra as obras, antes pelo contrário, somos totalmente a favor das obras. A forma como as fazemos é que pode ser um pouco diferente e de facto, criar um empréstimo para esta situação parece-me suspeito.

Acabaram-se os avisos, ou não chegaram os avisos a tempo? Deve ter sido os avisos, acabaram.

Depois, lá está, voltamos ao mesmo: pressupõe uma falta de planificação, porque se eu queria fazer a obra em 2025, tinha planificado em 2021, tinha feito os trâmites necessários e tinha avançado com os Avisos e assim sucessivamente.

O Senhor Deputado estava a falar da receita dos impostos, mas já lhe vou responder a si e à Senhora Presidente. Vou citar o relatório do ROC que em determinado trecho da análise económico-financeira a 30 de junho de 2024, diz o seguinte: "*De assinalar que, no primeiro semestre de 2024, a evolução da exploração evidenciou uma tendência favorável, consubstanciada num aumento de rendimentos de 36% e num aumento de gastos de 1%, o que permitiu a obtenção de um resultado líquido de exploração de 2.983.037,64€ (dois milhões novecentos e oitenta e três mil trinta e sete euros e sessenta e quatro centimos) e de um cash-flow de 4.729.734,14€ (quatro milhões setecentos e vinte e nove mil setecentos e trinta e quatro euros e catorze centimos), o que reforça a estrutura financeira*" e depois termina assim: "*e a capacidade de autofinanciamento.*"

Não se vê. Não se vê neste ponto, nem se vai ver no ponto a seguir e portanto, não consigo compreender.

E depois vamos para uma parte mais específica do empréstimo: 885 mil euros, a 20 anos, com uma taxa de *spread* de 0,3%. Por que uma carência de capital nos primeiros 12 meses? Não dá jeito ter despesa? Portanto, empurra-se para a frente. Gostava de saber porquê.

Eu propunha uma coisa interessante, que era aos Presidentes de Junta não aceitarem a justificação que não há Avisos para fazer as obras, a gente faz um empréstimo e resolve-se o assunto.

Cada obra vai custar 420 mil euros mais ou menos, porque elas andam mais ou menos no mesmo valor. Dos 290 mil euros para os 420 mil euros, é aquilo que vamos pagar a mais, os juros.

Se estamos tão bem financeiramente, se a Câmara está tão bem financeiramente, não consigo entender o porquê deste empréstimo.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço a questão colocada, porque também nos permite dar alguns esclarecimentos e informações sobre esta contratação de empréstimo a médio e longo prazo para o financiamento de investimentos e, repito, investimentos.

A reabilitação e manutenção das vias, provavelmente o Senhor Deputado anda distraído, não são financiados por Avisos Comunitários. Houve, há alguns anos, a possibilidade de as estradas municipais poderem ser objeto de financiamento, mas desde 2007 não existe 1 euro de investimento de Fundos Comunitários em vias estruturantes e vias de acesso às nossas freguesias. Este é, efetivamente, um problema das políticas públicas em Portugal.

Fala-se muito em coesão, em tratar o país por um todo, mas nós temos, por exemplo, passes escolares dos grandes centros, temos agora, também, grandes vias de acesso nos grandes centros e nós, no nosso concelho, temos cada vez mais estradas municipais degradadas.

No anterior mandato, fizemos investimento em três grandes obras por questões de prioridade absoluta e agora vamos também fazer, para além destas, outras, mas estas com um Fundo de Financiamento que só pode fazer quem tem folga financeira.

Ou seja, isto é como nas famílias, a forma como vocês fizeram é que estava completamente ao contrário daquilo que estamos a fazer agora. O autofinanciamento é também uma forma de ir à Banca buscar para investimento, é uma forma de executar e só não vamos aos Avisos Comunitários, tem toda a razão, porque não existem. E não existindo, não há nenhum município que se possa candidatar.

Os Senhores Presidentes de Junta poderão reclamar, nós temos aqui, a estrada municipal 532 de São Pedro Velho a Vilar D'Ouro que há mais de 20 anos que é solicitada e só vamos fazer a primeira fase, mas já estamos a fazer o projeto para uma segunda fase, que é a Estrada Nacional 315. Ou isto também vinha no mandato anterior a 2017? Também já estava o projeto? Não estava!

Na pavimentação do acesso a Vale da Sancha, também é outra estrada que eu convido todos a passarem lá num autocarro escolar. É muito fácil criticar, mas também é muito mais fácil ir lá e verificar como passam os autocarros naquela via.

A estrada de Mosteiró a Guide que faz parte também de um compromisso com a ligação de polos muito importantes entre aldeias do nossos concelho.

Não estão todas, obviamente que não, há mais, e há mais que estão a precisar de intervenção. E vamos continuar a fazer, porque se todos os anos, se em todos os mandatos fizéssemos pelo menos 3 estradas municipais com qualidade e mesmo na cidade temos vias de acesso completamente degradadas, fizemos no mandato passado o acesso à Zona Industrial, fizemos no acesso a Vila Nova das Patas uma nova pavimentação, se formos fazendo e formos mantendo, nunca chegaremos ao ponto de termos as nossas completamente degradadas, como aconteceu com o parque escolar, que ficou completamente degradado.

Isto quer dizer que nos obriga, por um lado, a fazer um esforço de investimento para fazer a obra, mas também nos obriga a fazer a manutenção de todas as outras.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu entendo perfeitamente o que disse e estou totalmente de acordo. Aliás, eu disse-o logo de início. Estou totalmente de acordo, é uma falha do PSD enquanto esteve no mandato, é uma falha do PS até ao momento, porque agora quer fazer, não fazerem as estradas que estão aí, não beneficiarem estas estradas. Não é fazer as estradas, tem razão, são benefícios e são arranjos de estradas.

O Ponto que está em discussão não está a falar das obras, a Senhora pôs lá as obras porque quis, aquilo até é um empréstimo para várias coisas, pode ser utilizado para o que quiser, pôs lá que é para as obras, eu não estou a discutir as obras, estou a discutir o empréstimo.

Se a situação financeira da Câmara está boa, se tem capacidade de autofinanciamento, porque vai recorrer a um empréstimo a 20 anos, que numa despesa de 885 mil euros, vai custar cerca de 1,1 milhões de euros? Também não me respondeu. Sei que são questões mais técnicas, mas porque não paga no primeiro ano? Não quer a despesa no próximo ano? Há alguma coisa que a leve a pensar isso? Não sei. Foi proposta do Banco? Pode ter sido proposta do Banco, o Banco pode ser simpático e empurrou mais para a frente, digo eu, não sei.

Não estamos a falar das obras. As estradas precisam de ser beneficiadas, é verdade, tem de haver arranjos, tem de haver consertos, manutenção, tem razão. A minha questão é: porquê o empréstimo? Ou então não tem dinheiro.

Eu não queria voltar a este tema, mas será que gastou o dinheiro noutra coisa? Tivemos uma despesa grande este ano, no mês de agosto.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado Senhor Deputado, dá-me, então, a oportunidade de falar mais ainda sobre obras.

O tabuleiro da Ponte Açude vai ter obras. Estamos a falar de um investimento financiado de 1,7 milhões de euros, mas só o tabuleiro da Ponte Açude são 150 mil euros, mas é uma necessidade absoluta.

Relativamente a Vale de Madeiro, vamos fazer a reabilitação, vamos tentar incluir na obra global da reabilitação da Ponte Açude. Vale de Madeiro também vai ter uma intervenção que andarà à volta de 100 mil euros.

O Senhor Deputado também poderia estar preocupado em como é que conseguimos fazer tantos projetos em tão pouco tempo? E como é que estamos a fazer acontecer? Tem razão em estar preocupado por causa disso.

Relativamente aos empréstimos, temos a dizer que também estamos a pagar empréstimos. Estamos a pagar o edifício Piaget, por exemplo. Os empréstimos vão passando de mandato para mandato, o concelho de Mirandela e o Executivo vai continuar. Também estamos a pagar as dívidas das Águas do Norte.

Relativamente às questões do empréstimo, estamos em condições de suportar os empréstimos que temos vindo a fazer e fazer investimento, é isso que se pretende de uma governação: é pagar aos fornecedores, pagar os empréstimos, fazer investimento e fazer com que também, no meio rural, haja investimento, com o Protocolo que foi feito com as juntas de freguesia com esta autonomia da gestão administrativa que têm. E é essa a diferença.

Agora, eu percebo a sua perplexidade, como é que temos conseguido fazer tanto? Com todo o esforço que tem sido feito por parte deste Executivo.

----- Efetuada a votação e estando 48 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra, cinco abstenções e 42 votos a favor:

- 1 – Retificar a deliberação da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Mirandela de 08/08/2024, que autorizou a abertura do procedimento de contratação de um empréstimo de médio/longo prazo;
- 2 – Aprovar a autorização da contratação de um empréstimo de médio/longo prazo, pelo Município de Mirandela, junto da Caixa de Crédito Agrícola (CCA) da no montante até de 855.000€ (oitocentos e cinquenta e cinco mil euros), com o prazo de 20 anos, com uma taxa de juro variável, correspondente à Euribor a 6 meses, acrescida de um spread de 0,30%, com pagamentos mensais, nos termos da minuta do contrato de empréstimo, para a aplicação dos investimentos previstos no Quadro 1, da presente proposta;
- 3 – Aprovar a autorização da minuta do contrato de empréstimo, para posterior celebração, e submissão a visto prévio do Tribunal de contas.

-----O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Eu só vim aqui fazer Declaração de Voto por um motivo muito simples. Nós, ao contrário da imagem que a Senhora Presidente passou, que nós estamos contra tudo o que é projetos e por aí fora e depois há uma confusão com o que é financiado ou não é, pronto.

Nós não estamos contra essas obras, antes pelo contrário, nós estamos totalmente de acordo com as obras.

Eu estou é contra a forma como vocês fazem as obras, que é diferente, ou como se financiam para fazer as obras, porque tão depressa falam que é preciso receitas, para quê? Para pagar empréstimos das receitas? Só se for, porque não vejo outra solução.”

4.20 - Proposta de deliberação para aprovação e submissão à Assembleia Municipal de aprovação de minuta de acordo de financiamento entre a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e os Municípios de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais relativo ao financiamento do exercício pela Comunidade Intermunicipal das

Terras de Trás-os-Montes das competências nela delegadas pelo Município, enquanto autoridade de transportes.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 23/09/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração do acordo de financiamento entre a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e os Municípios de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais;**
- 2 – Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a despesa e compromissos plurianuais associados à celebração, pelo Município de Mirandela do Acordo de Financiamento relativo ao financiamento do exercício pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes;**
- 3 - Submeter à Assembleia Municipal a autorização, para efeitos da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu pedia a palavra por duas questões, ambas importantes. Um pedido de esclarecimento à Senhora Presidente e aqui um reparo, não sei, até estranho ninguém ter falado nele e se calhar, sou eu que não vejo bem, mas por acaso reparei nisto, é o seguinte, Senhor Presidente da Assembleia e Senhora Presidente da Câmara: A deliberação que chegou a nós desta Proposta é igualzinha à deliberação do ponto anterior, é *copy-paste*.

Então, se vamos tratar de um assunto das Terras de Trás-os-Montes e relacionado com os transportes, por que razão é que a deliberação é “*Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a contratação de um empréstimo....*” Tal e qual o anterior? Foi um lapso, já sabemos, isto acontece também aos juristas, não é só a nós. E, portanto, este reparo que ao ser aprovado, tenham cuidado na redação.

Em relação a esta questão dos transportes, eu depois estive a ver porque evidentemente, fui à parte informática, a ver se havia engano, ou se não tinha chegado em condições, onde constavam os documentos relativamente a este ponto e eu só queria perguntar à Senhora Presidente que, com certeza, queria-se referir a isso. Este assunto tem a ver com a Rede de Transportes Urbanos e Inter Freguesias de Mirandela e por isso, pela positiva, eu deparo-me com um total de 5.246.845,24 € (cinco milhões, duzentos e quarenta e seis mil, oitocentos e quarenta e cinco euros e vinte e quatro centimos) para Mirandela, que é superior a todos os outros concelhos. Por exemplo, Macedo tem apenas 3.700.000 € (três milhões e setecentos mil euros), Vinhais 3.000.050 € (três milhões e cinquenta euros). É positivo, mas gostaria que a Senhora Presidente desse um esclarecimento do porquê. Será porque Mirandela vai ter essa Rede e os outros Municípios ainda não? Gostaria que esclarecesse esta situação.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vamos ter que vos pedir 5 minutos de pausa para o café, se faz favor, porque vamos ter de verificar a situação do documento. Obrigada.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estando presentes 44 membros, neste momento, na sala, a Assembleia reúne Quórum e estamos em condições de prosseguir os trabalhos.

Encontrávamo-nos no ponto 4.20, na “Proposta de Deliberação para aprovação e submissão à Assembleia Municipal de aprovação de Minuta de Acordo de financiamento entre a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e os Municípios de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhas, relativo ao financiamento do exercício pela comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, das competências nelas delegadas pelo Município enquanto autoridade de transportes”, ponto este que foi suspenso tendo-se dado conta de um erro técnico da deliberação constante na respetiva certidão. Consultados todos os documentos relativos a este ponto, demos conta que estavam corretos, contudo a certidão, de facto, apresentava um lapso na transposição da deliberação da Câmara Municipal de Mirandela.

Entretanto, a Certidão foi corrigida e enviada a todos vós via *e-mail*, distribuída e também, entregue na Mesa da Assembleia Municipal onde já consta, corretamente, a dita deliberação do dia 23 de setembro, que passo a enunciar:

“A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração do acordo de financiamento entre a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e os Municípios de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais;*
- 2 – Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a despesa e compromissos plurianuais associados à celebração, pelo Município de Mirandela do Acordo de Financiamento relativo ao financiamento do exercício pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes;*
- 3 - Submeter à Assembleia Municipal a autorização, para efeitos da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema*

de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.”

Conciliado com todos os líderes das Bancadas Municipais, todos deram a sua anuência que, corrigida a respetiva certidão e explicado o lapso, estaríamos em condições de submeter à votação este ponto, até porque envolve prazos relativamente à CIM – Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

Tendo reunido essa anuência de submissão à aprovação por parte dos Líderes Municipais, se ninguém se quiser manifestar contra, a Mesa está em condições de submeter esta proposta de deliberação da aprovação e submissão à Assembleia Municipal desta Minuta entre os Municípios da CIM-TTM.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, levanto aqui duas questões para que eu possa perceber bem este contrato de Minuta que, nos moldes em que nos é apresentado, é praticamente igual, *copy-paste* do outro, aquele que ficou sem efeito por falta do operador não conseguir realizar a operação que lhe foi entregue por falta das previsões que tem de ser feitas.

A Senhora Presidente apresenta-nos aqui dois quadros, que eu gostava de perceber, que é a repartição financeira do TP flexível dos anos cinco do contrato, e apresenta aqui um valor de cerca de 784 mil euros e depois no quadro a seguir, que é exatamente a mesma coisa, os valores é que são diferentes, que é a repartição financeira regular dos 5 anos do contrato. E aqui já deixa de ser um total de 800 e tal mil euros, no que toca a Mirandela, obviamente, só estou a falar de Mirandela, e passa para cerca de 5 milhões.

No ano 2025, temos um milhão na repartição financeira regular e na repartição financeira flexível, que ainda não consegui compreender o que é, estamos a falar de 150 mil euros. Em 2026 na flexível são 153 mil euros e na regular é cerca de um milhão de euros. Portanto, qual é a diferença que existe entre a repartição financeira do TP regular e a repartição financeira do TP flexível, quando há aqui uma diferença abismal? Ou seja, em termos de comparticipação o total do TP regular é 25 milhões para 5 anos, no TP flexível é de 4 milhões. Há aqui uma disparidade de valores que gostava que me explicasse.

Outra coisa, Senhora Presidente, independentemente de um quadro, ou do outro ser aquele que realmente vai estar submetido a votação e para a qual a Câmara Municipal de Mirandela vai fazer o empréstimo neste valor, eu gostava de lhe perguntar, Senhora Presidente e obviamente que isto tem a ver com uma questão política, é uma opção política, é se a Câmara Municipal não tem a capacidade de fazer um plano de mobilidade concelhio com estes valores que são aplicados à Câmara Municipal, em vez de passar à CIM-TTM.

Será mais importante daqui a relativamente pouco tempo, virmos aqui e termos uma Assembleia Municipal a dizer que o operador que ganhou o concurso não vai ter capacidade de fazer a implementação deste plano de mobilidade.

E o que eu lhe deixava era se, com estes valores, seja de 783 mil euros ou de 5 milhões, se a Câmara Municipal de Mirandela não poderia ou não teria capacidade de fazer a implementação do plano de mobilidade para o nosso concelho?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de mais, agradecer a questão que foi colocada e também, lamentar este erro que aconteceu neste ponto. De facto, quem faz pode errar e foi isso que aconteceu. Agradeço que todos tenham este entendimento porque, efetivamente, situações destas podem acontecer.

Mas deixem-me dizer-vos que os Órgãos Municipais e o trabalho todo que têm na transcrição das Atas das Reuniões de Câmara, das Assembleias Municipais, a preparação das deliberações são, de facto, estruturais e importantes na nossa função. Por isso, para todos aqueles que trabalham nos Órgãos Municipais, o nosso muito obrigado.

Em relação à questão da mobilidade, é no fundo aquilo que temos vindo a falar nos últimos anos. Transferimos, em 2016, esta competência para a Comunidade Intermunicipal. Reforçamos, neste mandato, esta transferência.

De todos os estudos que foram feitos da mobilidade, nós temos muitas aldeias com menos de 50 habitantes em que não é um transporte regular, é um transporte a pedido, denominado transporte flexível, ou seja, este é o tipo de transporte que é obrigatório por diretiva comunitária e que tem de estar acessível a todos.

Acho que já respondi à questão. Consideramos, depois de uma pequena abordagem, que se fossemos sozinhos, como seria esta situação. E consideramos que estando unidos, estando juntos, ficará mais em conta, atendendo aos preços de mercado que, como todos sabem, também nos transportes escolares tem subido de forma drástica e dramática para os orçamentos municipais.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, já percebi que isto é uma opção política, não tenho nada contra a opção política deste executivo.

Eu queria que me explicasse e não me explicou, o que quer dizer estes dois quadros.

O TP Flexível, até ao ano de 2029, o total que este Município de Mirandela vai entregar à CIM-TTM é cerca de 784 mil euros e no TP Regular é de cerca de 5 milhões. Eu queria saber o que é que isto quer dizer? Qual é o quadro que está, exatamente, em cima da mesa e quais são os valores que a Câmara vai pagar? É um milhão em 2025? Um milhão e 29 mil em 2026? Um milhão e 48 mil em 2027? Um milhão e 69 mil em 2028 e um milhão e 90 mil em 2029?

Portanto, eu queria saber qual é o quadro que está em cima da mesa, para que possamos votar, pelo menos, aqueles que votarem, seja a favor, seja contra ou absterem-se com consciência, porque há aqui dois quadros que não são perfeitamente visíveis, qual é aquele que vai estar implementando e qual é o acordo feito com a CIM-TTM e que valores é que vão ser feitos, se é de 4 milhões euros, ou se é de 25 milhões euros?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uma informação complementar, que há pouco não falei, que é os transportes urbanos. Os transportes urbanos estão incluídos neste acordo de financiamento. A Câmara Municipal não vai entregar à CIM-TTM, a Câmara Municipal vai investir na rede de transportes.

Atualmente, na rede transportes escolares, nos mini circuitos e nos transportes escolares estamos a gastar 750 mil euros, portanto, tudo aquilo que diz respeito ao investimento da rede de transportes e na mobilidade das pessoas é fundamental, porque existem situações que, mesmo pagando não temos quem trabalhe estes transportes. Cada vez é mais difícil termos operadores que façam transportes escolares e que garantam a rota de transportes escolares.

Em relação à Comunidade Intermunicipal, isto inclui os transportes urbanos, os transportes interurbanos e o transporte a pedido flexível.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, já percebemos tudo, eu só quero saber qual é que é o quadro, se é o TP Flexível que vai ficar em vigor, ou se é o TP Regular?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

São os dois.

----- Efetuada a votação e estando 52 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra e 51 votos a favor:

- 1 – Aprovar a celebração do acordo de financiamento entre a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e os Municípios de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais;
- 2 – Aprovar a despesa e compromissos plurianuais associados à celebração, pelo Município de Mirandela do Acordo de Financiamento relativo ao financiamento do exercício pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes;
- 3 - Autorizar para efeitos da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

4.21 - Contrato-Programa A.I.N., E.I.M, S.A.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 23/09/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela o Contrato-Programa entre a AIN EIM, S.A., o Município de Mirandela e Município de Vila Flor conforme proposto.”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TELXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou pedir à Mesa que me permita aqui recuar um bocadinho em relação à última Assembleia, porque não quis interpelar a Senhora Presidente para não interromper os Trabalhos, visto que íamos continuar hoje. Vou recuar um bocadinho atrás. Efetivamente, não é necessário vir à Assembleia para saber que o Conselho da Administração da AIN ia mudar, por acaso já sabia. E ainda bem que vai mudar e penso que, se calhar, vai mudar para a pessoa certa. Isto porque o Senhor Vereador *Vitor Correia*, no dia 06 de fevereiro, assumiu comigo enquanto Presidente de Junta e com o Doutor *Michel*, Administrador, que nos cedia um espaço para fazer a colocação da estátua do Engenheiro *Camilo Mendonça* e até hoje nunca mais disse nada. Pode ser que o Senhor Vereador *Orlando Pires* tenha mais sensibilidade para este problema.

Relativamente à questão que lhe fiz na Assembleia de 29 de dezembro, relativamente ao Doutor *Artur Nunes*, foi porque é que se demitiu? Se foi ele que se demitiu? Eu acho que a Mesa já devia ter tomado uma posição relativamente a isso e faça chegar uma resposta, ou dizia que não respondia. Agora, disse que ia fazer chegar uma resposta através da Mesa, mas não chega nada.

Penso que a Mesa deve tomar uma posição relativamente a esta questão. Responda aquilo que entender, mas acho que devia fazer chegar essa resposta.

Posto isto, vamos ao ponto em concreto.

Relativamente à Minuta do Contrato, diz no ponto 4 “ *A atividade da AIN tem traduzido numa importante plataforma para a promoção do desenvolvimento do concelho de Mirandela e de Vila Flor, através de agraciação de oportunidades para a instalação de unidades industriais*”.

Senhora Presidente, eu pergunto, quanto postos de trabalho havia em 2017 neste parque industrial e quantos há à data de hoje? Aproveito, também, para lhe perguntar, quantas empresas tinha instaladas em 2017 e quantas pretende instalar agora com este investimento de mais de 100 mil euros?

Aproveito, também, visto que não vi nesta Minuta de Contrato, se está prevista a resolução das águas residuais que, à data de hoje, estão a ir por uma linha de água a céu aberto?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigada pela intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas.

Fiquei, finalmente, a compreender como é que se recua atrás. Recuar à frente é mais difícil, mas eu vou recuar à frente, vamos ver. Vamos recuar à frente.

Finalmente estamos a falar de um tema da Freguesia. Há pouco, quando foi da estrada de Vale da Sancha, não o ouvi congratular-se com o investimento da Câmara Municipal na reabilitação da estrada de Vale da Sancha. Mas é com gosto que os habitantes de Vale da Sancha vão ter a estrada com investimento do Orçamento Municipal, e por isso, é bom que fique claro o que é que é prioritário, se é a política de investimento, a política de desenvolvimento, se é a política dos ataques pessoais. Porque, nunca se esqueçam, se há um ataque pessoal, pode haver noutra direção os mesmos ataques pessoais. São sempre as mesmas pessoas e portanto, estamos conversados.

Não é assim que se faz política, a política faz-se debatendo ideias, debatendo princípios, debatendo projetos, debatendo estratégias e tendo uma visão estratégica para os territórios. Não é simplesmente por ódios, pessoais até, que se denigre, que se põe em causa todo um concelho e toda uma freguesia.

Relativamente à estátua do Engenheiro Camilo Mendonça, eu não estive nessa Reunião. O Conselho da Administração da AIN é formado por dois municípios, Mirandela e Vila Flor, ou Vila Flor e Mirandela, em iguais percentagens, como todos sabem e este contrato, eu pouco ouvi falar do Contrato Programa da AIN, aquilo que se falou no Contrato Programa é evidentemente, um apoio para que possamos ter em funcionamento o nosso Matadouro Industrial do Cachão e para que não haja pagamento de prejuízos.

Todos sabemos que a sustentabilidade é cada vez mais difícil e estamos aqui todos a torcer para que a localidade do Cachão não fique com 22 trabalhadores desempregados. E é por isso que trazemos aqui, e temos a solidariedade do Município de Vila Flor, este Contrato-Programa, para além dos postos de trabalho estamos a falar também, de um serviço que se faz à própria agricultura e ao comércio das carnes em todo o distrito, não é só nos dois municípios.

Este é um investimento que poderia e deveria ser feito a nível de outros municípios e não deveria ser apenas as Câmaras Municipais de Mirandela e Vila Flor. Esta é uma herança pesada.

É estranho que um Presidente de Junta, em vez de procurar soluções, esteja a denunciar situações. Enquanto nós estamos a torcer para que o território não perca investimento, não perca postos de trabalho e não enviemos pessoas para o desemprego, temos um Presidente de Junta que vem acusar que as águas residuais correm a céu aberto.

Senhor Presidente de Junta, há funções de luta pelo próprio território e é essa função que o Senhor não está a fazer. Porquê? Porque em relação ao seu território o que deveríamos estar aqui a falar é que efetivamente, temos uma situação para resolver, que é as águas residuais, que é a água do abastecimento público, as redes.

O Senhor Presidente deveria estar preocupado com o investimento que se faz no Cachão e não vir acusar o Conselho de Administração, que são dois municípios, que temos lá um problema. Não temos só um problema, Senhor Presidente, temos vários problemas e não são problemas de agora, são problemas de décadas, que o Senhor conhece muito bem.

Existem outros problemas na sua Freguesia que não se preocupa tanto, como os problemas de ataque que faz diretamente à pessoa Presidente, não é à *Júlia Rodrigues*, é à Presidente.

Em relação às unidades industriais, entre 2017 e 2021 há, efetivamente, um relatório do Conselho de Administração, que vou enviar para os Vereadores, que já foi solicitado e vou também, enviar para o Senhor Presidente da Assembleia.

Relativamente ao Conselho de Administração, é o Conselho que tem de responder perante as questões colocadas.

Em relação a este apoio, é uma Minuta de Contrato de atribuição de um apoio extraordinário para a manutenção dos postos de trabalho e a manutenção do serviço de interesse público que se faz no Matadouro Industrial do Cachão.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu não faço ataques pessoais, a Senhora Presidente é que baralha aqui o sistema todo.

Diga-me uma coisa, como queria que falasse da estrada em Vale da Sancha ou que elogiasse o investimento que vai fazer nessa estrada, se eu nem estava inscrito para falar? A Senhora Presidente é que respondeu a não sei quem dos investimentos que ia fazer e do empréstimo e portanto, eu não podia falar na estrada.

Mas, já agora que estou a falar da estrada, aproveito para dizer que a Senhora Presidente efetivamente, nem sabia o que estava a dizer, porque na estrada que vai fazer, os autocarros não passam aí. Porque vêm de Caravelas, Caravelas-Freixeda e entram na aldeia através de alcatrão, não é no alcatrão. Portanto, não tem a mínima noção do que estava a dizer.

Relativamente aos problemas da Freguesia, por eu me preocupar com os problemas da Freguesia é que alertei que não vi no Contrato, nessa Minuta e estava preocupado se efetivamente, vão resolver esse problema. O objetivo não é fechar o Matadouro, mas sim, que ele trabalhe com condições de laborar, sem prejudicar a saúde pública.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não foi nenhum pedido de esclarecimento. Aliás, as questões só vêm preparadas quando estão escritas num papel. Há pessoas que são manipuladas e que são manipuláveis.



Em relação à saúde pública, esse sim, é um tema que nos preocupa. Estamos a fazer alterações, até sob o ponto de vista da rede de abastecimento ao próprio Complexo, que vai melhorar de forma substancial a atividade.

De qualquer forma, não tem resposta algumas situações que referiu, cada um fica com aquilo que sabe e que pode, obrigada.

----- Efetuada a votação e estando 52 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato-Programa entre a AIN EIM, S.A., o Município de Mirandela e Município de Vila Flor.

4.22 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário, Freguesia de Abreiro;

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 23/09/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros), em duas prestações, sendo 50% a atribuir no ano de 2024 e 50% a atribuir em 2025, para a execução das obras propostas à Freguesia de Abreiro, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 37 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros), em duas prestações, sendo 50% a atribuir no ano de 2024 e 50% a atribuir em 2025, para a execução das obras propostas à Freguesia de Abreiro.

4.23 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário, Freguesia de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 23/09/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 30.000,00€ (trinta mil euros), em duas prestações, sendo 50% a atribuir no ano de 2024 e 50% a atribuir em 2025 para a execução da obra proposta, à Freguesia de Mirandela, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 38 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra, uma abstenção e 36 votos a favor, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 30.000,00€ (trinta mil euros), em duas prestações, sendo 50% a atribuir no ano de 2024 e 50% a atribuir em 2025 para a execução da obra proposta, à Freguesia de Mirandela.

4.24 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário, Freguesia de Vale de Gouvinhas;

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 23/09/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 30.000€ (trinta mil euros), em duas prestações, sendo 50% a atribuir no ano de 2024 e 50% a atribuir em 2025 para a execução da obra proposta à Freguesia de Vale de Gouvinhas, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 38 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 30.000€ (trinta mil euros), em duas prestações, sendo 50% a atribuir no ano de 2024 e 50% a atribuir em 2025 para a execução da obra proposta à Freguesia de Vale de Gouvinhas.

4.25 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário, Freguesia de Cedães;

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 23/09/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 30.000€ (trinta mil euros), em duas prestações, sendo 50% a atribuir no ano de 2024 e 50% a atribuir em 2025 para a execução da obra proposta, à Freguesia de Cedães, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 38 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:



DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 30.000€ (trinta mil euros), em duas prestações, sendo 50% a atribuir no ano de 2024 e 50% a atribuir em 2025 para a execução da obra proposta, à Freguesia de Cedães.

4.26 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário, Freguesia de Múrias.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 23/09/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), em duas prestações, sendo 50% a atribuir no ano de 2024 e 50% a atribuir em 2025 para a execução da obra proposta, à Freguesia de Múrias, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 38 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), em duas prestações, sendo 50% a atribuir no ano de 2024 e 50% a atribuir em 2025 para a execução da obra proposta, à Freguesia de Múrias.

4.27 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário, UF Freixeda e Vila Verde.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 23/09/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 30.000,00€ (trinta mil euros), em duas prestações, sendo 50% a atribuir no ano de 2024 e 50% a atribuir em 2025 para a execução da obra proposta, à União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 40 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 30.000,00€ (trinta mil euros), em duas prestações, sendo 50% a atribuir no ano de 2024 e 50% a atribuir em 2025 para a execução da obra proposta, à União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde.

4.28 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário, Freguesia de Abambres.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 23/09/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros), em duas prestações, sendo 50% a atribuir no ano de 2024 e 50% a atribuir em 2025, à Freguesia de Abambres, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 40 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros), em duas prestações, sendo 50% a atribuir no ano de 2024 e 50% a atribuir em 2025, à Freguesia de Abambres.

4.29 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário, UF Avidagos, Navalho e Pereira.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 23/09/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 6.000 € (seis mil euros), em duas prestações, sendo 50% a atribuir no ano de 2024 e 50% a atribuir em 2025, à União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 40 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 6.000 € (seis mil euros), em duas prestações, sendo 50% a atribuir no ano de 2024 e 50% a atribuir em 2025, à União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira.



4.30 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário, Freguesia de Bouça.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 23/09/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 7.500,00€ (sete mil e quinhentos euros), em duas prestações, sendo 50% a atribuir no ano de 2024 e 50% a atribuir em 2025 para a execução das obras propostas, à Freguesia de Bouça, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 40 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 7.500,00€ (sete mil e quinhentos euros), em duas prestações, sendo 50% a atribuir no ano de 2024 e 50% a atribuir em 2025 para a execução das obras propostas, à Freguesia de Bouça.

4.31 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário, UF Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 23/09/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), em duas prestações, sendo 50% a atribuir no ano de 2024 e 50% a atribuir em 2025 para a execução da obra proposta, à União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 41 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), em duas prestações, sendo 50% a atribuir no ano de 2024 e 50% a atribuir em 2025 para a execução da obra proposta, à União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa.

4.32 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário, Freguesia de S. Salvador.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 23/09/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), em duas prestações, sendo 50% a atribuir no ano de 2024 e 50% a atribuir em 2025 com vista à realização das obras de ampliação do cemitério da Freguesia de São Salvador, à Freguesia de São Salvador, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 41 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), em duas prestações, sendo 50% a atribuir no ano de 2024 e 50% a atribuir em 2025 com vista à realização das obras de ampliação do cemitério da Freguesia de São Salvador, à Freguesia de São Salvador.

Outros Assuntos de Interesse para o Município

5 – Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- O Senhor Deputado *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados

Senhora Presidente, que notícia tão boa hoje, recebida aqui nesta Assembleia Municipal. É que o PSD, num acordo de concertação social, prevê que o Ministro da Agricultura recupere a tutela sobre as Direções Regionais de Agricultura e a nomeação de um Vice-Presidente.

Senhora Presidente, o PS acabou com o anterior modelo das Direções Regionais, apesar dos nossos cuidados aqui nesta Assembleia Municipal, que tivemos oportunidade de votar uma Moção, não é que o PSD fez a vontade a esta Assembleia Municipal? Eu gostava de uma palavra sua porque de facto, vamos poder ter a Direção Regional de modelos parecidos, espero que dotada de recursos humanos, porque a CCDR-N pelos vistos agora é que trabalha rápido e celeremente portanto, gostaria de ouvir uma palavra sua.

Voltaremos a ter um Vice-Presidente na Direção Regional, ainda que não ideal, mas é uma reversão das medidas determinadas no passado, por culpa de um Executivo PS.

Senhora Presidente, assistimos também, aquando da inauguração da Estação Ferroviária de Mirandela, a Senhora Presidente tornou o público em diferentes perspetivas sobre o Complexo Agroindustrial do Cachão, em que o Presidente da CCDD-N remete que o projeto do Cachão deveria ser um projeto intermunicipal e remete o projeto para a CIM-TTM e agora, passados 7 anos, depois da sua bandeira eleitoral de 2017, dizer que tem de haver um investimento à semelhança do que acontece com outros, como aquele em Matosinhos, que recebeu subsídios próprios. Agradecia uma explicação, a única coisa que reclamo é que o Complexo Agro Industrial do Cachão está cada vez pior, cada vez mais velho nas suas instalações, continua muito diminuto na sua atividade em relação aquilo que se perspetivava em 2017.

Era para ser um polo agroindustrial, devidamente identificado, até porque a CIM-TTM patrocinou à Câmara Municipal de Mirandela um projeto de estudo de viabilidade económica, que custou cerca de 5 mil euros e agora ficamos sem perceber este desacordo entre o Município de Mirandela, através da sua pessoa e o Presidente da CCDD-N. Agradecia que nos explicasse o que é que verdadeiramente está a acontecer e lamentamos que, ao fim de 7, ou 8 anos, este impasse se tenha tornado público e percebemos que assim, se calhar não vamos a lado nenhum, tal é a discórdância entre as partes.

Outro assunto, não menos importante, Senhora Presidente: Não podemos nunca desprezar a democracia. Não podemos nunca desprezar o papel fundamental que o Poder Local desempenha na vida de todos nós. É precisamente o Poder Local, com a sua proximidade única, que está na linha da frente na gestão das expectativas das nossas populações. As decisões tomadas a nível local moldam, de forma direta e imediata, a qualidade de vida das nossas comunidades. Quando desvalorizamos o seu papel, estamos na verdade a minar o impacto decisivo que este tem.

A tomada de decisão por parte do Município de Mirandela, no dia 16 de maio de 2024 e é a última vez que me refiro a este assunto, em assumir a organização tripartida das Festa da Nossa Senhora do Amparo, a Bancada do PSD, considera ser um de retrocesso civilizacional.

O envolvimento do Município na organização das Festas da Cidade, é isso mesmo, é gorar as expectativas da população que votou no Executivo para que este coloque o seu esforço a tratar de assuntos importantes como a saúde, mobilidade e transportes, habitação social, a criação de oportunidade para os jovens, a educação e não outros, já por si agravados, pela interioridade da região e de um Estado centralista que se esquece de nós.

O Município e a Junta de Freguesia de Mirandela, em cada Assembleia Municipal, assumem tantas responsabilidades perante os Senhores Deputados, que depois se esquecem facilmente, ficando os problemas por resolver.

Estarão recordados, da intervenção de uma Senhora munícipe, de nome *Maria Teresa Vaz*, que se apresentou nesta Assembleia numa cadeira de rodas, que nos reportou que tinha adquirido um imóvel na rua Dr. Manuel Henrique Mesquita, no rés-do-chão direito, em Mirandela, o que é certo é que, até à presente data, o seu problema de acesso à sua casa ainda não foi resolvido, depois das garantias dadas pela Senhora Presidente na Assembleia Municipal.

Em vez do Executivo andar envolvido a organizar festas, resolvia este problema a esta munícipe, que deve estar completamente desapontada com esta situação, quando depois se vê preterida pela sua Câmara, a gastar o seu tempo a organizar festivais de música de verão.

Quanto ao Senhor Presidente de Junta, por exemplo, entre outros compromissos que assumiu nesta Assembleia, como o condicionamento da velocidade e do trânsito na avenida Varandas do Tua, junto ao restaurante Goiano, tal a perigosidade rodoviária vivida todos os dias, caso não gastasse o tempo a organizar festas, estamos certos que estes problemas e outros denunciados pelos munícipes na plataforma digital Mirandela Atenta, já estariam resolvidos.

Uma vez que se aproximam as eleições autárquicas, o próximo Executivo deve ter ideias para potenciar ao limite, o crescimento nos investimentos, crescimento do número de pessoas e melhoria da qualidade de vida da população.

Para tal desígnio, é preciso investir o tempo todo que temos para determinarmos as políticas adequadas, para pessoas e para as empresas.

O facto de sermos um município do interior, despovoado e envelhecido, que tem grande dificuldade em fixar pessoas e sem muitas oportunidades para os mais jovens no território também, tal é desiderato de desenvolvimento em relação aos municípios do litoral e respetivas áreas metropolitanas, só nos resta sermos políticos intransigentes na resolução de problemas reais do dia-a-dia das nossas populações.

----- O Senhor Deputado *VÍRGILIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor presidente, Senhores Deputados

Já foram falados aqui alguns assuntos que eu queria também referir, por isso vou referir apenas dois. Um tem a ver com o livro “50 anos do Poder Local” que foi aqui falado na Assembleia de 28 de junho de 2024.

Cumpr-me dar uma palavra sobre o livro “50 anos do Poder Local em Mirandela – 1973-2022”, já que foi chamado a esta Assembleia pelo Deputado *Paulo Pontes* da Bancada do PS, na última Sessão antes das férias de verão.

Registo a troca de uma fotografia na página 250, na foto 22, devia ter saído a inauguração da Ponte Açude, freguesia e sede do Município de Mirandela pelo então Primeiro-Ministro *Cavaco Silva*. Saiu, como vimos, uma outra relativa ao Franco e ao IP4, onde está igualmente *Cavaco Silva*, o então Presidente da Câmara *José Gama* e outras entidades e pessoas que estão comuns às duas fotografias, daí a troca.

Foi, efetivamente, um lapso. Mas não tão grave como podia ser. Sabem por quê? Porque a foto que saiu é de uma freguesia também do concelho de Mirandela; apresenta igualmente o então Primeiro-Ministro, o Presidente da Câmara de Mirandela, Dr. *José Gama* o então Presidente da Junta de Franco, *Paulo Pontes* e muitos populares do concelho de Mirandela.

Refere-se à década de 90, em que os dois acontecimentos decorreram. E, por isso, a legenda fica quase perfeita, apenas o local “Ponte Açude” está errado, pois trata-se do local junto à IP4 no Franco.

Portanto, consideramos que este lapso não coloca em causa o valor da obra “50 anos do Poder Local de Mirandela, 1973-2022”, nem os seus objetivos, nem a sua validade global.

Assumimos esse lapso, com a consciência de que é inofensivo para a grandiosidade do trabalho para Mirandela e para todos os que participaram nele, bem assim em relação à memória de todos os que se têm pautado em servir Mirandela através do Poder Local em particular. Era um assunto que tinha de referir.

O outro assunto tem a ver com a Condenação de Tribunal de Contas, uma multa de 2.500 euros, num processo relativo à nomeação em regime de substituição para cargos de Direção Intermédia que o Tribunal considerou ilegal e portanto, decisões essas tomadas em 2018.

Na explicação que a Senhora Presidente nos deu na última Sessão refere que é uma situação pessoal. Nós ficamos um pouco mais confusos. Daí a razão de ser das questões que eu quero colocar à Senhora Presidente.

É verdade que o Tribunal de Contas condenou a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, em abril do ano corrente, a uma pena de multa de 25 unidades de conta processual por uma infração financeira continuada?

Foi uma condenação dirigida à Presidente da Câmara Municipal de Mirandela ou à cidadã Dra. *Júlia Rodrigues*?

É importante esclarecer esta situação, pois os munícipes de Mirandela têm de saber a verdade e só a seguir compreenderão quem tem de pagar, se é o Município, na pessoa da Senhora Presidente, ou se é a cidadã Dr.ª *Júlia Rodrigues*. Seja como for, o esclarecimento é importante para que não se gerem essas confusões, que já vieram a público e que nós ficamos sem saber efetivamente, por que a Senhora Presidente afirmou que era ela, pessoalmente, que iria pagar.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DAIMÃOS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho aqui, ainda, a respeito de um assunto que trouxe na primeira Reunião desta Assembleia.

Lamento muito que não esteja a Senhora Primeira Secretária, que foi visada, mas eu gosto de falar olhos nos olhos das pessoas e gostaria muito que ela estivesse aqui.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ela chegará dentro de momentos, por razões de consulta médica. Se quiser guardar a sua intervenção mais para o final, podemos proceder à troca.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DAIMÃOS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Então eu preferia, se me derem licença, que fossem chamados os outros intervenientes e eu só falava quando ela estivesse presente.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com certeza, Senhora Deputada. Obviamente que a Mesa é sensível a essa sua posição e apelo.

Pelas razões mencionadas, a Senhora Deputada *Luísa Deimões* aguardará para o final das intervenções de modo a puder contar com a presença da Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, pelo que passamos ao Deputado seguinte na ordem de intervenções, chamando o Senhor Deputado Municipal da Bancada do PSD *Carlos Pires*.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de mais, gostaria de expressar a minha satisfação pela instalação de uma funcionária do BUPi na Junta de Torre Dona Chama, uma mais-valia para a zona norte do concelho, principalmente para São Pedro Velho que recorro, não tem transportes públicos para a cidade, portanto, o facto de ter ali um Balcão do BUPi é extremamente importante para nós.

Outro assunto de que também me regozijo é a informação sobre a requalificação da estrada de São Pedro a Vilar D'Ouro. Como sabem, era um pedido que data de há muitos anos, mas embora a satisfação seja grande, não é total e de facto, há aqui um “mas”.

Em conversa com colegas Deputados das várias Bancadas, percebi que eles também não ficaram completamente esclarecidos. Quando fui informado fiquei, de facto, muito satisfeito.

Para quem não conhece, não vou falar no número de estradas, mas temos a estrada nacional que vai de Rebordelo à Bouça, a ligação para Vilar D'Ouro e São Pedro Velho. Quando me informaram de que a estrada seria requalificada, pensei que seria do cruzamento nacional até São Pedro Velho, uma extensão de cerca de 4,4 km. Só que afinal, não é bem assim. Os dois primeiros quilómetros não vão ser requalificados. A requalificação vai ocorrer da saída de Vilar D'Ouro até São Pedro Velho, que são 2,4 km. Ou seja, ficarão de fora os dois quilómetros iniciais, que não serão requalificados. E pensei: “É a primeira fase”, mas já devíamos estar na segunda. Então, perguntei-me: “Não há dinheiro?”

É bom, sem dúvida, é melhor do que nada.

Mas depois fui consultar as outras estradas que iam ser requalificadas e no caso de Vale da Sancha, desconheço a informação. Ouvi falar também na estrada de Mosteiró e pensei que fosse a ligação da estrada, também municipal, entre a Torre de Dona Chama e Mirandela, a Mosteiró, mas não. Trata-se da requalificação, penso que de cerca de 3 km, de um caminho rural.

Ou seja, a estrada municipal de São Pedro, para quem não conhece, é seguramente uma das estradas municipais com mais movimento no concelho. Passam ambulâncias diariamente, passam os Bombeiros, passam carrinhas de transporte de valores, passam caminhões para a Pedreira da Torre de Dona Chama. Relembro que é uma ligação entre a Torre e Rebordelo, entre a Torre

e Vinhais e entre a Torre e Chaves. Não vou dizer que passam ali centenas de carros diariamente, mas passam seguramente, dezenas de viaturas todos os dias.

Quando soube da informação sobre um caminho rural que vai ser requalificado, a primeira coisa que me ocorreu foi, fiz dois mais dois e quer dizer, abdicamos de concluir a estrada municipal de São Pedro Velho, que é a estrada que tem o movimento que tem, que toda a gente sabe que já era um pedido desde 2017 até 2021, que foi uma promessa que, entretanto ficou na gaveta. Isso já passou, é passado, não vale a pena lembrar, para fazer uma estrada de ligação entre Mosteiró e Guide, que eu me atrevo a dizer que haverá muitos dias em que não passa lá um carro, a não ser o carteiro, se calhar.

Aquilo é um caminho rural e acho que quando falamos em prioridades, que foi o que me foi dito entre 2017 e 2021, não se fez a estrada de São Pedro Velho porque havia outras prioridades. Tudo bem. Só que desta vez, penso que as prioridades ficaram esquecidas, talvez.

Gostaria de esclarecer, porque já percebi que há muitos Deputados que não sabem. Pensavam que a estrada de São Pedro Velho à nacional era a totalidade da obra, mas não é. E certamente não sabiam também, sobre esse caminho rural.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados

Como é do conhecimento de todos, no passado dia 30 de agosto o Senhor Dr. *Artur Cascarejo* terminou as suas funções como Diretor do Parque Natural Regional do Vale do Tua (PNRVT).

Já tive a oportunidade de o felicitar pessoalmente, mas não podia deixar de o fazer aqui publicamente.

Quero expressar o meu sincero agradecimento pelo trabalho notável que o Senhor Dr. *Artur Cascarejo* e a sua equipa desenvolveram nos últimos 10 anos.

Estou certo que o trajeto não foi fácil, um trabalho árduo e muito difícil, mas isto só foi possível com a capacidade de liderança do Sr. Dr. *Artur Cascarejo*, pela sua inteligência, pela sua elevadíssima qualidade profissional e pela sua entrega e dedicação e diria mesmo, pela sua paixão por este projeto que abraçou há 10 anos.

Estou-lhe profundamente reconhecido, e agradeço a oportunidade de nos termos cruzado nestes caminhos do serviço público. Foi para mim um enorme privilégio termos colaborado nos 7 anos que levo de mandato como Presidente de Junta, em várias atividades desenvolvidas em parceria com a Junta de Freguesia de Frechas, foi uma experiência singular.

Estou a referir-me ao projeto JAT - Junto à Terra, a colocação do observatório de aves e consequentemente, ser inserido na rota do *Birdwatching* e em 2022, o projeto “Pelo Andar da Carruagem”, em que Frechas foi o palco principal.

Por tudo isto, agradeço ao Senhor Dr. *Artur Cascarejo* a experiência profissional enriquecedora, a aprendizagem, as risadas compartilhadas, a conquista de uma amizade profissional que se tornou numa amizade efetiva pessoal.

Agradeço de coração, tudo o que fez na Freguesia de Frechas, um bem-haja.

Relativamente à Senhora Presidente, não podia ficar indiferente à forma como me respondeu no final da manhã.

Não é parabéns, vocês estejam calados e deixem intervir as pessoas. Depois, se quiserem, venham aqui e façam as intervenções que entenderem.

A Senhora Presidente fala em vingança, ataques pessoais, em ódio. A Senhora Presidente hoje de manhã, ao Presidente de Junta de Frechas, é que lhe fez um ataque extremamente pessoal, agressivo. Não tenha dúvidas, Senhor Presidente. Foi verdade. Quem fez ataques pessoais foi a Senhora Presidente, eu não faço ataques pessoais, falo de factos.

Agora, a Senhora Presidente exigir que eu traga os discursos em papel? Por que tenho de os trazer em papel? A Senhora Presidente é que disse.

Senhora Presidente, tem de começar a ter a capacidade de separar o Presidente de Junta de Frechas, do Deputado Municipal. Eu farei as intervenções que entender serem pertinentes, quer da freguesia, quer do concelho. Sim, é que na primeira parte desta Assembleia, fez questão de dizer que nem sabia a quem se havia de referir, se era ao Presidente da Junta ou ao Deputado, porque diz que por trás disto tudo “*tem outra intenção*”. Mas que intenção? Não deixe suspeitas no ar, diga qual é a outra intenção? Olhe, sabe mais do que eu, não tenho intenção nenhuma.

Relativamente ao subsídio extraordinário que lhe foi pedido via ofício no dia 27 de março, que diz que não apareceu o ofício, pergunto: Já apareceu? Tenho aqui para mostrar a todos, foi rececionado pelo Senhor *Ricardo Gomes*, deve ser funcionário do Município, foi entregue na Câmara. Já apareceu o ofício?

Está provado que, para Frechas, cortam tudo, até cortou no convite da inauguração da Estação, que não foi enviado para a Junta de Freguesia de Frechas. O Presidente da Junta de Freguesia de Frechas não foi convidado para a inauguração da Estação.

Assim, como na semana passada, que abriram as comportas e por norma, o Presidente da Junta era avisado para avisar as populações, porque podiam ter pessoas e bens à beira do rio. Desta vez, nem isso se dignara a fazer. É uma falta de responsabilidade, porque muitas vezes temos os pastores à beira do rio e lá podia ir tudo.

Senhora Presidente, já que não atribui subsídios extraordinários à Junta de Freguesia de Frechas, pague aqueles dois mil euros que estão em dívida há cerca de dois anos, que assumiu nesta Assembleia que os iria pagar, não em consideração ao Presidente de Junta, mas à população. Faça-o. Cumpra! Pague! Que já não é sem tempo.

Já falei em várias Assembleias relativamente ao cartão para estacionar as viaturas junto à Câmara e ao auditório, mas continua a haver Deputados de primeira e de segunda, porque vamos ali fora e vemos carros com cartões para estacionar e outros não têm. Não sei qual é o critério.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS ESTEVES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

O movimento conhecido por “Outubro Rosa” (*Pink October*) nasceu nos Estados Unidos da América, na década de 90 do século passado, com o intuito de inspirar a mudança e mobilizar a sociedade para a luta contra o cancro da mama. Desde então, por todo o mundo, a cor rosa é utilizada para homenagear as mulheres com cancro da mama, sensibilizar para a prevenção e diagnóstico precoce e apoiar a investigação nesta área.

A Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC), em representação da EUROPA DONNA (Coligação Europeia Contra o Cancro da Mama) e através do Movimento “Vencer e Viver”, promove a iniciativa “Outubro Rosa” com a finalidade de consciencializar para a prevenção e diagnóstico precoce do cancro da mama, nomeadamente através do Rastreio, e divulgar informação e formas de apoio à mulher e família.

O cancro da mama é um relevante problema de saúde pública. Segundo os dados estatísticos mais recentes (Globocan, 2024), o cancro da mama é o mais frequente (prevalente) em Portugal e em todo mundo.

Em 2022, no nosso país, estima-se que cerca de 9.000 mulheres tenham sido diagnosticadas com cancro da mama e mais de 2.000 tenham morrido com esta doença. Apesar de ser o tipo de cancro mais incidente na mulher (com maior número de casos), cerca de 1 em cada 100 cancros da mama desenvolvem-se no homem.

A Assembleia tem conhecimento, que no Distrito não existe oferta pública para a população realizar o exame de mamografia? Que é o exame de rastreio de cancro da mama.

Toda a população tem de se dirigir à oferta privada para realizar o exame de prevenção para o cancro da mama.

Esse serviço já existiu na unidade de Mirandela, inclusive com consulta de mama.

Com o final de vida útil do equipamento, a direção da ULS não fez o investimento, para que esse serviço continuasse a existir, levando à sua extinção.

Serve a presente pergunta, para servir de recomendação à Assembleia para que esta se digne alertar a ULS para a reposição deste serviço.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de perguntar à Senhora Presidente, vi aqui tantos subsídios para tantas Juntas de Freguesia e afinal o meu nem à Reunião de Câmara foi, era para lhe perguntar o porquê de o meu ofício não ter ido à Reunião, aquele que pedimos para a Nossa Senhora do Jerusalém do Romeu.

Vi aqui tantos, o meu não foi, há aqui Presidentes de Junta de primeira e de segunda, os subsídios só são para os do PS, os do PSD não tem direito a nada? Nem os do CDS? Só tem direito alguns. O dinheiro da Câmara só é para uns, para outros nada.

Durante 7 anos, sem ser aquele valor que é obrigada a dar, como as outras Juntas, nem um euro deu ao Romeu.

Talvez seja porque o *Bernardino Pereira* é o Presidente da Junta, mas pronto.

Já são 45 anos, também já não precisamos do dinheiro. Já estou no final, também já não preciso. Mas gostava que me respondesse, por que não levou o ofício, o pedido, à Reunião de Câmara? E por que nunca respondeu?

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apelamos à contenção!

Perguntamos à Senhora Deputada *Luísa Deimões* se quer, não obstante de a Senhora Primeira Secretária ter regressado, manter o uso da palavra?

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Pelas razões que disse, gostava que estivesse presente a Senhora Deputada *Luísa Belchior*. Só que também é um assunto desta Assembleia, que ia arrastar para outra, que já têm duas Reuniões e já acho que é demais.

Isto é só para relembrar algo que foi dito na intervenção da Senhora Deputada *Luísa Belchior*, porque vistos os estatutos, ela infringiu os estatutos, também ninguém lhe disse isso. Eu realmente citei o nome dela, porque quando passei ali ela falou, citei o nome dela e se queria fazer a Defesa da Honra, fá-lo-ia na qualidade de Deputada e ela falou aí da Mesa, portanto, sobrepondo-se às competências da Senhora Presidente da Câmara, dando-me uma resposta que não devia ser ela a dar-me, devia ser a Senhora Presidente da Câmara.

Porque no Ponto 8 do Regimento essa competência não é atribuída a ninguém da Mesa, sobrepor-se à Senhora Presidente da Câmara.

Mas houve algo que ficou implícito na afirmação que fez a Senhora Deputada: A minha impreparação para o que lhe dizer, dado que eu nem sequer sabia o dia em que a Assembleia se tinha realizado. Não corresponde minimamente à realidade, nem à verdade.

Eu creio que a Senhora Deputada se confundiu e quero acreditar mesmo na boa-fé, que não houve má-fé nessa afirmação porque, das poucas coisas que trazia escritas, que eu habitualmente não trago coisas escritas e quando me pediram, inclusivamente, para lhe dar o discurso eu disse “*Eu tenho aqui uma citação e tenho aqui uma data, não sei se isso lhe serve*”, tinha precisamente a data da Assembleia Municipal Jovem para que, às vezes, não me baralhasse.

Cheguei a casa e fui ouvir novamente. Claro que fui ouvir, passei a gravação e eu disse claramente, que a Assembleia se realizou no dia 5 de junho.

Portanto, ninguém me pode acusar implicitamente de impreparação, porque quando diz que eu nem sequer conhecia, nem sequer sabia qual a data em que foi realizada a Assembleia Municipal Jovem, com certeza que estava a dizer que eu venho para aqui sem preparar o quer que seja e que venho falar por falar. Não é bem assim e queria que isto ficasse claro.

Lamento que não esteja presente, mas é uma maneira de encerrarmos o assunto.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Paulo Pinto, de facto concordo em absoluto com o que foi dito pelo Presidente da CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal, que afirma que é preciso monitorizar no terreno a implementação destas medidas. Relativamente à Direção Regional, quando houve a integração das Direções Regionais de Agricultura e Pescas do Norte na CCDDR-N, o compromisso foi de que a Vice-Presidência da Agricultura ficaria sempre em Mirandela. No entanto, o que saiu entretanto não foi isso; saiu uma Unidade Orgânica. Daí a nossa luta, um ano após a implementação da CCDDR-N e a importância da Agricultura na CCDDR-N. Este é um tema que temos discutido e quem pertence ao Conselho Municipal de Agricultura sabe que temos vindo a debater este assunto, tendo assumido várias posições.

Os Senhores Conselheiros, que representam o mundo agrícola, as universidades, o Instituto Politécnico, a UTAD e tenho de vos dizer que o Conselho Municipal de Agricultura é talvez um dos Conselhos mais importantes. Embora seja um Conselho recente, é um Conselho muito participado, o que de certa forma demonstra a importância da Agricultura e do mundo rural no nosso concelho.

Dizer que, desde há um ano, todos os concursos que têm sido abertos têm sido direcionados para o Porto, isto na CCDDR-N e naturalmente preocupa-nos, pois significa o esvaziamento das funções do Serviço de Agricultura.

Portanto, é uma boa notícia para o Executivo de Mirandela e é uma boa notícia para todos nós. Todos nós, que pertencemos a Partidos Políticos, concordamos em algumas questões e discordamos de outras. Temos o direito de discordar e tenho de o dizer, se houve uma medida da qual discordei sempre foi a da integração, tal como foi feita, devido ao esvaziamento que ocorreu. E este ano de experiência deu-nos a convicção absoluta de que estávamos certos: ao retirar o poder de decisão, as competências também são retiradas, e os recursos humanos são diminuídos.

Portanto, a bem do concelho de Mirandela e da região das Terras de Trás-os-Montes obviamente, ainda não conheço a fundo o modelo em que será gerido, pois parece-me que não haverá uma dependência hierárquica com o Ministro da Agricultura; pode haver uma dependência funcional. Os trabalhadores que transitaram para os quadros da CCDDR-N irão manter-se e por isso, numa semana em que fez referência a isso a Rádio Terra Quente, em que disse que efetivamente me parecia que o Ministro da Agricultura vinha à região e teria de pedir ao Presidente da Câmara para reunir com os próprios trabalhadores da Agricultura, achei que foi uma má decisão.

Vamos acompanhar e monitorizar no terreno e falar, essencialmente com todos aqueles que trabalham nos serviços. O que temos visto é que a CCDDR-N é um instituto público, todas as chefias têm ordenados de instituto público, os dirigentes têm ordenados de instituto público, mas os trabalhadores continuam a receber como se fossem trabalhadores da administração central das Direções Regionais de Agricultura.

Inclusive, há uma petição *online* onde os trabalhadores estão a pedir direitos iguais. Não estamos a falar dos trabalhadores de Mirandela, mas dos trabalhadores da região Norte.

Eu disse, também, que a CCDDR-N não tinha aptidão para trabalhar a Agricultura e não tem e sabemos que o Presidente da CCDDR-N, a anterior Ministra da Coesão e a atual Ministra da Coesão afirmam que os fundos devem ser geridos em conjunto com o Ambiente e a Agricultura, mas a Agricultura tem fundos próprios e têm de ser geridos pela Agricultura. Parece-me para já, uma boa decisão e tudo que tem a ver com benefícios para Mirandela obviamente, que estamos de acordo e vamos lutar para que seja melhor ainda e fazer o acompanhamento.

Em relação à Agroindustrial, não há impasse. Vamos ter uma Reunião da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás os Montes, onde pedi para ser falado este assunto, pois numa das Reuniões onde o Presidente da CCDDR-N veio apresentar e negociar o novo Pacto Norte2030, nós colocamos a questão do Complexo Agroindustrial do Cachão. Fizemos um estudo sobre como revitalizar este Complexo, uma área industrial abandonada, abandonada no sentido lato, mas com graves problemas de infraestruturas. Portanto, precisávamos de ter um plano. Se a CIM-TTM não estivesse de acordo, não teríamos gasto dinheiro para elaborar um plano para posteriormente, nos candidataros a Fundos Comunitários.

Dizer que temos de tirar do bolo das autarquias, dos nove municípios, para investir no Cachão, nenhum de nós concorda, até porque o bolo também é curto. Mas deveria haver um convite, como em outros locais, para que houvesse especificamente um investimento na melhoria das infraestruturas, porque o Cachão tem viabilidade se houver melhoria e investimento, como ocorre em outros locais do país e é isso que reclamamos. Este é um assunto que vamos discutir e que, provavelmente, vão acompanhar por reação da Comunidade Intermunicipal.

Vamos agora falar e eu vou distinguir os dois temas. Eu não posso falar da organização das festas juntamente com a questão de uma necessidade de obras de adaptação num bairro para uma município por via de acessibilidades.

Vou dar prioridade à município, já temos o projeto feito, só falta executar. Eu julgava até que já tinham executado, até porque pelo que percebi, será feito por administração direta, não vamos fazer empreitada. Poderemos estar à espera do sinal, porque temos de colocar um sinal, mas de qualquer forma vamos confirmar, deve estar por dias. Já vi, o que vamos fazer, onde o vamos fazer e como o vamos fazer, naquele bairro e naquele estacionamento.

Em relação ao retrocesso civilizacional, Senhor Deputado, houve aqui uma certa contradição, porque nós temos que ter na Câmara Municipal políticas adequadas para a fixação das pessoas, políticas adequadas para os territórios. Todos concordamos, as políticas públicas servem para isso.

Tudo que tem a ver com a organização, sob o ponto de vista do turismo, com o investimento, da atração de milhares de pessoas a Mirandela, este é o momento alto da atração turística de Mirandela, são as Festas em Honra de Nossa Senhora do Amparo. Temos outros momentos da cidade, naturalmente, mas que envolve todo o concelho, porque temos visitantes de todo o concelho que vêm à festa e portanto, a Câmara nunca podia estar fora para resolver um problema.

Ouvi todos aqui referirem que devia ser a comunidade civil, mas que eu saiba e é público, não houve listas candidatas para a Confraria, ou seja, houve um vazio do trabalho de organização das festas. Sei porque na altura, foi transmitido pelo atual Juiz, que era uma Comissão Administradora que iria manter o funcionamento e que não tinham condições para manter a organização das festas. Portanto, o que é que fez a Câmara Municipal de Mirandela? Na minha opinião, era a única solução que a Câmara Municipal tinha, que era agarrar o assunto, em conjunto com a Junta de Freguesia e com a Confraria, que faria a parte religiosa.

Não havia da parte de nenhum de nós a certeza que não ia haver listas à Confraria, mas não houve, ou seja o Senhor Deputado *Paulo Pinto* teria sido um grande candidato e se estava tão preocupado com as festas da Nossa Senhora do Amparo, acreditem que havia condições para apresentarem uma lista e puderem trabalhar no sentido gracioso.

Existem vários reportes de técnicos, de dificuldades na organização das festas. Nós já enviamos o relatório da PSP de 2022 e vamos fazer uma apresentação na próxima Reunião de Câmara, que depois poderemos, eventualmente, apresentar na Comissão Permanente, para que possam também ver como foi decidido.

Isto é uma decisão política, mas foi uma decisão política baseada em critérios técnicos e os critérios técnicos, muitas vezes, definem a decisão política. Aliás, na grande maioria das vezes, tecnicamente, há uma proposta e nós decidimos, politicamente, com base nesses critérios técnicos. E foi isso que aconteceu aqui.

Relativamente ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, não vou comentar essa questão dos “50 anos do Poder Local”, é um livro que eu, particularmente, gosto imenso, tem muito conhecimento, muito saber.

Já lhe dei os parabéns, porque foi um trabalho de investigação muito interessante e portanto, só não erra quem não faz. Mais à frente também vou demonstrar como, muitas vezes, as coisas são injustas para quem faz muito e erra um bocadinho e depois, as pessoas são penalizadas por esse bocadinho que erram. Portanto, lamento essa forma de olhar o problema. Quanto a mim, nós devemos ver as coisas pelo lado positivo e não pelo lado negativo e dou muito valor ao trabalho que fez.

Em relação ao Tribunal de Contas, quero dizer-vos que não há nada a esconder. Foi um erro. Foi um erro administrativo, um erro dos serviços, um erro em 2018 e eu só paguei uma multa porque confio e continuo a confiar, numa equipa de trabalho e na delegação de competências que tenho com os Vereadores, tenho uma confiança absoluta nos Serviços Jurídicos e portanto, eu voltaria a cometer o mesmo erro. E porquê? Eu explico muito rapidamente o porquê, até porque há duas decisões.

Há uma decisão favorável de absolvição, do Primeiro Juiz, que o Ministério Público recorrer e depois, há um Acórdão que diz que eu tenho de pagar uma multa, que já paguei. Eu, *Júlia Rodrigues*, paguei uma multa e aí sou eu, enquanto cidadã, que tenho de pagar.

Como sabem, o Presidente da Câmara Municipal e todos os eleitos tem responsabilidades extracontratuais, ou seja, para além das responsabilidades enquanto Presidente da Câmara, eu posso ter de assumir outro tipo de responsabilidades e foi isso que aconteceu.

Qual foi o erro? Nós não publicamos em Diário da República os concursos. Nomeamos, em regime de substituição, podíamos nomear em regime de substituição, isso foi aferido pelo Tribunal e deliberamos em Reunião de Câmara no dia 19 de abril de 2018, aprovamos a abertura dos seis procedimentos concursais e aprovamos em Assembleia Municipal no dia 27 de abril de 2018. Contudo, os júris dos procedimentos só reuniram a 24 de abril de 2019, um ano depois, para a definição dos métodos e dos critérios de seleção e critérios a ponderar nos concursos.

O Aviso de abertura dos procedimentos concursais para provimento dos cargos foi publicado em Diário da República a 17 de setembro de 2019 e na BEP a 19 de setembro e eu assinei o Despacho de nomeação a 01 de março de 2018 e o Senhor Vereador à data autorizou as ordens de pagamento.

Nós consideramos que foi uma prática seguida por outros municípios. Aliás, o anterior Executivo nomeou em outubro de 2016 Técnicos Superior sem que, até à data das eleições, que foi em 2017, tivesse aberto os concursos, nem sequer abriram os concursos, ou seja, era uma prática habitual em todos os municípios e era uma prática habitual aqui.

Eu não tive ninguém dos serviços, ou de fora dos serviços, que dissesse que era preciso publicar em Diário da República. Consideramos que, aos estarmos a aprovar em Reunião de Câmara e na Assembleia Municipal, segundo uma circular da Direção Geral, um parecer da ATAM e da CCDR-N, que estávamos a cumprir os 90 dias que tínhamos para abrir o procedimento concursal, mas não tínhamos de publicar em Diário da República e de facto, não foi feito.

Ora, como isso não foi feito, a responsável para tudo sou eu e felizmente, já está pago, paguei os 2.500€. Mas como disse, faria tudo novamente, tenho confiança absoluta. E agora prova-se, mais uma vez, a fragilidade que nós temos enquanto decisores. Nós temos muita fragilidade, por isso é que eu, neste mandato, quis ter no meu Gabinete um Jurista, porque eu sou veterinária de profissão, todos sabem, não tenho formação jurídica que me possa conduzir a não cometer erros. Este tinha acontecido, e aconteceu, já está pago. Agradeço a vossa compreensão para que possa esclarecer, mas foi exatamente isso que sucedeu nos últimos anos.

Este é um processo que está a decorrer há 4 anos, ou seja, desde 2020 que temos este processo. Felizmente, o Senhor Vereador à data, com o pelouro dos Recursos Humanos, foi absolvido. Ele autorizou as ordens de pagamento, mas eu é que fiz o Despacho, pelo que a responsabilidade era toda minha. Ainda bem que este processo não teve qualquer impacto para Câmara Municipal, nem com trabalhadores, nem com multas. Teve, sim, um impacto pessoal, que é meu e eu tive, felizmente, condições de o pagar.

Relativamente ao Senhor Deputado *Carlos Pires*, concordo em absoluto com a necessidade do BUPi na Torre Dona Chama.

Dizer-lhe que aquele argumento que utilizou, não posso concordar que não vai haver muitos dias que não passa lá um carro, esse é o argumento utilizado pelo Governo Central para não investir em Trás-os-Montes, que não há gente.

Desculpe-me e o respeito que tenho por si obriga-me a fazer esta referência, nós não podemos querer para os outros o que não queremos para nós, ou querer para nós o que não queremos para os outros e foi exatamente isso que o Senhor Deputado fez, foi dizer que naquela localidade não vive lá ninguém.

Por essa ordem de ideias, investíamos onde? Investíamos em Mirandela e deixávamos as localidades? É preciso abdicarmos um bocadinho desse espírito de que só na nossa estrada é que passam pessoas, nas outras vias não.

Cada um tem as suas prioridades efetivamente mas, deixe-me dizer-lhe que está em fase projeto a segunda fase. Nós prevemos ainda candidatar, a primeira fase já tem candidatos, vamos adjudicar e a segunda fase vamos abrir já, ou no início do próximo ano,



para ainda a podermos fazer. Por isso, acho que são boas notícias. Lembro-me, desde 2017, cada vez que o ex-Presidente da Junta, agora Deputado *Carlos Pires*, vinha falar, era desta estrada e sei que fica muito contente por estar em execução, como nós também ficamos.

Em relação ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, partilho das afirmações que fez sobre o Dr. *Artur Cascarejo*. Sempre tive uma boa relação institucional com ele, mas não vou fazer comentários sobre o que referiu a outros níveis.

Deixe-me dizer-lhe que se o Senhor Presidente de Junta tem liberdade de expressão de tecer as suas afirmações, reportar factos ou pequenas e médias verdades, eu também tenho o direito e a liberdade de expressão de lhe responder como acho que devo responder e por isso, vou continuar a fazê-lo, porque a liberdade trouxe-nos isso, o puder criticar e também aceitar a devolução da crítica, enquanto ser humano mas, acima de tudo, enquanto político também.

Relativamente aos 2.000,00€, nós damos às juntas de freguesia, aproximadamente, por ano, cerca de 34 mil euros.

Estamos a falar de uma dívida, que foi e que é uma dívida, uma fatura que o Presidente de Junta pagou voluntariamente. Ou seja, é uma fatura da Câmara mas que o Presidente da Junta quis pagar e que ainda não foi paga. Se a fatura está em nome da Câmara, julgo que era a Câmara que tinha de pagar. Obviamente, se está em nome da Junta é a Junta que tem de pagar.

Eu não sei se há algum apoio extraordinário no valor de 2.000,00€ para pagar à Junta de Freguesia. Como percebe, Senhor Presidente, o Senhor Presidente tem a Junta de Freguesia e tem este valor dos 2.000,00€ sempre na sua memória, mas nós temos muitas juntas de freguesia e portanto, acredito que não é por má vontade. Por vezes, há outras situações, também importantes que temos que acorrer.

Relativamente ao cartão para estacionamento, eu não tenho cartão para estacionamento, não sei a quem é que o Senhor Presidente se refere.

Acho que quando os Senhores Presidentes de Junta vão à Câmara Municipal, nós pedimos para telefonarem para abrir o portão. Aqui há muito espaço para se estacionar. De qualquer forma, nós temos um regulamento dos cartões de estacionamento, eu não sei quem é que tem o cartão, mas estamos a retomar os cartões.

Em relação ao Senhor Deputado *Carlos Esteves*, dizer que o diagnóstico parece-me fundamental. Eu julgo que podemos, através dos Órgãos Municipais, enviar a sua recomendação, a sua Moção, para o ULS-N. São estes assuntos e são estas políticas que interessam às pessoas. Felicito-o pela sua intervenção.

Relativamente ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Avantos e Romeu, dizer que nunca houve tanta equidade como agora, aliás, em relação ao projeto da Nossa Senhora de Jerusalém do Romeu, estamos em fase de projeto. Nós só podemos lançar empreitadas com o projeto concluído.

Em relação à Senhora Presidente de Junta de Suções, eu não vou responder visto que a sua intervenção não é dirigida a mim.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto, é verdade, Senhora Presidente, a liberdade de expressão para poder responder.

Eu fiz-lhe exatamente as mesmas questões que o Senhor Deputado *Virgílio Tavares* lhe fez hoje, fi-las na última Assembleia, respondeu que nada tinha a ver com a sua carteira e ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares* explica tudo direitinho.

Ainda bem, para o bem de todos e para o bem de todos os mirandenses, ficamos esclarecidos.

2.º Período de Intervenção do Público

6 – Público - 2.º Período de Intervenção.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *MARIA ANTÓNIA CARVALHO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela.

No seguimento da intervenção efetuada na última Assembleia Municipal de 27 de setembro de 2024, sobre o tema do estacionamento de viaturas elétricas e por considerar que a resposta da Senhora Presidente da Câmara não correspondeu ao pretendido, relativamente à questão colocada, venho expor mais alguns elementos, no sentido deste assunto ser tratado de uma forma mais objetiva.

Primeiro – O Regulamento sobre o estacionamento em Mirandela, pelo menos segundo o que se sabe, continua a ser o que está disponível no *site* da Câmara Municipal, mantendo-se no mesmo a Alínea g, ponto 1 do artigo 11.º - Isenção de Pagamento de Taxas, onde é referida a necessidade da existência do “Dístico Identificativo de Veículo Elétrico” (Dístico Azul), emitido pelo IMT, para poderem beneficiar da isenção de estacionamento.

A Lei n.º19/2024, de 5 de fevereiro, determinou que o Dístico Azul já não é obrigatório e, portanto, o IMT deixou de ter competência para o atribuir.

Segundo – Contactados os Senhores Agentes da Divisão de Transito, da PSP de Mirandela, foi confirmado que continuam a basear-se no Regulamento Municipal vigente, ou seja, viaturas que não apresentem o Dístico Azul ou o *ticket* de estacionamento, estarão numa situação passível de multa, sejam ou não elétricas. Este modo de atuação é compreensível, até porque, aos agentes de autoridade compete fazer cumprir os regulamentos em vigor da forma mais literal possível, sem interpretações subjetivas. Acrescenta-se ainda que, segundo informação dos referidos Agentes, a PSP já terá solicitado que a Câmara Municipal esclareça a situação, resultando da entrada em vigor da Lei n.º19/2024, de 5 de fevereiro, não tendo ainda obtido resposta.

Portanto, compete à Autarquia alterar o Regulamento Municipal sobre o estacionamento da cidade, o qual poderá, por exemplo, contemplar a criação/existência de um Dístico Municipal, respeitante às viaturas elétricas, com exigências de emissão, equivalente às que eram solicitadas pelo IMT, no sentido de se evitarem situações dúbias, geradoras de equívocos e consequentes contestações posteriores.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, já me informei junto de um advogado como devo proceder à situação da água que reclamei na última Assembleia. Irei fazê-lo da seguinte forma: Cancelar o pagamento no banco, porque a Senhora não tem o direito de faturar a água em dias, mas sim em metros cúbicos, cancelei o pagamento no banco e depois irei diretamente ao GAM pagar os metros cúbicos e não os dias.

Senhor Presidente, segundo sei, os parques ainda não estão legalizados, ainda não há seguro. Oxalá que não aconteça nada a ninguém, porque por uma coisa de 2500€ que a Senhora acabou por citar que andou de recurso em recurso, como será que será ali se morrer uma criança? Quanto tempo arrastará para essa situação ser resolvida?

Senhor Presidente, falando nos parques, se os parques ainda não estão devidamente legalizados, porque não falar com quem de direito, neste caso com a PSP, e quem ali encontrar retirá-los dali para fora? Não o fazem porque as pessoas fazem de vocês marionetas.

Senhor Presidente, fala-se do valor em que ficaram as Festas da Cidade, muito fracas, fala-se no custo da estação, da rotunda, do hospital, e quando ouvi falar em 1.100.000 € (um milhão e cem mil euros) pensei que ia levar ali pedras preciosas.

Pergunta-se: onde é que anda as entidades competentes para que isto realmente seja tudo investigado?

Senhor Presidente, diz-se na gíria portuguesa “quem cabritos vende e cabros não tem, de algum lado vêm”.

Senhor Presidente, os construtores de Mirandela, e não só, já se começam a interrogar porque é que os trabalhos vão só para os de fora e não calha nada aos da terra?

Senhor Presidente, já falei aqui em algumas Assembleias, a estrada do aeródromo até à ponte de Vilarinho e do Melo até ao cruzamento, há marcas na estrada, está a chegar o inverno e vamos ter problemas na condução.

Senhor Presidente, já falei aqui várias vezes por causa da ponte Açude, que está cada vez mais degradada. A Senhora Presidente hoje já falou aqui da ponte Açude, porque não é séria com os mirandenses e diz que há um erro de construção muito grave na ponte? Que a ponte pode e está com grandes problemas, mais do que a ponte Machado Vaz, e que corre risco? Isto é de uma fonte segura da Assembleia da República, que me disse que a ponte pode mesmo chegar a ser deitada abaixo.

Senhor Presidente, há uma coisa que vou pedir à Senhora Presidente, se não quiser responder não faça muito esforço para tal, porque não estou muito incomodado com isso já.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *JOSÉ MIGUEL CUNHA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Volto a intervir nesta Assembleia Municipal porque as respostas às questões por mim levantadas não foram respondidas com clareza por parte da Senhora Presidente e volto a questionar sobre as mesmas.

Também gostaria de saber por que razão, sobre esta temática, nunca se diz a verdade sobre os assuntos, e não ser necessário vir aqui desmentir cada vez que há uma abordagem sobre o tema. Mas quero referir que todos os dados apresentados por mim, assim como tudo o que foi dito nesta Assembleia, foram baseados em documentos fornecidos pela Câmara, pela Junta de Freguesia de Mirandela, pela Confraria Nossa Senhora do Amparo, bem como em reuniões e audiências com o Senhor Bispo de Bragança, com a Confraria Nossa Senhora do Amparo e com a PSP.

Portanto, não falo de coisas deixadas no ar, nem de coisas ouvidas nos corredores, falo com factos reais.

Sobre a questão dos financiamentos e os custos, na última sexta-feira recebi a informação sobre os custos da Câmara, fora o que está publicado na BASEGOV. Por isso, resumindo, depois se quiserem posso dar esses valores, a Câmara teve gastos e os gastos que foram ditos pela Câmara e pela Senhora Presidente na última Assembleia não são verdade, porque a Senhora Presidente não coloca o IVA e é preciso colocar o IVA, uma vez que o mesmo é pago. Na BASEGOV o valor apresentado é sem IVA, e o IVA é pago e não é devolvido, como no caso das empresas.

Sendo assim, a Câmara teve gastos no valor de 412.258,85 € (quatrocentos e doze mil, duzentos e cinquenta e oito euros e oitenta e cinco centavos), a Junta de Freguesia de Mirandela gastou 100.686,50 € (cem mil, seiscentos e oitenta e seis euros e cinquenta centavos), e a Confraria teve um gasto de cerca de 20.000 € (vinte mil euros) na parte religiosa, totalizando a organização das festas em 532.945,35 € (quinhentos e trinta e dois mil, novecentos e quarenta e cinco euros e trinta e cinco centavos). A este valor, a Senhora Presidente disse-me nos corredores que não deveria adicionar, mas tenho de o adicionar: o subsídio de contrato-programa, que nos anos anteriores estava nos 98.000 € (noventa e oito mil euros), por isso devemos também contabilizar mais 24.000 € (vinte e quatro mil euros) para a Confraria, totalizando 556.945 € (quinhentos e cinquenta e seis mil, novecentos e quarenta e cinco euros).

Se compararmos com o que foi gasto nas festas de 2023, foram gastos 269.000 € (duzentos e sessenta e nove mil euros), ou seja, estamos a falar de um aumento de gastos de cerca de 300.000 € (trezentos mil euros).

O investimento público realizado em 2023 foi de um total de 146.000 € (cento e quarenta e seis mil euros), entre a Câmara e os 2.500 € (dois mil e quinhentos euros) da Junta de Freguesia, passando para 436.000 € (quatrocentos e trinta e seis mil euros) em 2024. O investimento da Junta vai dar 0, entre receita e gasto, mas a Câmara gastou 436.000 € (quatrocentos e trinta e seis mil euros) contra os 143.000 € (cento e quarenta e três mil euros) que gastou em 2023, uma diferença de 292.000 € (duzentos e noventa e dois mil euros).

A Senhora Presidente tem razão quando acusa a oposição de não falar dos sistemas sem ser na festa na última assembleia, porque há outros problemas para resolver. Estes 292.000 € (duzentos e noventa e dois mil euros) dariam, se calhar, para resolver alguns problemas, como por exemplo, a situação mencionada pelo Senhor Deputado *Carlos Pires*, o resto da estrada para São Pedro Velho, os problemas das águas que foram aqui reportados, quando antes a sociedade civil organizava e sustentava-se sem gastar tanto dinheiro público.

Não se viu um *upgrade* da qualidade das festas. O momento alto da atração turística das festas foi o fogo, e foi uma desilusão para quem visita Mirandela.

É verdade que o contrato refere que podem ser anulados 90 dias antes, mas também é curioso ter feito uma adenda porque se esqueceram dos morteiros às 8h da manhã do dia 25. Qual é o mirandense que não sabe que no dia 25, às 8h da manhã, há morteiros?

As minhas questões, que volto a colocar porque ainda não foram respondidas, é se dá ou não os 400.000 € (quatrocentos mil euros), e se a zona verde pode ser utilizada novamente? Porque vai haver eleições na Confraria e quem vai a votos tem de saber com o que pode contar ou não, para saber se avança.

Outra questão é o tempo. Dizem que tiveram 90 dias, tanto o Senhor Presidente de Junta como a Câmara, e isso é outra mentira. Em janeiro foi-vos comunicado que não havia uma lista. Foi decidido nessa altura que ia ser organizado pela Câmara Municipal de Mirandela, tanto que assinaram um contrato com a Confraria a 9 de fevereiro, onde já estava a informação sobre as festas. Por isso, mais uma mentira, não sei por que razão há tantas mentiras sobre esta temática.

Cada vez que falamos sobre a segurança, a Senhora Presidente já falou da última vez que não havia um parecer da PSP. Não houve, a PSP não tomou nenhum parecer sobre a não utilização da zona verde, nem sobre a utilização do Santuário, porque não é da sua competência esse parecer. Foi uma decisão política, porque quiseram mostrar alguma diferença.

Mas falando de segurança, dizer que este ano foi pior a nível de segurança. Eu vi, ninguém me contou, a PSP ter de disparar tiros para o ar para repor a ordem pública. Sei de uma pessoa que foi esfaqueada. Senhor Presidente de Junta, é a verdade, custa ouvir, mas é a verdade. Foram dados tiros para o ar para impor a ordem pública, foi esfaqueada uma pessoa nas festas da cidade e houve agressões durante a noite. Sendo assim, dizer que foi mais seguro é um erro e uma mentira.

Para terminar, Senhor Presidente, dizer que estou disponível, a bem desta casa, para explicar tudo ao Senhor Presidente. A informação que lhe solicitei foi-me enviada, mas não foi enviada com o seu conhecimento. Se calhar, posteriormente foi-lhe enviada. Mas estou disponível, em Comissão Permanente ou nesta Assembleia, para prestar qualquer esclarecimento sobre este tema.

E, se me permite, só mesmo um último reparo: a Senhora Presidente, sobre uma temática em que eu também estou envolvido, que foi o processo do Tribunal de Contas, a Senhora Presidente referiu aqui que foi culpa dos serviços jurídicos. Tantas vezes que diz que é a responsável máxima e não os serviços, ficou-lhe muito mal ter dito isso, porque disse, está gravado. A Senhora Presidente pode voltar atrás e ouvir o que disse. Fica-lhe muito bem atacar, constantemente, os trabalhadores quando a responsabilidade é política. Não basta dizer que é responsável para, na verdade, não o ser.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou começar por responder à Munição *Maria Antónia Carvalho*. Dizer que temos, de facto, de fazer uma alteração ao regulamento, essa alteração vai ser efetuada, iremos dar início ao procedimento. Tem toda a razão, já foi comunicado à PSP para acautelar a não autuação desses casos pois, efetivamente, temos de atualizar o regulamento. Agradecer, novamente, a sua preocupação.

Em relação ao Senhor Munição *Manuel Brizido*, dizer que a estrutura tarifária está homologada pela ERSAR e que, portanto, o Senhor, enquanto consumidor, fará como bem entender.

Relativamente às empreitadas, são feitas por concurso público e, portanto, respeitamos a contratação pública, e somos obrigados à contratação pública, é isso que temos feito até aqui e que vamos continuar a fazer.

Relativamente à estrada do aeródromo, esta estrada estava para sinalizar com a sinalética horizontal e vertical num empreiteiro e entretanto, não foi concluída. Estamos, neste momento, a fazer o projeto da Estrada da Bronceda e vamos continuar.

Em relação ao munição *José Miguel Cunha*, agradeço a sua intervenção. De facto, trouxe-nos aqui alguns dados, mas chamar mentirosos a quem está aqui não me parece, de todo, correto, até porque sabemos que estamos todos a trabalhar em conjunto para que toda a Câmara Municipal e os Executivos cumpram aquilo que foi dito.

Se disse isso dos serviços, não foi com essa intenção. A responsabilidade é minha, disse-o várias vezes na intervenção, a responsabilidade é minha e, por isso, fui eu que paguei.

Efetivamente, havia um Vereador do Pelouro e havia serviços que acompanhavam estes processos. O Presidente da Câmara não está sempre a perguntar “já foi publicado em Diário na República?”. Até porque eu não sabia se ia ser publicado ou não, assim como não sei, atualmente e, portanto, o erro pode ser o mesmo.

Se o disse, peço desculpa aos serviços porque, antes pelo contrário, eu estou sempre a defender os serviços da Câmara e dos trabalhadores. Eu só disse que precisávamos de mais competências, mais formação, mais jurídicos, porque qualquer decisão que um político hoje tome pode estar sujeito a uma investigação, não só da DGAEP, como da Polícia Judiciária, e o Senhor sabe do que estou a falar.

Por isso, sabe perfeitamente que há erros que acontecem porque quem faz erra. Eu assumi o erro e por isso paguei. Agora, estar aqui a culpabilizar, eu não culpabilizei ninguém e se o disse, foi de forma inadvertida, porque eu agradeço sempre o trabalho dos funcionários, tenho a certeza absoluta. Houve, inclusive, dois trabalhadores dos serviços que foram testemunhar, e agradeço desde já a sua disponibilidade em terem ido a Lisboa testemunhar, alegando que era prática reiterada neste Município, que era assim feito e também dizer que em todos os outros Municípios se fazia assim, ou seja, não havia conhecimento que as coisas teriam de ser de forma diferente. Por isso eu atesto e agradeço, a forma leal como os serviços se comportaram.

Se disse que houve um erro administrativo, foi verdade, foi um erro que tem de ser assumido e se a responsabilidade é minha, eu paguei, como quando tenho uma multa de estacionamento, pago a multa obviamente. E por isso não vem mal nenhum ao mundo porque, acima de tudo, não houve prejuízo para a Câmara Municipal. Isso é um ponto muito importante, não houve qualquer prejuízo para a Câmara Municipal.

Em relação à Festa de Nossa Senhora do Amparo, na próxima Reunião da Assembleia Municipal vamos apresentar os dados finais desta festa e de outras.

A Divisão de Administração Geral tem todas as condições e todos os dados para prestar contas, tal como prestamos contas todos os anos relativamente ao exercício do ano anterior, ou seja, em 2025 vamos apresentar 2024, vamos antecipar a apresentação. Portanto, a Chefe de Divisão, ou outra pessoa responsável, fará a apresentação em Reunião de Câmara, em Órgão Executivo e se for necessário irá, também, à Comissão Permanente. Julgo que mais que uma questão política é uma questão técnica, que tem de ser salvaguardada com os valores corretos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

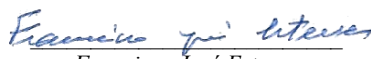
Concluimos assim os trabalhos da 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, segunda Reunião, desejando a todos um resto de um bom dia. Voltamos a encontrar-nos todos Sexta-feira para a Assembleia Municipal Extraordinária, dedicada inteiramente às Juntas de Freguesia.

Muito obrigado a todos.

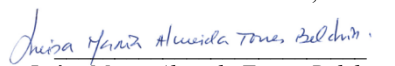
----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 16 horas.

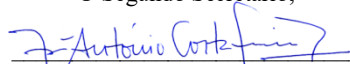
O Presidente da Assembleia Municipal;


Francisco José Esteves

A Primeira Secretária;


Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;


José António Costa Ferreira